



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ELAINE DOS SANTOS PINTO

**A ATUAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA DO
RIO GRANDE DO SUL PARA EXPANSÃO DO PROJETO “EDUCAÇÃO
SANITÁRIA NA ESCOLA”**

Porto Alegre

2021

ELAINE DOS SANTOS PINTO

**A ATUAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA DO
RIO GRANDE DO SUL PARA EXPANSÃO DO PROJETO “EDUCAÇÃO
SANITÁRIA NA ESCOLA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a Dr^a Aline Grunewald
Nichele

Porto Alegre

2021

P659a Pinto, Elaine dos Santos

A atuação dos servidores da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul para expansão do projeto “Educação Sanitária na escola”. / Elaine dos Santos Pinto - Porto Alegre, 2021.

157 p.; il. color. ; 29 cm

Orientador: Profa. Dra. Aline Grunewald Nichele

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Porto Alegre, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, Porto Alegre, 2021.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. 3. Ensino básico. I. Nichele, Aline Grunewald. II. Título.

CDU 37:004

ELAINE DOS SANTOS PINTO

**A ATUAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA DO
RIO GRANDE DO SUL PARA EXPANSÃO DO PROJETO “EDUCAÇÃO
SANITÁRIA NA ESCOLA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 09 de novembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Aline Grunewald Nichele
IFRS – Campus Porto Alegre
Orientadora

Prof. Dr. Alessandro Silva de Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus
Anápolis

Dr. Felipe Lopes Campos
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do
Sul

ELAINE DOS SANTOS PINTO

**EDUSAN AGRO: PLATAFORMA DE APOIO PARA EDUCAÇÃO SANITÁRIA
EM DEFESA AGROPECUÁRIA EM ESCOLAS**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 09 de novembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Aline Grunewald Nichele
IFRS – Campus Porto Alegre
Orientadora

Prof. Dr. Alessandro Silva de Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus
Anápolis

Dr. Felipe Lopes Campos
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do
Sul

AGRADECIMENTOS

A meu esposo, Guto, pela compreensão e apoio incondicional durante o curso do mestrado e a execução desta pesquisa.

A meus pais, Ney e Eliane, pelo eterno incentivo ao estudo.

A meus amigos, pelo suporte emocional e pela torcida.

À minha orientadora, prof^a Aline, por me guiar neste caminho até então desconhecido da pesquisa acadêmica.

Aos professores do ProfEPT, pelo conhecimento compartilhado, que me proporcionou construir os alicerces deste trabalho.

Aos colegas de mestrado, pela convivência e troca de experiências, mesmo que precarizada durante a pandemia.

E profundos agradecimentos aos colegas servidores referências em Educação Sanitária da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, cuja disposição, presteza e gentileza em participar desta pesquisa foram o que tornou todo este trabalho possível.

RESUMO

A Educação em Saúde é um dos ramos de atuação em saúde pública que tem por objetivo informar e educar a população sobre a promoção de hábitos saudáveis e a prevenção de doenças. No campo da agropecuária, há ainda a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, que objetiva a apropriação de conhecimentos e a conscientização a respeito de doenças que acometem animais de produção ou plantas, trabalhando conceitos sobre sanidade animal e vegetal, saudabilidade de alimentos, entre outros. Esta pesquisa investigou de que forma os fiscais estaduais agropecuários e servidores das inspetorias de defesa agropecuária da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul podem atuar como agentes disseminadores da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, em escolas de ensino básico, como intermediadores do projeto criado pela secretaria em 2010, o “Educação Sanitária na Escola”. Trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, com referencial teórico da Educação Profissional e Tecnológica baseado no trabalho como princípio educativo (Ciavatta, Gramsci, Saviani, Frigotto), formação humana integral (Ciavatta, Ramos), educação não formal (Gohn, Libâneo, Gadotti, Jacobucci), competência como práxis (Kuenzer) e Educação Popular em Saúde (Freire). À luz desse referencial, nota-se que a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, embora ainda incipiente, tem potencial de aderência com as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ao se aproximar da Educação Popular em Saúde. A partir de entrevistas com os servidores que atuam na Educação Sanitária, foi elaborado um produto educacional, o *website* EduSan Agro, criado para ser um guia para a construção de projetos locais de Educação Sanitária e como apresentá-los às secretarias municipais de Educação e escolas de suas localidades, ampliando a base de atuação do “Educação Sanitária na Escola”. O produto educacional oriundo da pesquisa conquistou seu objetivo junto ao público-alvo, estabelecendo-se como uma ferramenta de apoio ao trabalho desses profissionais, com perspectivas futuras de ampliação por meio da construção coletiva com esses servidores.

Palavras-Chave: Formação Humana Integral; Educação Sanitária em Defesa

Agropecuária; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

Health Education is one of the fields of action in public health that aims to inform and educate the population about the promotion of healthy habits and disease prevention. In the field of agriculture, there is also Health Education in Agricultural Defense, which aims at appropriating knowledge and raising awareness about diseases that affect farm animals or plants, working on concepts about animal and plant health, food health, among others. This research investigated how state agricultural inspectors and civil servants of agricultural defense inspectorates of the Secretariat of Agriculture, Livestock and Rural Development of Rio Grande do Sul can act as dissemination agents for Health Education in Agricultural Defense in elementary schools, as intermediaries for a project created by the secretariat in 2010, "Educação Sanitária na Escola". This is a case study, with a qualitative and exploratory approach, with a theoretical framework of the Professional and Technological Education based on work as an educational principle (Ciavatta, Gramsci, Saviani, Frigotto), integral human formation (Ciavatta, Ramos), non-formal education (Gohn, Libâneo, Gadotti, Jacobucci), competence as praxis (Kuenzer) and Popular Health Education (Freire). In light of this framework, it is noted that Health Education in Agricultural Defense, although still incipient, has the potential to adhere to the conceptual bases of the PTE, when approaching Popular Health Education. Based on interviews with public servants who work in Health Education, an educational product was created, the EduSan Agro website, created to act as a guideline for the construction of local Health Education projects and how to present them to municipal departments of Education and schools in their localities, expanding the base of action of "Educação Sanitária na Escola". The educational product from the research achieved its objective with the target audience, establishing itself as a tool to support the work of these professionals, with future prospects for expansion through collective construction with these servers.

Keywords: Integral Human Formation; Health Education in Agricultural Defense; Professional and Technological Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma da pesquisa.....	17
Figura 2 - Total de ações em escolas nas regionais de 2012 a 2019	54
Figura 3 - Tipos de ações de Educação Sanitária realizadas em escolas do RS de 2012 a 2019	55
Figura 4 - Sexo dos entrevistados.....	57
Figura 5 - Formação acadêmica.....	58
Figura 6 - Grau de formação acadêmica.....	58
Figura 7 - Formação pedagógica	57
Figura 8 - Frequência de ações de Educação Sanitária no âmbito escolar	60
Figura 9 - Grau de conhecimento sobre o documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola”	61
Figura 10 - Página inicial do EduSan Agro.....	74
Figura 11 - Mapa do website EduSan Agro.....	75
Figura 12 – Elementos da seção "Quem Somos"	76
Figura 13 - Elementos da seção "Educação Sanitária"	77
Figura 14 - Elementos da seção "Materiais de apoio"	78
Figura 15 - Elementos da seção "Projetos: como fazer"	79
Figura 16 - Elementos da seção "Fórum".....	80
Figura 17 - Livretos digitais produzidos para o site EduSan Agro	83
Figura 18 - Seção "Sala dos Professores"	86
Figura 19 - Influência do EduSan Agro na motivação para buscar parcerias com secretarias municipais de Educação.....	89
Figura 20 - Influência do EduSan Agro na motivação para estreitar relações com os professores.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características da Educação Não Formal.....	26
Quadro 2 - Seções do documento “Educação Sanitária na Escola” (2010)	43
Quadro 3 - Seções do documento “Educação Sanitária em Escolas: Panorama Atual de Experiência Exitosa” (2018).....	44
Quadro 4 - Comparativo entre objetivos geral e específicos das versões do projeto “Educação Sanitária na Escola”	46
Quadro 5 - Comparação entre as versões 2010 e 2018 do documento “Educação Sanitária na Escola”	50
Quadro 6 - Tarefas desenvolvidas pelos fiscais no local de trabalho	58
Quadro 7 - Problemas e dificuldades para avançar o projeto “Educação Sanitária na Escola”	62
Quadro 8 - Temas de interesse agropecuário no Rio Grande do Sul.....	68
Quadro 9 - Informações ou orientações indispensáveis ao produto.....	71
Quadro 10 - Depoimentos sobre falta de conhecimentos pedagógicos	73
Quadro 11 - Formato de produto educacional.....	73
Quadro 13 - Dúvidas que foram sanadas ou persistiram após conhecer EduSan Agro	87
Quadro 14 - Aspectos positivos do <i>site</i> EduSan Agro.....	90
Quadro 15 - Sugestões de melhoria para o <i>site</i> EduSan Agro.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
APCN	Avaliação de Propostas de Cursos Novos
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IFRS do Sul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
POP	Procedimento Operacional Padrão
PNEPS-SUS	Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS
ProfEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PSF	Programa de Saúde da Família
RAVE	Relatório de Atividades e Vigilância Epidemiológica
SEAPDR	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	21
2.2 FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL	23
2.3 ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE ENSINO / EDUCAÇÃO NÃO FORMAL..	25
2.4 COMPETÊNCIA COMO PRÁXIS	27
2.5 EDUCAÇÃO SANITÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE	29
2.5.1 Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	34
3 METODOLOGIA	39
4 PESQUISA DOCUMENTAL: RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
4.1 DIÁLOGO ENTRE O “EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA ESCOLA E A EPT..	42
4.2 AÇÕES DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA: O QUE FOI FEITO ATÉ AQUI	53
5 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: RESULTADOS E DISCUSSÃO	57
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	57
5.2 PERCALÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO “EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA ESCOLA”	62
5.3 COMO SÃO CONSTRUÍDAS AÇÕES BEM-SUCEDIDAS DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM ESCOLAS	64
5.4 TEMAS DE INTERESSE AGROPECUÁRIO PARA EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM ESCOLAS	67
6 PRODUTO EDUCACIONAL	71
6.1 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	81
6.1.1 Avaliação dos livretos produzidos para o site EduSan Agro	82
6.1.2 Avaliação da animação produzida para o site EduSan Agro	84
6.1.3 Avaliação do site EduSan Agro	86
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	100
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	128
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REGIONAIS EM QUE NÃO HÁ O “EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA ESCOLA”	132
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REGIONAIS EM QUE HÁ O “EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA ESCOLA”	134
APÊNDICE E – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	136
APÊNDICE F – AÇÕES DE EDUCAÇÃO SANITÁRIAS NAS REGIONAIS DA SEAPDR – 2012 A 2019	144

1 INTRODUÇÃO

Em sua obra basilar *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (1987) estabelece uma relação intrínseca entre Educação e Comunicação, em que a primeira não pode ocorrer sem a segunda. O educador pernambucano destacava o processo dialógico da educação por via da comunicação como uma “exigência radical da revolução”, respondendo a outra exigência radical: “a dos homens como seres que não podem ser fora da comunicação, pois que são comunicação” (FREIRE, 1987). Essas palavras são a principal justificativa para que uma profissional de Comunicação na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul definisse como seu objeto de pesquisa de mestrado ações de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária realizadas por colegas servidores da mesma Secretaria.

A Educação Sanitária em Defesa Agropecuária foi instituída oficialmente, em âmbito nacional, por meio do Decreto 5.741/2006, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2006), que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Porém, só foi regulamentada em 2008, pela Instrução Normativa nº 28 do mesmo ministério (BRASIL, 2008), com a instituição do Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. O objetivo geral do programa é “promover, por via educativa, a sanidade, inocuidade e qualidade dos produtos agropecuários brasileiros e de seus derivados” (BRASIL, 2008).

Nesta Instrução Normativa, a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária é conceituada como “o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos [...] relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários” (BRASIL, 2008). Dentre as atividades previstas, está a formação de “multiplicadores” para atuarem diretamente no público-alvo do programa, com:

“capacitação de professores quanto a noções básicas de temas relacionados à defesa agropecuária para a sua abordagem com alunos de instituições de ensino fundamental, médio e superior, principalmente em comunidades rurais e cursos técnicos e superiores de áreas afins” (BRASIL, 2008).

Em âmbito estadual, a Lei nº 13.192/2009 instituiu a Política Estadual de Educação Sanitária Animal no Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL,

2009), determinando que tal política seja “um componente essencial e permanente da educação estadual, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

A partir deste arcabouço legal, foi criada, em 2009, a Seção de Educação Sanitária, na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (SEAPDR). A seção conta com 19 servidores (fiscais estaduais agropecuários com formação em Medicina Veterinária, em sua maioria) atuando como referências regionais e mais 19 suplentes, um Grupo Técnico de Educação em Saúde (GTSES) e o apoio dos servidores das regionais. Nenhum deles atua em regime de dedicação exclusiva, tendo que conciliar as ações de Educação Sanitária com as atividades rotineiras de seus cargos de origem. A seção distribui as atividades educativas por município, levando em consideração os relatórios epidemiológicos emitidos pela Seção de Epidemiologia e Estatística, além das necessidades apontadas pelos programas sanitários e de inspeção da secretaria. Vale destacar que as ações de Educação Sanitária não se restringem ao espaço escolar: a seção também elabora apresentações, palestras, treinamentos, reuniões, cursos e seminários para produtores rurais e sociedade em geral.

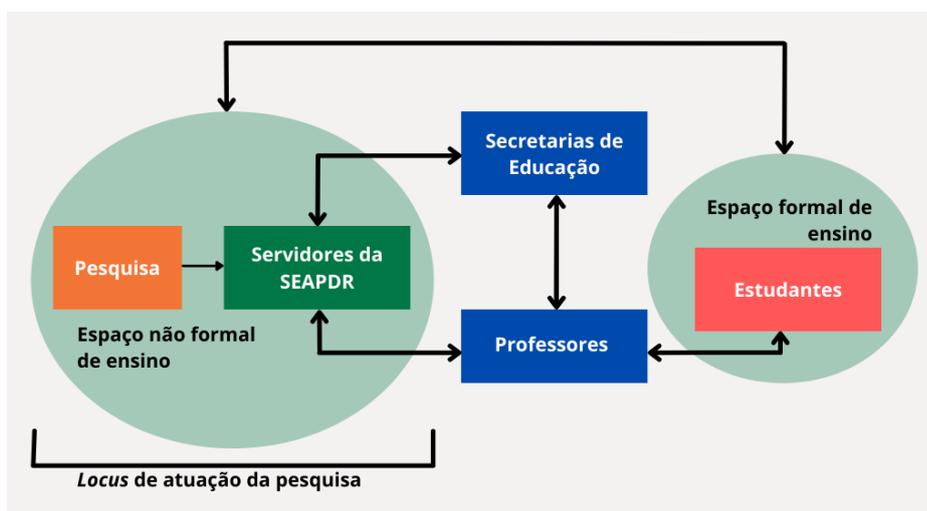
No âmbito escolar, há o projeto “Educação Sanitária na Escola”, um programa de parceria com as secretarias municipais de Educação com a proposta de incluir o tema da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária no currículo escolar de forma transversal e interdisciplinar (RIO GRANDE DO SUL, 2010). Assim que a parceria é estabelecida, os fiscais estaduais agropecuários ou servidores da SEAPDR que são referências em Educação Sanitária se reúnem com os professores das escolas participantes e repassam as informações que precisam ser abordadas em sala de aula. Os próprios professores incluem os temas em seus planos de aula, e podem contar com a participação dos fiscais em sala de aula, sempre que necessário.

Mesmo após 12 anos de criação da Seção de Educação Sanitária, e 11 do projeto “Educação Sanitária na Escola”, a SEAPDR ainda não conseguiu

ampliar significativamente o projeto. Das 19 regionais da Secretaria¹, apenas as de Pelotas, Santa Maria e Osório contam com atividades recorrentes de Educação Sanitária em escolas. O problema que se apresenta é, portanto: com o auxílio dos servidores da Secretaria da Agricultura, como ampliar a área de atuação do projeto “Educação Sanitária na Escola” de modo que ele esteja presente em todas as suas regionais?

A opção por trabalhar diretamente com os servidores da Secretaria da Agricultura, em sua relação com as secretarias municipais de Educação e professores da rede municipal, determinou que esta pesquisa fosse realizada em um espaço não formal de ensino. O ensino não formal é conceituado por La Belle (1976) como “programas fora do espaço escolar elaborados para prover experiências de aprendizagem específicas para um grupo específico”². No entanto, embora esta pesquisa tenha sido desenvolvida diretamente com os servidores da SEAPDR num espaço não formal de ensino, quando aplicado, o fluxo de conhecimento gerado (Figura 1) tem, em sua ponta final, estudantes da educação básica, que se apropriam de conceitos importantes sobre sanidade animal e vegetal, doenças que acometem animais de produção e plantas consumíveis, segurança alimentar e saudabilidade dos alimentos produzidos pelo setor agropecuário.

Figura 1 - Fluxograma da pesquisa



¹ Até 2020, a SEAPDR contava com 19 regionais. Uma reestruturação foi realizada em 2021, reduzindo para 15 regionais.

² Tradução da autora para o original em inglês: “Nonformal education generally refers to organized out-of-school programs designed to provide specific learning experiences for specific target” (La Belle, 1976, p.14)

Fonte: a autora (2020).

Um dos desafios desta pesquisa, e que o produto educacional resultante procurou contemplar, foi fazer com que o servidor envolvido no programa de Educação Sanitária se reconhecesse como um agente da formação humana integral, cuja intencionalidade é formar o ser humano na sua totalidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica (CIAVATTA, 2014). Ao focar na atuação desses servidores para a implantação do “Educação Sanitária na Escola”, a pesquisa trouxe subsídios para a elaboração de um produto educacional que pode vir a ter, a longo prazo, papel indireto no enriquecimento do ensino das instituições envolvidas, trazendo novos elementos para a rotina escolar, e contribuindo para a diversificação do conteúdo apreendido e para o ideal de uma formação humana integral de crianças e jovens. Paralelamente, a pesquisa também teve a intenção de trazer a formação humana integral para os próprios servidores da Secretaria da Agricultura, oferecendo-lhes uma oportunidade de reflexão sobre a relevância de seu trabalho na secretaria e suas consequências para a sociedade.

A importância de levar a Educação em Saúde para o ambiente escolar reside na possibilidade de propor uma visão preventiva com relação às doenças animais, vegetais ou zoonoses, fazendo com que crianças e jovens se apropriem de conhecimentos que, mais adiante, permitirão com que sejam cidadãos atentos à sanidade de animais e plantas ao seu redor, conscientes da saudabilidade dos alimentos de origem vegetal e animal que chegam à sua mesa. São ações que também impactam a vida de professores, equipe pedagógica e demais funcionários e membros da comunidade escolar. Com sua visão focada na vida cotidiana e complementaridade com os conteúdos abordados em sala de aula, a Educação em Saúde correlaciona-se com os conceitos de formação humana integral e omnilateralidade presentes na pedagogia de base marxiana, conforme Manacorda (2007). A omnilateralidade promove a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social: o trabalho, a ciência e a cultura (RAMOS, 2008). Por sua contribuição para a formação omnilateral, é, portanto, de suma importância que o projeto “Educação Sanitária na Escola” consiga abranger todas as regiões do Estado, e não apenas as que, hoje em dia, atende.

Esta investigação teve como base teórica vinculada à Educação Profissional e Tecnológica os conceitos de formação humana integral e de trabalho como princípio educativo, que é a relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano (CIAVATTA, 2009).

Esta pesquisa pretende, também, contribuir para a disseminação do “Educação Sanitária na Escola”, identificando quais os obstáculos enfrentados pelos fiscais estaduais agropecuários e servidores para implementar o projeto em suas regionais, de forma a poder superá-los. Para tanto, a pesquisa ora apresentada realizou um levantamento de dados, analisando relatórios de ações educativas promovidas pelos servidores da SEAPDR em escolas, além de entrevistas semiestruturadas com os atores desse processo – os servidores que trabalham diretamente com a Educação Sanitária. A partir da coleta e análise dos dados, foi elaborada uma mídia educacional direcionada a esses servidores, com o objetivo de auxiliá-los na implementação de projetos de Educação Sanitária em escolas das suas regionais de atuação.

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar de que forma os servidores das regionais da SEAPDR podem atuar como agentes disseminadores da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária em escolas de ensino básico do Rio Grande do Sul, como intermediadores do projeto “Educação Sanitária na Escola”, tendo como base o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral.

Os objetivos específicos foram os seguintes:

- Analisar os relatórios de atividades realizadas em escolas pelos servidores da SEAPDR, de 2012 a 2019, para compreender como se deu sua atuação neste período;
- Identificar os problemas e dificuldades dos servidores da SEAPDR como intermediadores do projeto junto às secretarias municipais de Educação;
- Investigar como as ações são desenvolvidas nas regionais que promovem atividades recorrentes em escolas;
- Identificar os principais temas de interesse em sanidade agropecuária com potencial para serem abordados pela Educação Sanitária em âmbito estadual;

- Desenvolver produto educacional (Apêndice A) que dê subsídios para o diálogo com as secretarias municipais de Educação, de modo a instituir o “Educação Sanitária na Escola” em outras localidades e ampliar a base de atuação do projeto.

A seguir, vamos abordar os referenciais teóricos que alicerçam esta pesquisa: na área da Educação Profissional e Tecnológica, os conceitos de trabalho como princípio educativo, a formação humana integral, o ensino não formal e a competência como práxis; em seguida, analisaremos a Educação em Saúde e as potencialidades da Educação Popular em Saúde no contexto da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Por fim, faremos uma análise dos documentos orientadores do projeto “Educação Sanitária na Escola” e seus pontos de interseção com a Educação Profissional e Tecnológica e com a educação dialógica como prática pedagógica libertadora de Paulo Freire.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O trabalho é definidor do homem. O homem se diferencia dos animais no momento em que precisa transformar a natureza ao seu redor para garantir sua existência – é esta a definição de Marx para a palavra “trabalho” – de onde se depreende que o trabalho é constituidor do ser humano. E, assim como o trabalho é o que constrói a existência do homem, a educação é o que torna isto possível: este “transformar da natureza” não é algo inerente ao homem, ele não nasce sabendo; o homem precisa, então, *aprender* a intervir na natureza – é preciso *aprender a trabalhar*.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. Diríamos, pois, que no ponto de partida **a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade** (*grifo meu*). Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. (SAVIANI, 2007, p.154)

Portanto, nas comunidades primitivas, o trabalho e a educação coincidiam. Foi com o estabelecimento da propriedade privada, e a separação dos homens entre proprietários e não proprietários, que a divisão entre trabalho e educação começou. A partir desta mudança, com o surgimento de um estrato social que vivia do trabalho dos outros – os proprietários – e tinham, portanto, *tempo ocioso*, houve a criação de um espaço para a formação de líderes e dirigentes, com a aprendizagem de atividades intelectuais, da arte da palavra e dos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar: a escola, que em sua raiz grega significa justamente “lugar de ócio” (SAVIANI, 2007).

Desse momento em diante, a dualidade do ensino e a separação entre trabalho e educação intensificaram-se. No sistema capitalista, com a Revolução Industrial experimentada pela Europa a partir do final do século XVIII até meados do século XIX, máquinas passaram a materializar funções intelectuais ao assumir etapas do trabalho manual. Com o maquinário a cumprir,

crescentemente, o trabalho manual de produção, a exigência de qualificação dos trabalhadores pautava-se nas necessidades de reparos, ajustes e adaptações necessárias a estes equipamentos, o que demandou a expansão da educação entre a classe não proprietária/trabalhadora – mas uma educação em “doses homeopáticas”, conforme preconizava Adam Smith; uma educação que fosse apenas o suficiente para que os trabalhadores pudessem operar este novo maquinário. Por isso, na base da educação primária, houve nova cisão, entre as escolas de formação geral, destinadas às elites, e as escolas profissionais para os trabalhadores. Este tipo de dualismo persiste atualmente, e a necessidade de rompê-lo se apresenta frente à sociedade contemporânea, em que, conforme pontua Kuenzer (1989), “as atividades se fazem complexas e a teoria se faz operativa” (KUENZER, 1989, p.23), unificando trabalho e ciência a partir da mediação do processo produtivo:

Assim, já não se sustentam propostas pedagógicas que separam as funções intelectuais das funções técnicas; pelo contrário, o que se exige do homem moderno é uma formação que lhe permita captar, compreender e atuar na dinamicidade do real, enquanto sujeito político e produtivo, que, potencialmente dirigente, tenha conhecimento científico e consciência de seus direitos e deveres para dominar a natureza e transformar as relações sociais. (KUENZER, 1989)

O percurso histórico sobre a separação entre trabalho e educação que se desenrola no sistema capitalista, e as tensões geradas a partir de perspectivas que trazem oposição a essa cisão que resultou na dualidade do ensino, vem para evidenciar a importância do resgate do *trabalho como princípio educativo*, tanto em espaços de ensino formais quanto não formais. Quem primeiro referencia o trabalho como princípio educativo, nestes termos, é Gramsci, no segundo volume de seus *Cadernos do cárcere*:

Pode-se dizer, por isso, que o princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias era o conceito de trabalho, que não pode se realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens entre si [...] O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola primária, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho (GRAMSCI, 2001, p.41).

A partir da adoção do trabalho como princípio educativo, Gramsci

vislumbra a criação da escola unitária, onde não existiria mais o dualismo estrutural do ensino, garantindo a formação humana integral, com desdobramentos para toda a sociedade: “O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social” (GRAMSCI, 2001).

Porém, as análises sobre o princípio educativo do trabalho privilegiam seu emprego no espaço escolar clássico, qual seja, na educação formal de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Isso se deve a um contexto que parte do surgimento da escola como instituição de ensino. Sua hegemonia como ambiente educativo primordial hierarquizou a educação como um todo, construindo-se um entendimento do ambiente escolar como o principal – se não o único – espaço de aprendizagem. Saviani, em seu artigo *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias*, destaca que a educação escolar é tão hegemônica que, não raro, escola e educação tornam-se sinônimos: “[...] quando se quer falar em educação que não seja a da escola, temos que fazer a referência sempre pela via negativa: educação não escolar, educação não formal, informal” (SAVIANI, 1994).

É preciso, então, contextualizar o trabalho como princípio educativo fora do ambiente escolar, em espaços não formais de ensino – afinal, nunca paramos de aprender e ensinar, especialmente nos nossos ambientes de trabalho. Para Frigotto, o trabalho como princípio educativo não está ligado diretamente a um método pedagógico, nem à escola, “mas a um processo de socialização e de internalização de caráter e personalidade solidários, fundamental no processo de *superação* do sistema do capital e da ideologia das sociedades de classe que cindem o gênero humano” (FRIGOTTO, 2009).

Esta pesquisa enfoca o ensino e a aprendizagem dentro de um espaço não formal, em um ambiente de trabalho, no qual os trabalhadores agem ora como educadores, ora como educandos. É um cenário que apresenta um potencial promissor para que o trabalho como princípio educativo se desvele.

2.2 FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

O resgate do trabalho como princípio educativo é uma das medidas para a construção de uma formação humana integral, outro ideal perseguido por

teóricos e estudiosos da pedagogia marxiana. A formação humana integral está relacionada à implantação de uma educação omnilateral, que Ciavatta (2014) define como “formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (CIAVATTA, 2014).

Marx e Engels não chegaram a produzir textos específicos sobre pedagogia, mas os ideais de educação que julgavam importantes para a superação do capital e para o reino da liberdade dos trabalhadores permeiam toda sua obra. Ao analisar os escritos marxianos *Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório* (1866), *O capital*, volume I (1867), *A ideologia alemã* (1846), *Crítica ao Programa de Gotha* (1875) e *Manifesto comunista* (1848), Moura, Lima Filho e Silva (2015) destacam que Marx considerava que a educação da classe trabalhadora deveria compreender a educação mental [intelectual]; a educação física, como nas escolas de ginástica e exercício militar; e a educação tecnológica, voltada para a prática de todos os ofícios. A partir daí, concluem os autores:

Ao tratar de educação intelectual, física e tecnológica, Marx está claramente sinalizando para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação omnilateral. Essa concepção foi incorporada à tradição marxiana sob a denominação de politecnia ou educação politécnica, em virtude das próprias referências do autor ao termo, assim como de grande parte dos estudiosos de sua obra (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Em seus escritos, Gramsci também já atentava para a necessidade da formação humana integral, que, segundo ele, seria possível de conquistar por meio da escola unitária, um espaço em que não haveria mais dualismo no ensino, ou seja, a separação entre os ensinos profissional e propedêutico.

Tendo em vista as definições de escola unitária e formação omnilateral, a base de construção para a materialização desses conceitos no plano do real seria justamente a adoção de um ensino médio integrado à educação profissional. Ramos (2008) ressalta que esta integração possibilitará a “formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura” (RAMOS, 2008).

No contexto desta pesquisa, em que o enfoque está nos fiscais estaduais agropecuários e servidores responsáveis pela condução do programa “Educação Sanitária na Escola”, a formação humana integral torna-se uma

consequência tanto direta quanto indireta. Para os fiscais, é uma oportunidade de atuar de formas diversificadas em seu trabalho, oferecendo dimensões de atuação profissional que sejam mais propositivas e construtivas e que vão além da atitude punitivista de fiscalização que a sociedade em geral normalmente associa a suas práticas – embora represente uma pequena etapa no repertório laboral destes profissionais. E também, com uma nova abordagem de orientação sobre como implementar localmente o “Educação Sanitária na Escola”, os fiscais poderão ampliar a área de atuação do projeto; conseqüentemente, mais escolas terão, em seus currículos, informações sobre Educação Sanitária em Defesa Agropecuária articuladas com o conteúdo das disciplinas, levando os estudantes, professores, funcionários das escolas e demais integrantes da comunidade escolar a construir seus conhecimentos sobre sanidade animal e vegetal, saudabilidade de alimentos e outros temas abordados pela Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Trata-se de um fluxo de informações em que, na outra ponta, estão crianças e jovens com uma formação que vá além dos conhecimentos técnicos e científicos, estimulando o pensamento crítico e autônomo.

2.3 ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE ENSINO / EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Numa primeira definição, espaço não formal de ensino “é qualquer espaço diferente da escola onde pode ocorrer uma ação educativa” (JACOBUCCI, 2008). É uma definição intuitiva, feita a partir da etimologia do termo, já que ele expressa uma negação do espaço formal, que seria o espaço escolar clássico: instituições escolares da Educação Básica e Ensino Superior, além de suas dependências, como salas de aula, laboratórios, quadras de esportes, biblioteca, pátio, cantina, refeitório (JACOBUCCI, 2008).

Para Gohn (2006), a diferenciação entre educação formal, informal e não formal pode ser expressa da seguinte maneira:

[...] a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não-formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas (GOHN, 2006).

Libâneo (2010) ainda faz uma distinção entre os três tipos de educação, agrupando-os conforme a intencionalidade do ato educativo: a educação informal seria uma educação não intencional, enquanto as educações não formal e formal seriam vertentes de educação intencional. O que diferenciaria a educação não formal das demais seria “o caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas” (LIBÂNEO, 2010, p. 89).

Outra diferença, de acordo com Gadotti (2005), é a flexibilização da educação não formal com relação ao espaço e ao tempo, o que confere a esta modalidade de ensino uma estrutura mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática, sem necessariamente seguir um sistema sequencial de progressão (GADOTTI, 2005).

O tempo da aprendizagem na educação não-formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma. Uma das características da educação não-formal é sua flexibilidade tanto em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços (GADOTTI, 2005).

Em seu trabalho *Educação não formal na pedagogia social*, Gohn delinea como a educação não formal pode ser definida por uma série de parâmetros específicos, ao responder a algumas perguntas (Quadro 1).

Quadro 1 - Características da Educação Não Formal

Quem educa?	O <i>outro</i> , aquele com quem interagimos ou nos integramos.
Onde se educa?	Os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais.
Como se educa?	Há uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes.
Qual a finalidade ou objetivos?	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo; • Abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais; • Seus objetivos se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo; • Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele

	participa.
Quais são os principais atributos?	<ul style="list-style-type: none"> • Não é organizada por séries/idade/conteúdos; • Atua sobre aspectos subjetivos do grupo; • Trabalha e forma a cultura política de um grupo; • Desenvolve laços de pertencimento; • Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo; • Pode colaborar para o desenvolvimento da autoestima e do <i>empowerment</i>³ do grupo, criando o que alguns analistas denominam o capital social de um grupo; • Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo.

Fonte: adaptado de Gohn (2006).

Muito embora o resultado final da ampliação do projeto “Educação Sanitária na Escola” tenha repercussão em espaços formais de ensino, inclusive com métodos formais de aprendizagem, a aplicação da pesquisa se deu junto aos servidores atuantes em Educação Sanitária, com a criação de um produto educacional em ambiente virtual, um *website*, em que o tempo e o espaço de aprendizagem são flexíveis, portanto, um espaço não formal de ensino.

2.4 COMPETÊNCIA COMO PRÁXIS

Em dois artigos que referenciam pesquisa de campo para aplicação de um curso de formação para operadores na refinaria Getúlio Vargas (Repar), em Curitiba, Acácia Kuenzer aborda o tema da competência como práxis, ou competência enquanto práxis – compreendendo práxis como atividade material, transformadora e orientada para a consecução de finalidades (KUENZER, 2002, 2004). A partir dessas observações, ela define a competência como “a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida

³ *Empowerment*, traduzido como empoderamento, é o “processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades – no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social)”, (GOHN, 2004).

e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida” (KUENZER, 2002).

É um contraponto à visão mais difundida da pedagogia das competências⁴, em que estas seriam adquiridas por educação formal, na escola. Kuenzer relembra a frase de introdução de Perrenoud, pensador referenciado nas propostas de aplicação da pedagogia das competências no espaço escolar, em um de seus livros – “Afim: vai-se à escola para adquirir conhecimentos, ou para desenvolver competências?”. Com essa frase, o autor busca correlacionar conhecimento e competência, em que sem o primeiro não há como estabelecer o segundo, e que conhecimento pode se referir tanto ao conhecimento teórico quanto ao tácito, mas que, para que tanto um quanto o outro se articulem para se manifestar em competências, é necessário um tempo que talvez a escola não consiga prover.

Como se vê, o autor não diferencia o conhecimento tácito, derivado da articulação entre saberes diversos e experiência laboral, ou conhecimento de senso comum, onde ciência e ideologia se mesclam, de conhecimento teórico; daí o dilema: é preciso tempo para que esta articulação se dê; ele não questiona, contudo, se o tempo de permanência na escola, e mesmo se o espaço da escola, permitem esta articulação (KUENZER, 2002).

Para Kuenzer, portanto, a prática social e produtiva é que seria o espaço apropriado para desenvolver competências e mobilizar conhecimentos, ficando a escola com o papel de dar subsídios para que seus alunos aprendam a interpretar o mundo a fim de transformá-lo, dominando “categorias de método e de conteúdo que inspirem e que se transformem em práticas de emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada pelo conhecimento” (KUENZER, 2002). Para tanto, a autora propõe que as escolas se empenhem na criação de situações de aprendizagem que permitam o desenvolvimento de capacidades cognitivas, afetivas e psicomotoras, com vistas às relações sociais e atividades laborais futuras dos estudantes.

⁴ Pedagogia das competências é o ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações e tarefas específicas, com noções associadas (saber, saber-fazer, objetivos) acompanhadas de uma explicitação das atividades (ou tarefas) em que elas podem se materializar e se fazer compreender. “A ‘pedagogia das competências’ é caracterizada por uma concepção eminentemente pragmática, capaz de gerir as incertezas e levar em conta mudanças técnicas e de organização do trabalho às quais deve se ajustar” (RAMOS, 2009).

Atribuir à escola a função de desenvolver competências é desconhecer sua natureza e especificidade enquanto espaço de apropriação do conhecimento socialmente produzido, e portanto, de trabalho intelectual com referência à prática social, com o que, mais uma vez, se busca esvaziar sua finalidade, com particular prejuízo para os que vivem do trabalho (KUENZER, 2002).

Tem-se, então, no espaço de trabalho, um ambiente não formal de ensino, a oportunidade de articular conhecimentos teórico e prático para a manifestação de competências. É este o caso apresentado nesta pesquisa, em que fiscais estaduais agropecuários e servidores que atuam em Educação Sanitária contaram com uma ferramenta de ensino à disposição que os auxiliaram a estabelecer relações com as secretarias municipais de Educação de suas regionais e uma melhor concatenação de conteúdos da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária a serem repassados a professores, funcionários e alunos das escolas. Para tal, nos baseamos em abordagem explicitada por Kuenzer (2004), fruto das pesquisas que vinha conduzindo na Repar, calcada na compreensão do processo de trabalho como relação entre o sujeito e o objeto, passando este a ser o ponto de partida para a formulação dos percursos formativos. “Isto significa tomar o trabalho como foco, não reduzido a uma dimensão parcial e objetiva, mas como totalidade rica de complexas relações” (KUENZER, 2004).

A “totalidade rica de complexas relações” mencionada por Kuenzer ecoa o conceito de formação omnilateral, de integração das diversas dimensões da vida dos trabalhadores, cujo potencial podemos vislumbrar na Educação Sanitária – conceito a ser abordado no próximo tópico.

2.5 EDUCAÇÃO SANITÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE⁵

A Educação Sanitária – também conhecida como Educação para a saúde e, ainda, pela terminologia mais utilizada atualmente, Educação em saúde – é um dos ramos de atuação em saúde pública, que tem por objetivo informar e educar a população sobre a promoção de hábitos saudáveis e a prevenção de doenças. Surgiu de uma visão da saúde a partir da ótica da saúde pública, que

⁵ O conteúdo deste capítulo serviu de subsídio para a elaboração do artigo “Educação Sanitária em Defesa Agropecuária: Entrelaçamentos com a Educação Profissional e Tecnológica e a Educação Popular em Saúde”: <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2021.26016>

parte não apenas de uma perspectiva individual, de atendimento médico-hospitalar direcionado, mas da influência de determinantes sociais – tais como classe, local de moradia e ocupação laboral – no processo saúde/doença.

A educação em saúde se liga aos objetivos gerais da saúde pública: prevenção de doenças, proteção e promoção da saúde do indivíduo, da família e da comunidade. A prevenção é realizada pelo desenvolvimento do saneamento básico e pelos programas de imunização em massa; a proteção, pelos serviços de saúde existentes; e a promoção, através da elevação do nível de saúde. Dentro deste contexto, a educação em saúde torna-se instrumento para a realização desses objetivos. (PIMONT, 1977, p.17)

No Brasil, ações de Educação em Saúde que incluíssem as camadas populares começaram no final do século XIX, obedecendo a uma lógica campanhista, de inspiração militar, focando no combate às epidemias de febre amarela, varíola e peste que grassavam pelas cidades brasileiras, trazendo impactos econômicos negativos na exportação de café. Neste período, destaca-se a atuação do sanitarista Oswaldo Cruz, que se utilizava de métodos coercitivos e impositivos para conduzir campanhas de saneamento e debelar as epidemias no país. A falta de diálogo e o autoritarismo dessas ações têm seu exemplo mais claro na instituição da obrigatoriedade de vacinação, que se tornou o estopim para a Revolta da Vacina, em 1904, no Rio de Janeiro.

Este modelo campanhista de Educação Sanitária perdurou até os anos 1920, quando Carlos Chagas conduziu a primeira reforma sanitária brasileira e criou o Departamento Nacional de Saúde. Nesta nova estrutura, a Educação em Saúde passou a ser assumida pelas escolas, com a criação da figura da educadora sanitária; a abordagem também mudou, indo do modelo polialesco e fiscalizatório imposto por Oswaldo Cruz para uma metodologia que privilegiava a persuasão e a conscientização através de materiais educativos e preventivos (SILVA et al., 2010). Era um modelo influenciado pela Medicina Preventiva, vertente que, naquela época, estava sendo amplamente difundida nos cursos de medicina das universidades norte-americanas.

Posteriormente, durante a Era Vargas, houve a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), em convênio com o governo dos Estados Unidos, que estabeleceu centros de saúde e postos rurais em regiões de extração de borracha e minérios, como a Amazônia e o Vale do Rio Doce. O SESP teve muito a colaborar na questão da Educação em Saúde, com

inovações metodológicas, novas técnicas de ensino e aprendizagem, recursos audiovisuais, educação em grupos e organização de comunidades. Outra novidade foi a percepção de que não só crianças e jovens pudessem ser alvo da Educação Sanitária, mas que também os adultos são sujeitos passíveis de mudança, que podiam ser educados (SILVA et al., 2010).

A partir da década de 1950, a Educação em Saúde no Brasil é influenciada pela sugestão da Organização das Nações Unidas (ONU) para a adoção de um modelo de desenvolvimento comunitário como forma de mobilização popular e solução de problemas sociais. No entanto, o papel da população neste cenário ainda se restringia à execução das ações, não colaborando para seu planejamento, numa visão ainda paternalista. Com o início do regime militar e uma política de saúde voltada para a expansão dos serviços médicos privados, a Educação em Saúde foi relegada a segundo plano. Porém, contraditoriamente, foi neste mesmo período que começaram a surgir as primeiras experiências de Educação Popular em Saúde.

A Educação Popular em Saúde é o campo de prática e conhecimento que tem se ocupado mais diretamente com a criação de vínculos entre a ação médica e o pensar e fazer cotidiano da população (VASCONCELOS, 2004).

Pode-se afirmar que grande parte das experiências de Educação Popular em Saúde está hoje voltada para a superação do fosso cultural existente entre os serviços de saúde, as organizações não-governamentais, o saber médico e mesmo as entidades representativas dos movimentos sociais, de um lado, e, de outro, a dinâmica de adoecimento e de cura do mundo popular (VASCONCELOS, 2004, p. 72-73).

A Educação Popular em Saúde inspira-se nos trabalhos de Paulo Freire, contra a concepção bancária de educação que percebe os aprendizes como tábulas rasas, cuja “única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (FREIRE, 1987, p.33). Baseia-se na visão freiriana de uma educação dialógica, problematizadora e libertadora, em que os repertórios pessoais dos educandos, suas histórias de vida, subjetividades e crenças são respeitados e servem como ponto de partida para a prática educativa.

Como educador preciso de ir "lendo" cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é

o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra” (FREIRE, 1996, p.32).

Para além da valorização dos repertórios individuais dos aprendizes, a Educação Popular, de Freire, também preconiza que a educação não é uma via de mão única e, portanto, não há uma separação total entre quem ensina e quem aprende, cunhando os termos “educadores-educandos” e “educandos-educadores”: “a educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.48). No contexto da Educação Popular em Saúde, isto significa uma relação dialógica entre os profissionais da saúde e a população, em que nenhuma das partes se constituem como sujeitos completos, mas que, em permanente interação e troca, constroem de forma colaborativa seu conhecimento, entrelaçando saberes populares e científicos.

A Educação Popular em Saúde desenvolveu-se durante os anos 1970 e nas décadas seguintes, encorajada pela forte mobilização que foi responsável, durante o período de redemocratização, pela construção de mecanismos legais que privilegiavam a participação popular, como a Constituição de 1988. Conhecida como a Constituição Cidadã, incluía a saúde como um direito de todos e estipulava as bases para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como diretrizes a participação popular e o controle social.

Em 1991, durante o I Encontro de Educação Popular em Saúde, em São Paulo, profissionais da área se organizaram em um movimento social batizado de Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde. A partir de 1998, a Articulação passou a se chamar Rede de Educação Popular em Saúde, nome que carrega ainda nos dias de hoje.

A unidade de propósitos dos participantes do movimento consiste em trazer, para o campo da saúde, a contribuição do pensamento freiriano, expressa numa pedagogia e concepção de mundo centrada no diálogo, na problematização e na ação comum entre profissionais e população (STOTZ; DAVID; UN, 2005, p.53).

A consolidação do SUS nas décadas de 1990 e 2000 abriu espaço para a institucionalização da Educação Popular em Saúde, com a criação, em 2009, do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde pela Portaria nº 1.256, do

Ministério da Saúde. O Comitê tem como objetivo principal participar da formulação, acompanhar a implementação e a avaliação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS), que, por sua vez, foi instituída pela Portaria nº 2.761, em 2013. A PNEPS-SUS atua em quatro eixos primordiais: Participação, Controle Social e Gestão Participativa; Formação, Comunicação e Produção de Conhecimento; Cuidado em Saúde; e Intersetorialidade e Diálogos Multiculturais. Sua implementação é determinada pelo Plano Operativo, estipulado pela Resolução nº 15, de 30 de março de 2017, da Comissão Intergestores Tripartite, composta pelo ministro da Saúde e representantes das secretarias estaduais e municipais de saúde. Houve, portanto, a construção de um arcabouço legal que resguardasse a Educação Popular em Saúde como prática profissional e forma de gestão participativa popular no SUS, estabelecendo-a como política de Estado, e não de governo.

No âmbito acadêmico, a Educação Popular em Saúde tem gerado um grande fluxo de livros e artigos científicos desde a década de 1980, em publicações de saúde coletiva e da área de educação. Em pesquisa que analisou 28 trabalhos acadêmicos sobre Educação Popular em Saúde, Stotz, David e Un (2005) elencaram os principais temas abordados pela área: novas compreensões sobre a saúde, com visões ampliadas, diversas, múltiplas, “contraditória até em suas múltiplas vertentes”, uma saúde tolerante e inclusiva, além de discussões sobre o cuidado em saúde, a integralidade e a humanização (STOTZ; DAVID; UN, 2005).

O interesse crescente pela área deve-se, também, à criação de programas como o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), ações que aproximaram ainda mais os serviços de saúde e a população, com criação de postos de trabalho direcionados a pessoas já incluídas na realidade local de cada unidade de saúde.

A expansão do Programa Saúde da Família levou a uma profunda inserção de milhares de trabalhadores de saúde no cotidiano da dinâmica de adoecimento e de cura na vida social. Nessa convivência estreita, os profissionais de saúde são profundamente questionados sobre a eficácia do modelo biomédico tradicional (VASCONCELOS, 2004, p.77).

Como integrantes do Programa de Saúde da Família, os Agentes Comunitários de Saúde [ACS] constituem, historicamente, o elo entre o

serviço de saúde e a comunidade. Assim, a Educação Popular em Saúde pode representar uma ferramenta significativa para o trabalho dos ACS, uma vez que possibilita a superação do entendimento, historicamente arraigado no interior do serviço de saúde, de que o saber da população é insuficiente e, dessa forma, inferior; quando, na realidade, devemos vê-lo como um saber apenas diferente (AMARAL et al, 2014, p.1549)

O surgimento e a consolidação da Educação Popular em Saúde representam a materialização dos conceitos de trabalho como princípio educativo e formação humana integral, abordados pelas bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica. Prática profissional e prática educativa coincidem, num processo de construção e apropriação de conhecimentos que beneficia a ambas as partes, profissionais da saúde e população. Por conseguinte, a atuação no ramo da Educação Popular traz desdobramentos importantes para a formação humana integral dos profissionais da área da saúde e demais envolvidos em seu processo educativo:

Ao colocar-se como referência no campo de práticas dos profissionais de saúde, a Educação Popular contribui para a formação de profissionais comprometidos com as questões sociais, não somente pela mudança de atitudes e comportamentos, mas, principalmente, pelo engajamento ativo nas lutas por direitos e comprometimentos com posturas acolhedoras e de construção da autonomia das pessoas e dos grupos sociais (PEDROSA, 2007, p.16).

É neste contexto que a Educação em Saúde se encontra atualmente: procurando seguir os princípios de participação popular para que profissionais da saúde, educadores e população possam, horizontalmente, construir conhecimentos e ações para a promoção da saúde e melhora da qualidade de vida.

2.5.1 Educação Sanitária em Defesa Agropecuária

Antes de tratarmos da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária especificamente, cabe uma explicação sobre o papel do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das secretarias estaduais e municipais de agricultura, o que justifica a existência desta vertente de Educação em Saúde.

No Brasil, a inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal ficam a cargo do Ministério da Agricultura, em âmbito federal; e das secretarias estaduais e municipais, em suas respectivas jurisdições,

operacionalizando as ações de inspeção e fiscalização localmente. O regimento interno da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, por exemplo, estabelece que o órgão estadual tem por finalidade precípua planejar, promover, fiscalizar e executar políticas e ações de defesa agropecuária e vigilância sanitária animal e vegetal, além da inspeção, fiscalização e classificação de produtos de origem animal e vegetal, seus derivados, subprodutos, resíduos e insumos agropecuários (RIO GRANDE DO SUL, 2017).

A partir destas ações de fiscalização e inspeção, surge a necessidade de um campo de atuação diferenciado e complementar, que tivesse um aspecto mais propositivo do que punitivista: a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária.

Ações de Defesa Sanitária sem conteúdo educativo, criam sentimentos de rejeição da comunidade ao Serviço de Defesa. Por isso a Educação Sanitária é considerada atividade estratégica e instrumento de Defesa Agropecuária, pois promove a compreensão e aplicação da legislação sanitária, por meio de projetos educativos, estimulando o comprometimento dos segmentos produtivos e da comunidade, quanto a necessidade e benefícios decorrentes da manutenção da sanidade, inocuidade e qualidade dos produtos e serviços ligados à agropecuária (GIOVANNINI; SQUAREZI; SILVA, [s. d.]).

Como ramificação da Educação em Saúde, a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária aparece pela primeira vez, em dispositivos legais, no Decreto Lei 24.548, de 3 de julho de 1934, que aprovou o regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal. Em seu artigo 73, o decreto estabelece a organização de um “serviço de propaganda, divulgação e Educação Sanitária”, para tornar mais eficiente o combate às moléstias infectocontagiosas, com a distribuição gratuita de folhetos, prospectos, cartazes ou monografias (BRASIL, 1934). Apesar de manifestar o primeiro interesse governamental pela Educação Sanitária no campo da agropecuária, o artigo menciona ações puramente propagandísticas – um reflexo da mentalidade de sua época, em que, até mesmo no amplo campo da saúde, a atuação estatal era exatamente essa, focada no modelo campanhista.

Porém, ao contrário da evolução experimentada pela Educação em Saúde a partir dos anos 1970, com o surgimento da Educação Popular em Saúde, houve uma estagnação na Educação Sanitária no setor agropecuário.

Em um levantamento realizado no sistema de legislação SISLEGIS do Ministério da Agricultura, que abarca todos os dispositivos legais federais do setor agropecuário desde 1890 até 2019, utilizando-se as palavras-chave “Educação”, “Educação Sanitária” e “Educação em Saúde”, tem-se como resultado apenas 29 decretos e instruções normativas, publicados no período pesquisado, que façam referência ao tema da Educação Sanitária, a maioria de forma pontual. Note-se também que não houve nenhum registro de “Educação em Saúde”: todas as 29 legislações e normativas encontradas como resultado da pesquisa, mesmo as mais recentes, utilizam o termo “Educação Sanitária”; conforme visto anteriormente, esta terminologia não costuma mais ser empregada na área da saúde⁶.

Após o já mencionado Decreto Lei de 1934, a expressão “Educação Sanitária” só vai aparecer novamente em um decreto de 1965, com normas técnicas especiais para a profilaxia da brucelose, uma doença de bovinos transmissível às pessoas. A partir daí, ocorre um hiato de 41 anos em que nenhum dispositivo legal do Ministério da Agricultura menciona Educação Sanitária até o ano de 2006, quando o Decreto 5.741, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), institui oficialmente a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária.

O SUASA tem por objetivo garantir a proteção da saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, além de identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores. No decreto, há uma seção inteira dedicada à Educação Sanitária, que é vista como atividade estratégica para garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral. O dispositivo legal também conceitua a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária como “um processo ativo e contínuo de utilização de meios, métodos e técnicas capazes de educar e desenvolver consciência crítica no público-alvo” (BRASIL, 2006). O decreto

⁶ Embora haja consenso atual entre os profissionais da área sobre a utilização do termo Educação em saúde, neste trabalho optamos pela denominação Educação Sanitária por ser este o termo empregado nos dispositivos legais que criaram a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária no Brasil e também por ser o próprio nome da seção da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural que é o foco deste estudo.

prevê a criação de um programa nacional de Educação Sanitária que seguisse cinco diretrizes: promoção da compreensão e aplicação da legislação de defesa agropecuária; promoção de cursos de Educação Sanitária; formação de multiplicadores; promoção de intercâmbios de experiências; e utilização dos meios de comunicação como instrumento de informação e de educação (BRASIL, 2006).

Em 2008, a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária foi regulamentada pela Instrução Normativa nº 28 do mesmo ministério, com a criação do Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. O objetivo geral do programa é “promover, por via educativa, a sanidade, inocuidade e qualidade dos produtos agropecuários brasileiros e de seus derivados” (BRASIL, 2008). Nesta Instrução Normativa, a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária é conceituada como:

[...] o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários (BRASIL, 2008).

Percebe-se uma mudança entre a Instrução Normativa e o Decreto, publicado dois anos antes, na conceituação da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária: na redação da Instrução Normativa, há uma relação mais dialógica, se aproximando dos conceitos mais atuais de Educação Popular em Saúde, baseada no trabalho de Paulo Freire. , Esta dialogicidade permite a construção em conjunto do conhecimento (“construção e apropriação de conhecimentos”), em vez de uma hierarquização da informação, que viria das fontes “oficiais” para o público em geral. Por apresentar-se de forma mais dialógica, constitui-se, também, como uma visão próxima à da pedagogia marxiana, que prega o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral, bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica.

Esta nova abordagem e mentalidade, mais alinhada aos preceitos da Educação Popular em Saúde, também está presente no Plano Estratégico 2017 – 2026 do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Trata-se de um plano decenal com o objetivo de preparar todo o país para a retirada da vacinação

contra a febre aftosa, abrindo possibilidades de novos mercados externos para a exportação da carne brasileira. Uma das ações apontadas como de grande importância para a consecução deste plano é a promoção da “educação e comunicação em saúde animal”. O plano lista uma série de atividades a serem realizadas nessa área, com orientações específicas:

As ações deste Plano para Educação e Comunicação Social em Saúde Animal pretendem romper com os modelos tradicionais em vigor, marcadamente normativos e coercitivos, calcados na visão da “Autoridade Sanitária” como a grande detentora do conhecimento sobre o que é melhor para o sujeito, mais até do que o próprio, e para todos de forma indistinta, ignorando que o processo educativo lida com histórias de vida, crenças e valores e com a subjetividade do sujeito em si (BRASIL, 2017, p.27).

Ainda que a presença da Educação Popular em Saúde, conforme verificamos, seja muito incipiente (ou melhor, quase inexistente) nos dispositivos legais dos órgãos estatais de atuação no setor agropecuário, esta menção clara aos preceitos da Educação Popular de Freire, em que o processo educativo deve levar em consideração o repertório individual do educando, se configura como um pequeno e importante passo na direção da Educação Popular em Saúde no campo da defesa agropecuária.

Com uma base fundante essencialmente humanística, estabelecida por este referencial teórico, a pesquisa conduzida para esta dissertação se utilizou de métodos majoritariamente qualitativos, conforme será abordado no próximo capítulo.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem abordagem do tipo qualitativa, com análise de alguns dados quantitativos, e se apoia na análise documental e entrevistas semiestruturadas. Bodgan; Biklen (1982) *apud* Lüdke; André (1986) apresentam a definição de pesquisa qualitativa, ou naturalística, como aquela que envolve a obtenção de dados descritivos, no contato direto do pesquisador com a situação estudada, com ênfase mais no processo do que no produto, e a preocupação em retratar a perspectiva dos participantes (BODGAN; BIKLEN, 1982 *apud* LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.13).

Conforme a classificação quanto ao seu objetivo, esta é uma pesquisa de caráter exploratório, pois tem como meta “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p.41).

No aspecto metodológico, trata-se de um estudo de caso que, conforme Gil (2002), consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2002, p.54). Nesta pesquisa, o objeto de investigação – o caso a ser estudado – é como se dá a atuação de servidores da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul no âmbito do projeto “Educação Sanitária na Escola”. A conceituação de Moreira e Rosa (2009) vai pela mesma vertente, definindo o estudo de caso como uma descrição intensiva, holística e uma análise profunda de uma entidade singular, um fenômeno ou unidade social (MOREIRA; ROSA, 2009, p.13). Os mesmos autores citam Serrano (1998) para tipificar os estudos de casos como *descritivos*, *interpretativos* ou *avaliativos*. Segundo essa classificação, temos um estudo de caso do tipo descritivo-avaliativo, pois fez um informe detalhado de um fenômeno objeto de estudo – a atuação dos servidores da SEAPDR no projeto “Educação Sanitária na Escola” – para posteriormente emitir um juízo, que trouxe como consequência a produção da mídia educacional resultante.

Num primeiro momento, foi realizada uma pesquisa documental nos arquivos da Seção de Educação Sanitária da SEAPDR, para analisar os relatórios produzidos pelas regionais da Secretaria, de 2012 a 2019, a fim de identificar, quantitativamente, o número de ações educativas realizadas nas regionais ao longo dos anos.

Posteriormente, foi conduzida uma análise comparativa das duas versões do documento orientador “Educação Sanitária na Escola” (2010, 2018), a fim de identificar pontos de aderência das linhas gerais do projeto às bases conceituais da EPT. As duas versões foram lidas e analisadas seguindo categorização proposta por Bardin (2011), que define categorização como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p.147). A autora ainda conceitua as categorias como rubricas ou classes que, com título genérico, agrupem unidades de registro que tenham características em comum (BARDIN, 2011, p.147).

No passo seguinte, buscou-se compreender as rotinas de trabalho dos servidores e identificar seus problemas e dificuldades como intermediadores do projeto “Educação Sanitária na Escola” junto às secretarias municipais de Educação e instituições de ensino.

Por envolver seres humanos, esta pesquisa foi submetida, por meio da Plataforma Brasil, ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e foi aprovado, conforme parecer nº 4.114.829 (Anexo A). Um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) foi assinado pelos servidores entrevistados, autorizando sua participação nesta pesquisa.

O instrumento de coleta utilizado foi uma entrevista semiestruturada (Apêndice C) com os servidores que atuam como referências da Educação Sanitária e seus suplentes, nas regionais onde o projeto ainda não foi implementado. O mesmo instrumento de coleta, mas com algumas perguntas diversas (Apêndice D), foi respondido pelos servidores referências e seus suplentes que atuam em regionais em que o projeto “Educação Sanitária na Escola” já se encontra em andamento. No próprio roteiro de entrevista, foi feito um levantamento sobre os temas agropecuários de maior interesse no Rio Grande do Sul, segundo a percepção dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas em formato virtual, por meio da plataforma Zoom, e gravadas em formato de vídeo.

O conteúdo das entrevistas foi transcrito a partir dos áudios extraídos das gravações em vídeo, com a opção metodológica de se redigir exatamente como os respondentes se expressavam, incluindo hesitações, tiques e gaguejos,

conforme Azevedo *et al* (2017). A categorização foi feita com auxílio do *software* ATLAS.ti, seguindo análise de conteúdo de Bardin (2011). A partir dessas informações e da análise das entrevistas – que contaram com espaços para que os servidores pudessem contribuir com sugestões que julgassem as mais adequadas para a sua realidade e necessidade –, foi desenvolvido um produto educacional (Apêndice A), que objetiva oferecer subsídios para o diálogo com as secretarias municipais de Educação, de modo a instituir o “Educação Sanitária na Escola” em outras localidades e ampliar a base de atuação do projeto. O produto educacional foi avaliado por meio de questionário semiaberto *on-line* (Apêndice E), montado a partir de sugestões de avaliação de produtos educacionais proposto por Leite (2018), respondido pelos servidores referências em Educação Sanitária e seus suplentes. As respostas coletadas foram tabuladas e analisadas sob o aspecto do conteúdo (BARDIN, 2011), no caso das perguntas em aberto, e percentualmente, nas perguntas com múltiplas escolhas.

A apresentação dos resultados e as discussões a eles relacionadas, feita a seguir, se inicia com as pesquisas documentais: a análise de conteúdo das duas versões do documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola” e os levantamentos realizados a partir dos relatórios elaborados pelos servidores referências em Educação Sanitária da SEAPDR pelo período de 2012 a 2019, apresentando um panorama sobre as ações em Educação Sanitária conduzidas no período. Em seguida, são abordados os resultados da entrevista semiestruturada aplicada aos servidores: primeiro, traçando um perfil que caracterize esses profissionais, suas rotinas de trabalho, dificuldades e problemas que vivenciam na condução de ações de Educação Sanitária; em seguida, vem a análise das entrevistas feitas com servidores de regionais que promovem atividades recorrentes em escolas; e, por fim, levantamento feito, no roteiro da entrevista semiestruturada, sobre os principais temas de interesse em sanidade agropecuária com potencial para serem abordados pela Educação Sanitária em âmbito estadual.

4 PESQUISA DOCUMENTAL: RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação sobre o projeto “Educação Sanitária na Escola” e a atuação dos servidores da SEAPDR para a sua expansão tem como partida inicial a observação do panorama de ações em Educação Sanitária desenvolvidas pela Secretaria ao longo dos anos. Para traçar este quadro, foram realizadas duas pesquisas documentais: primeiro, a análise comparativa das duas versões do documento orientador do “Educação Sanitária na Escola”, a fim de compreender seus pontos de interseção com a EPT; e, em seguida, um levantamento nos arquivos da Secretaria sobre as ações de Educação Sanitária realizadas, de 2012 a 2019, em suas 19 regionais.

4.1 DIÁLOGO ENTRE O “EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA ESCOLA E A EPT⁷”

A Seção de Educação Sanitária da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul foi criada em 2009, a partir da promulgação da Lei nº 13.192/2009, que instituiu a Política Estadual de Educação Sanitária Animal no estado. Pouco tempo após sua criação, em março de 2010, a Seção publicou o documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola”, que, em linhas gerais, estabelece diretrizes de atuação para formação de parcerias com secretarias municipais de Educação de forma a incluir o tema da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária de forma transversal e interdisciplinar no currículo escolar. Oito anos depois, em 2018, sob o título “Educação Sanitária em Escolas: Panorama Atual de Experiência Exitosa”, o documento foi revisto e reeditado, com conteúdo ampliado e revisão de objetivos e metodologia.

Para compreender as mudanças ocorridas no projeto e observar se há um diálogo com as bases conceituais da EPT, as duas versões foram lidas e tiveram seu conteúdo categorizado segundo Bardin (2011). A partir dessa categorização, quadros foram montados para mostrar, de forma resumida, o conteúdo de cada seção das duas versões do documento, a de 2010 (Quadro 2) e a de 2018 (Quadro 3).

⁷ O conteúdo deste capítulo baseou a elaboração do artigo “Estabelecendo diálogo da Educação Profissional e Tecnológica com o projeto “Educação Sanitária na Escola” da Secretaria da Agricultura do RS”, em vias de publicação na Revista Thema (ISSN Eletrônico 2177-2894).

Quadro 2 - Seções do documento “Educação Sanitária na Escola” (2010)

Seção	Descrição
Introdução	Conceituação de Educação Sanitária de uma forma geral, e seus objetivos.
Justificativa	Importância de ações de Educação Sanitária para que a população se sinta comprometida e corresponsável por prevenir, controlar e/ou erradicar enfermidades.
Projeto Educação Sanitária na Escola	
1. Apresentação	Projeto piloto executado em conjunto com a Prefeitura Municipal de Arroio Grande, por meio da Secretaria Municipal de Educação, conduzido na rede de ensino público pela modalidade formal, através da atuação curricular como tema transversal, tendo como referência pedagógica os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB).
2. Objetivos	Lista objetivos geral e específicos. Serão tratados mais detalhadamente em outro quadro.
3. Justificativa	Educação como ferramenta de prevenção de doenças: a Educação Sanitária desenvolvida na Escola é um adequado instrumento para se desenvolver um processo ativo e contínuo onde se deseja promover mudanças de conhecimento, atitudes e comportamento de dos alunos e suas famílias.
4. Sensibilização	Etapa inicial que consiste em reuniões com professores e funcionários das escolas para apresentar o projeto e discutir a importância da realização do “Projeto Educação Sanitária na Escola” com todos os parceiros.
5. Ações propostas	Sugestões de ações educativas que podem ser conduzidas nas escolas no âmbito do projeto.
6. Recursos utilizados	Recursos humanos, materiais e financeiros previstos para as ações propostas pelo projeto. Porém, lista apenas os recursos humanos disponíveis.
6.1 Recursos humanos	Funcionários da Secretaria Estadual da Agricultura; equipes pedagógica e administrativa da escola; equipe de Supervisão Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação; representantes das secretarias municipais de Educação, Agricultura e Saúde; Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa).
7. Avaliação	Prevê a avaliação do projeto em todas as fases, desde a sensibilização até a execução, mas sem apresentar modelos de questionários ou outros métodos de avaliação já prontos.

8. Cronograma	A ser definido.
---------------	-----------------

Fonte: Adaptado de Rio Grande do Sul (2010).

Quadro 3 - Seções do documento “Educação Sanitária em Escolas: Panorama Atual de Experiência Exitosa” (2018)

Seção	Descrição
1. Introdução	Conceituação de Educação Sanitária e seus objetivos. Apresenta a escola como uma ferramenta que oportuniza a disseminação do conhecimento, conscientização e responsabilidade de todos os envolvidos.
2. Histórico	Apresenta o histórico do projeto na Supervisão Regional de Pelotas desde o projeto piloto estabelecido em Arroio Grande. Em oito anos, 150 escolas foram beneficiadas na região, inclusive com projeto específico desenvolvido em 2017, com apoio do Ministério Público Estadual, para jovens em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade.
3. Objetivos	Lista objetivos geral e específicos. Serão tratados mais detalhadamente em outro quadro.
4. Justificativa	Educação como ferramenta de prevenção de doenças: a Educação Sanitária desenvolvida na escola é um adequado instrumento para se desenvolver um processo ativo e contínuo onde se deseja promover mudanças de conhecimento, atitudes e comportamento de dos alunos e suas famílias.
5. Metodologia	Estabelece uma metodologia de implantação do projeto em que os fiscais primeiramente devem procurar a secretaria municipal de Educação para apresentar o projeto; após aprovação desta instância, organiza-se encontro com os professores e funcionários para sensibilização, divulgação das atividades e metodologia de ensino a ser adotada.
6. Resultados/Avanços	Relata experiências em que as ações se desdobraram para além dos muros escolares e os conhecimentos construídos no âmbito do projeto impactaram de alguma forma na vida dos alunos.
7. Expectativas/Planejamento	Estabelece um planejamento para que o projeto seja adotado em quatro Supervisões Regionais da Secretaria da Agricultura a cada dois anos, até haver representação em todo o estado num prazo máximo de oito anos. O projeto

	prevê reavaliação e revisão de resultados nos três meses finais de cada ano. Referenciando a experiência na regional de Pelotas, sugere aplicação de questionário e construção de diagnóstico junto aos professores sobre os assuntos de maior relevância para a realidade local, além de organização de um cronograma assim que o projeto seja aprovado pela secretaria municipal de Educação.
8. Recursos Humanos	A mesma composição do documento anterior, com a adição de representantes de universidades.
9. Avaliação	A avaliação do trabalho acontecerá no decorrer de todas as etapas, através da receptividade da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, observação durante as palestras em sala de aula, pela motivação de alunos e professores, pelo feedback durante atividades, de reuniões com direção e professores, de concursos, e questionário para construção de diagnóstico para reformulação das ações.
Anexos	Entre os anexos do documento, vale destacar: modelo de questionário voltado a professores para orientação do trabalho em sala de aula e temas importantes a serem abordados; sugestão de cronograma para a organização do trabalho durante o ano.

Fonte: Adaptado de Rio Grande do Sul (2018).

A análise comparativa do conteúdo começa, então, com os objetivos geral e específicos do projeto “Educação Sanitária na Escola” listados como categorias, conforme Bardin (2011). Em sua redação inicial, o objetivo geral do projeto é difundir conhecimentos para que os professores, estudantes e funcionários das escolas envolvidas, além da comunidade que os circunda, se tornem “agentes multiplicadores da Educação Sanitária, através de processos de sensibilização, comprometimento e consciência sanitária” (RIO GRANDE DO SUL, 2010). Na versão reeditada em 2018, o documento orientador do projeto conta com quase o mesmo objetivo geral, mas com duas alterações: em vez de “agentes multiplicadores”, os professores, alunos, funcionários da escola e comunidade são referenciados como “agentes disseminadores” – uma terminologia que denota um papel mais ativo do público-alvo do projeto. Além disso, no final, que menciona como consequência “a melhoria na qualidade de vida”, há a adição de um qualificativo, “da população”, dando a dimensão de

uma construção comunitária do conhecimento.

Entre os objetivos específicos, o documento revisado em 2018 apresenta diferenças de redação em tópicos presentes na versão de 2010, além da inclusão de novos itens, conforme aponta o Quadro 4.

Quadro 4 - Comparativo entre objetivos geral e específicos das versões do projeto “Educação Sanitária na Escola”

	Versão 2010	Versão 2018
Objetivo geral	Proporcionar que alunos, professores, funcionários da Escola e comunidade em geral se tornem agentes multiplicadores da Educação Sanitária, através de processos de sensibilização, comprometimento e consciência sanitária, possibilitando um exercício pleno da cidadania com melhoria na qualidade de vida.	Proporcionar que alunos, professores, funcionários da Escola e comunidade em geral se tornem agentes disseminadores da Educação Sanitária através de processos de sensibilização, comprometimento e consciência sanitária, possibilitando um exercício pleno da cidadania com melhoria na qualidade de vida da população .
Objetivos específicos	Enriquecer o currículo escolar com a exploração do tema transversal “Educação Sanitária, saúde pública e sanidade animal”;	Enriquecer os conteúdos e áreas de ciências da natureza, composta pelas disciplinas de biologia, física e química, com a exploração dos temas focados na saúde pública e sanidade animal;
	Promover hábitos e posturas voltadas para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida do cidadão;	
	Estabelecer diversas parcerias com entidades e órgãos públicos para ampliar os trabalhos e projetos desenvolvidos na Escola;	
	Estimular a gestão participativa dos diversos atores envolvidos nas políticas públicas relacionadas aos serviços de vigilância sanitária.	
	-	Incentivar a participação de alunos e professores na construção das atividades

		que sejam condizentes e atrativas com suas realidades e localidades;
	-	Promover e incentivar encontros nas demais regiões, para implantação e disseminação da Educação Sanitária para a rede de ensino em todo o Estado do RS;
	-	Possibilitar a divulgação dessa atribuição, em todos os eventos para conhecimento da população em geral.

Fonte: Adaptado de Rio Grande do Sul (2010, 2018).

Iniciando pelo primeiro objetivo específico, observa-se uma alteração significativa no escopo do projeto dentro do currículo escolar. Se no documento de 2010 havia a previsão de explorar o tema “Educação Sanitária” de forma transversal no currículo, a nova redação proposta em 2018 parece restringi-lo aos conteúdos de Biologia, Física e Química – dito de outro modo, aparenta-se que a interdisciplinaridade do projeto foi limitada às Ciências da Natureza. Isso sugeriria uma revisão negativa ao caráter interdisciplinar e transversal inicialmente proposto em 2010, em que não havia delimitações sobre as disciplinas escolares que poderiam ser incluídas no “Educação Sanitária na Escola”.

Porém, é importante ressaltar que os dois documentos foram elaborados pelos próprios servidores da Secretaria da Agricultura, profissionais que não possuem formação pedagógica; e o entendimento do termo “transversal”, para eles, é de conteúdos que podem ser tratados paralelamente na escola: “a gente trabalhava nas escolas presencialmente com um tema a mais, pra complementar as informações que eles já tinham”⁸. Na segunda versão, a menção a disciplinas e grupos temáticos específicos objetivou simplificar a

⁸ Entrevista com um dos autores das duas versões do projeto “Educação Sanitária na Escola”.

aplicação do projeto em outras frentes, não pretendendo limitar a transversalidade, nem a interdisciplinaridade. Além disso, as disciplinas elencadas foram propostas pelos próprios professores das escolas em que o projeto já fora implementado nos anos anteriores, demonstrando um espaço de escuta e diálogo presente dentro do “Educação Sanitária na Escola”, que fica ainda mais evidente no parágrafo seguinte, que analisa outro objetivo específico.

Pois, dentre os novos objetivos específicos adicionados, chama a atenção o que referencia a participação de “alunos e professores na construção das atividades do projeto, para que sejam condizentes e atrativas com suas realidades e localidades” (RIO GRANDE DO SUL, 2018). Mesmo que em nenhuma parte do documento ele seja citado, mostra-se evidente, neste objetivo específico, a influência do pensamento de Paulo Freire, da dialogicidade como pedra fundamental de uma pedagogia libertadora.

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição - um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a revolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (FREIRE, 1987, p. 47).

Não é mais suficiente apenas sensibilizar os professores e funcionários para a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária: torna-se primordial que estes temas tenham sentido para a realidade local desses profissionais e seus estudantes, que as temáticas de Educação Sanitária sejam usadas como tijolos na construção de conteúdos e atividades realmente relevantes para este grupo de pessoas e a comunidade onde estão inseridas. Esta dinâmica remete aos “temas geradores” de Freire:

É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos de universo temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores (FREIRE, 1987 p. 50).

O movimento, no entanto, se dá de forma um pouco inversa, no sentido em que os temas de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária são propostos ao corpo docente e só serão abordados por estes, em sala de aula, se

encontrarem raízes na realidade do grupo escolar a ser trabalhado.

Quanto à metodologia de implantação e aplicação do projeto, há diferenças entre os dois documentos. No texto original de 2010, a primeira etapa é de sensibilização dos parceiros, com reuniões da equipe organizadora do projeto “Educação Sanitária na Escola”, composta pelos fiscais estaduais agropecuários da secretaria junto com professores e servidores das secretarias municipais de Educação, Saúde e Agricultura, quando houver. Essas reuniões teriam como objetivo discutir a importância da implantação do projeto e os meios para que isto ocorra. A partir daí, os professores organizariam a agenda de atividades práticas e teóricas de acordo com o currículo escolar (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

A versão atualizada de 2018, construída a partir da prática e dos conhecimentos acumulados por um grupo de servidores da SEAPDR, ao longo de oito anos de condução do projeto, apresenta uma sugestão de metodologia para a sua implantação em um município. Trata-se de uma espécie de passo-a-passo em que primeiro se aconselha o contato inicial com a secretaria municipal de Educação, com o objetivo de apresentar as atribuições da Secretaria da Agricultura, o papel da Educação Sanitária e os conteúdos que podem ser abordados pelas escolas. Após a aprovação da secretaria municipal, organiza-se um encontro com professores e funcionários das escolas que forem escolhidas para abrigar o projeto, com sensibilização, divulgação das atividades e metodologia de ensino a ser adotada (RIO GRANDE DO SUL, 2018). São orientações construídas pelos servidores, a partir de suas próprias experiências, para que um colega que nunca tenha tido contato com Educação Sanitária, ou um projeto com base escolar, saiba, em linhas gerais, navegar os meandros administrativos das relações entre dois órgãos públicos – Estado e prefeituras. As orientações não se propõem a ser medidas obrigatórias ou uma prática engessada, pois as regionais da Secretaria da Agricultura trilham seus próprios caminhos no que concerne as atividades em âmbito escolar.

Na primeira versão do documento – que está presente, como anexo, na versão mais atual –, os temas discutidos devem levar em consideração a realidade regional e os problemas sanitários que sejam recorrentes naquela localidade específica, como, por exemplo, o uso, a distribuição e a preservação da água; a higiene no consumo de alimentos; os malefícios de se comprar

alimentos de origem animal sem inspeção sanitária; o manejo sanitário de animais e plantas, entre outros tópicos (RIO GRANDE DO SUL, 2010). Mais uma vez, manifesta-se o conceito dos “temas geradores” de Freire. Quanto a propostas de atividades educativas que podem ser realizadas, o primeiro documento explicita alguns exemplos, como palestras, oficinas, gincana escolar, visitas técnicas a propriedades, mutirão de sensibilização e prevenção de doenças, e blitz educativa com distribuição de material informativo (RIO GRANDE DO SUL, 2010), dedicando, inclusive, uma seção inteira ao assunto (“Ações Propostas”). Na versão mais atual, assim como não há temas sugeridos no corpo principal do documento, também não há proposições de ações educativas – uma evidência de que o projeto se encaminha para um processo de construção coletiva com o grupo de professores e funcionários das escolas, alinhado com o objetivo específico inserido em 2018: “incentivar a participação de alunos e professores na construção das atividades que sejam condizentes e atrativas com suas realidades e localidades” (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

No que concerne a avaliação da aplicação do projeto, a versão mais recente do documento orientador do “Educação Sanitária na Escola” traz materialidade a alguns dos instrumentos de coleta, ao propor um modelo de questionário a ser respondido pelos professores envolvidos no projeto, de forma a determinar os assuntos mais relevantes para uma escola específica e conhecer as expectativas do corpo docente a respeito da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. O texto original de 2010 previa que a avaliação de aplicação do projeto fosse feita em todas as etapas, mas abordava de forma genérica, sem detalhar os instrumentos de coleta de dados para as avaliações.

Essas análises podem ser resumidas em um quadro comparativo (Quadro 5) entre as duas versões do documento, abordando as categorias Aplicação, Temas, Ações propostas, Avaliação e Cronograma.

Quadro 5 - Comparação entre as versões 2010 e 2018 do documento “Educação Sanitária na Escola”

	Versão 2010	Versão 2018
Aplicação	Sensibilização de professores e funcionários; Professores organizam agenda de atividades práticas e teóricas de acordo com o currículo escolar.	Contato inicial com secretaria municipal de Educação para apresentar o projeto; Após aprovação, sensibilização de professores e funcionários;

		Entrega de um kit educativo composto por DVD, apresentações, folders e vídeos, subsídios para a construção de ações educativas.
Temas	Exemplifica temas que podem ser abordados: Uso, distribuição e preservação da água; Higiene no consumo de alimentos; Malefícios de se comprar alimentos de origem animal sem inspeção sanitária; Manejo sanitário de animais e plantas.	Não há menção aos temas no corpo principal do documento; o texto original de 2010 está presente como anexo.
Ações propostas	Palestras; Oficinas; Gincana escolar; Visitas técnicas a propriedades; Mutirão de sensibilização e prevenção de doenças; Blitz educativa com distribuição de material informativo.	Não há menção a propostas de ações educativas no corpo principal do documento; o texto original de 2010 está presente como anexo.
Avaliação	Prevê avaliação em todas as fases, mas sem especificar como; Na implantação: verificar aceitação do público-alvo (Qual público? E como?); Alunos observados e avaliados conforme interesse, participação, realização das atividades, orais, escritas e práticas (Como? Por quem?).	Receptividade da equipe técnica da secretaria municipal de Educação; Observação durante as palestras em sala de aula; Motivação de alunos e professores (Como?); Feedback durante atividades; Reuniões com direção e professores; Concursos (Como?); Questionário para construção de diagnóstico para reformulação das ações (há um modelo de questionário como anexo ao documento).
Cronograma	"A ser definido".	Apresenta, em anexo, modelo de

		cronograma para um ano.
--	--	-------------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

No âmbito do “Educação Sanitária na Escola”, as duas versões do documento orientador do projeto não abordam especificamente o trabalho como princípio educativo; tampouco se debruçam sobre os reflexos que a atuação no projeto traria para a formação dos fiscais estaduais agropecuários. Porém, é perceptível uma certa dialogicidade entre as partes envolvidas no “Educação Sanitária na Escola”, em que o trabalho como princípio educativo transparece, no sentido de que a prática profissional, tanto de fiscais agropecuários quanto dos professores e funcionários da escola, volta-se para ações educativas que levem em consideração a realidade da comunidade que os cerca.

As ações educativas efetivadas através dos projetos em escolas são desenvolvidas pelos profissionais da SEAPI⁹, com participação dos professores e ações conjuntas com objetivo de unir esforços para o desenvolvimento de temas que sejam de interesse do público e atendam distintas realidades regionais (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p.4).

A partir da observação de que a aplicação do “Educação Sanitária na Escola” depende de uma construção conjunta e dialógica entre os servidores da Secretaria da Agricultura e professores, diretores e coordenação pedagógica, nota-se uma proximidade com o ideal de escola unitária referida por Gramsci e uma perspectiva de superação da dualidade da educação entre formação intelectual e prática instrumental.

Por fim, não há como falar em trabalho como princípio educativo, ou formação humana integral, sem os fundamentos de uma educação dialógica e libertadora, proposta por Freire. Conforme já foi pontuado, o documento orientador do “Educação Sanitária na Escola”, em sua versão mais recente, apresenta vários indícios de práticas dialógicas na execução do projeto e a adoção dos “temas geradores” de Freire, além de evidenciar, em seus objetivos, a construção conjunta do conhecimento entre profissionais da Secretaria da Agricultura, professores, funcionários e estudantes. Nota-se certa influência

⁹ Em 2018, a Secretaria chamava-se Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI).

freiriana na elaboração e execução do projeto, mesmo que o educador pernambucano não seja citado ou referenciado em nenhuma parte do documento.

Posta a análise comparativa de conteúdo entre as duas versões do documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola”, nos debruçaremos, a seguir, no levantamento das ações de Educação Sanitária realizadas pelos servidores referências da SEAPDR pelo período de 2012 a 2019.

4.2 AÇÕES DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA: O QUE FOI FEITO ATÉ AQUI

As ações de Educação Sanitária conduzidas pelos fiscais estaduais agropecuários e servidores nas regionais da SEAPDR são registradas em um sistema *on-line* gerencial e em Relatórios de Atividades e Vigilância Epidemiológica (RAVEs), um documento de acompanhamento das atividades de fiscalização e vigilância dentro da Secretaria. O RAVE possui um anexo que trata especificamente de Educação Sanitária e considera como atividades inerentes à área: palestras, treinamentos, reuniões, cursos ou seminários, contato interpessoal e palestras em instituições de ensino fundamental, médio, médio/técnico ou superior, além de matérias veiculadas em órgãos de comunicação de massa, como rádio, jornal, televisão ou internet, em que o fiscal tenha sido fonte de informação para a reportagem. Os relatórios são enviados à Seção de Educação Sanitária, em Porto Alegre, onde são arquivados. A pesquisa teve acesso a relatórios produzidos no período de 2012 a 2019. Vale ressaltar que os RAVEs mencionam ações feitas em escolas, mas nem sempre fica claro se estão relacionadas à aplicação do projeto “Educação Sanitária na escola” ou se são iniciativas isoladas.

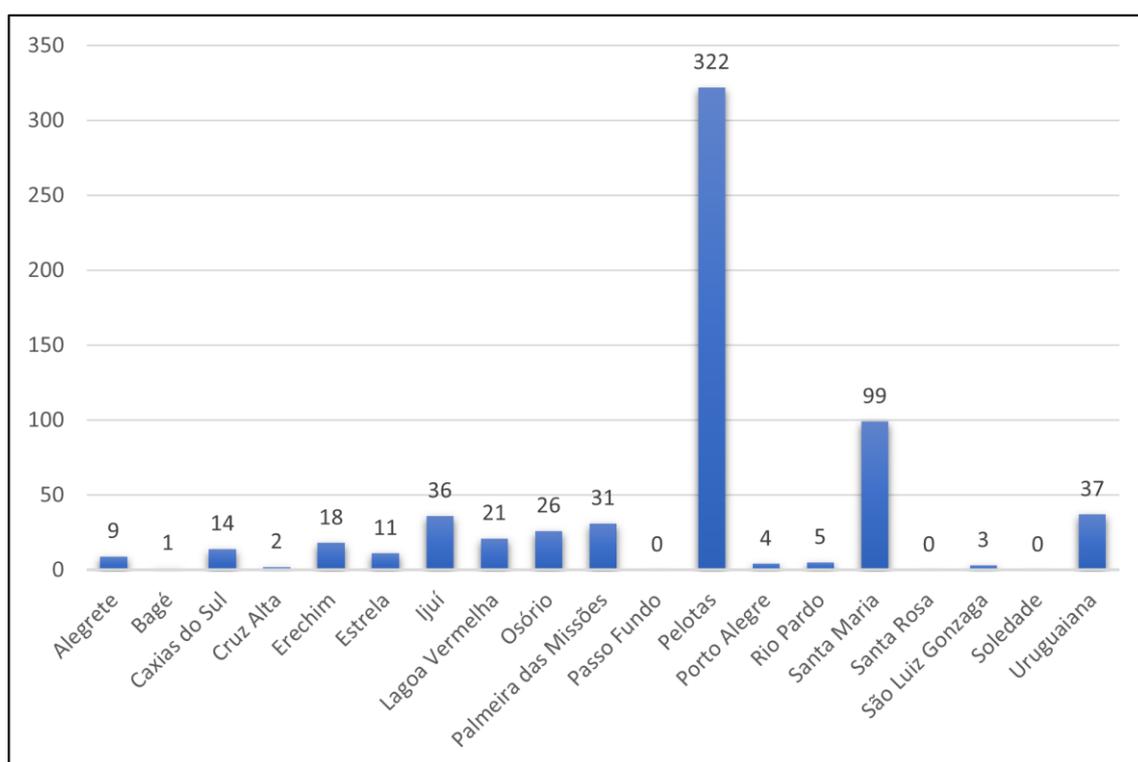
As ações de Educação Sanitária foram analisadas de forma quantitativa, contabilizando, para cada regional da Secretaria, ao longo dos anos, as ações gerais na área, as ações conduzidas em escolas de ensino fundamental e médio, as escolas atendidas e os municípios abrangidos, onde couber (Apêndice F). Observa-se que, em algumas regionais, não há qualquer atividade de Educação Sanitária registrada em escolas ou até mesmo em outros âmbitos de atuação. Mesmo nas regionais que tenham ações mais frequentes de Educação

Sanitárias registradas, nota-se uma falta de regularidade ao longo dos anos. Verifica-se também, em todas as figuras, queda expressiva nas ações de Educação Sanitária em escolas durante o ano de 2019, em todas as regionais. O fator em comum, mencionado por todos os respondentes da entrevista semiestruturada realizada entre os servidores participantes do Grupo Técnico de Educação em Saúde na SEAPDR, é que, em 2019, a Secretaria passou por reestruturações para se submeter a uma auditoria do Ministério da Agricultura, a fim de poder pleitear que o Rio Grande do Sul seja considerado como zona livre de febre aftosa sem vacinação junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e, assim, encerrar as campanhas anuais de vacinação dessa enfermidade. Esse contexto exigiu um grande foco profissional de todos, fazendo com que as atividades de Educação Sanitária nas escolas ficassem em segundo plano.

Pela análise dos dados apresentados pelos RAVEs arquivados de 2012 a 2019, conclui-se que as ações de Educação Sanitária, mormente as em âmbito escolar, quando executadas, são realizadas sem frequência definida.

Ao selecionar as ações exclusivamente conduzidas em âmbito escolar e somá-las pelo período de 2012 a 2019, o gráfico resultante aponta para a diferença de atuação entre as regionais ao longo dos anos (Figura 2).

Figura 2 - Total de ações em escolas nas regionais de 2012 a 2019



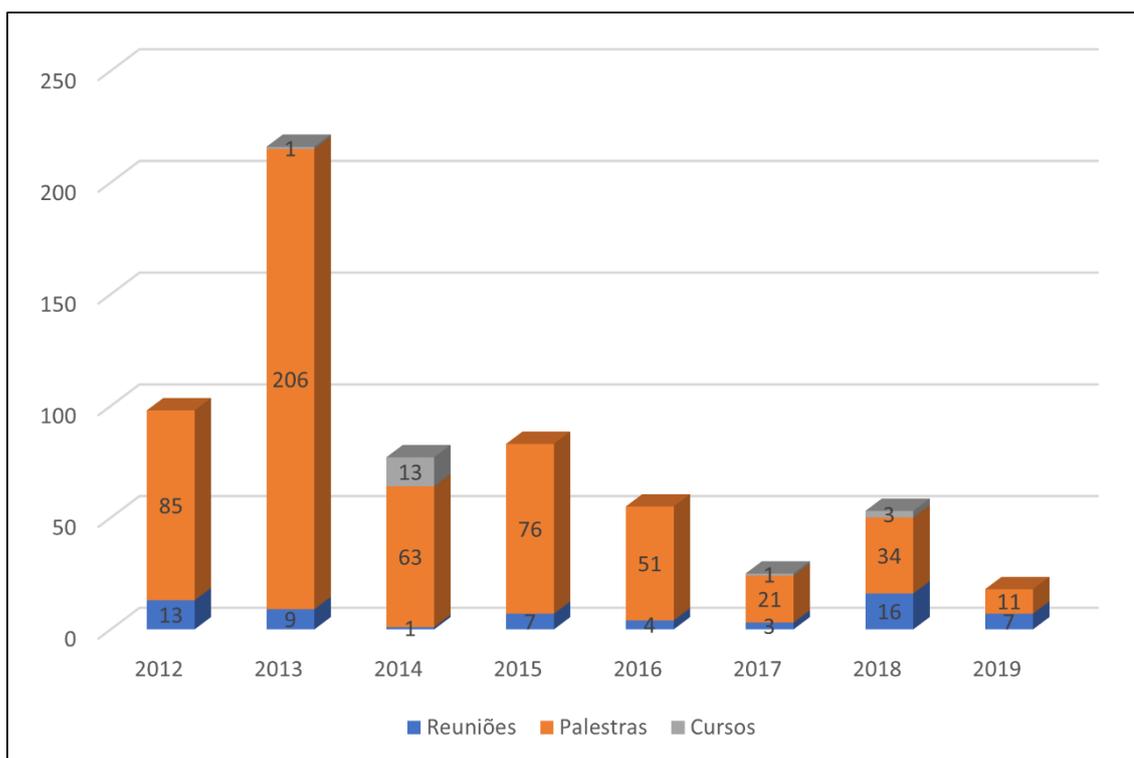
Fonte: a autora (2021).

Identifica-se, a partir deste gráfico, uma atuação maior em escolas nas regionais de Pelotas (322), Santa Maria (99), Uruguaiana (37) Ijuí (36) e Palmeira das Missões (31) durante o período analisado, embora a percepção geral do grupo de servidores que trabalham com Educação Sanitária apontasse a regional de Osório (26) entre as três mais atuantes.

É importante destacar que o número de municípios abrangidos pelas regionais tem grande variabilidade, uma vez que sua delimitação leva em consideração a área total a ser percorrida pelos fiscais e as demandas locais por fiscalização e vigilância, principalmente no âmbito da sanidade animal. Desta forma, regionais fronteiriças com grande produção pecuária, como Alegrete e Bagé, tendem a ter menos municípios em sua área de jurisdição. Conseqüentemente, há um impacto diferente no número de escolas e secretarias municipais de Educação com as quais cada regional pode se relacionar.

Quanto à natureza das ações, “palestras” e “reuniões” foram os tipos mais computados nas regionais durante o período analisado (Figura 3).

Figura 3 - Tipos de ações de Educação Sanitária realizadas em escolas do RS de 2012 a 2019



Fonte: a autora (2021).

Os públicos das ações são diferentes: enquanto as palestras são voltadas para toda a comunidade escolar, as reuniões e os cursos são destinados ao corpo docente e à direção das escolas. Nota-se, portanto, que as palestras aos estudantes são os tipos de ação mais frequentemente realizadas e documentadas pelos servidores por meios das RAVEs. Percebe-se, também, uma falta de regularidade nas reuniões e nos cursos, ações voltadas a professores, diretores ou coordenação pedagógica, havendo anos em que não se ofertou nenhum curso a esse público específico.

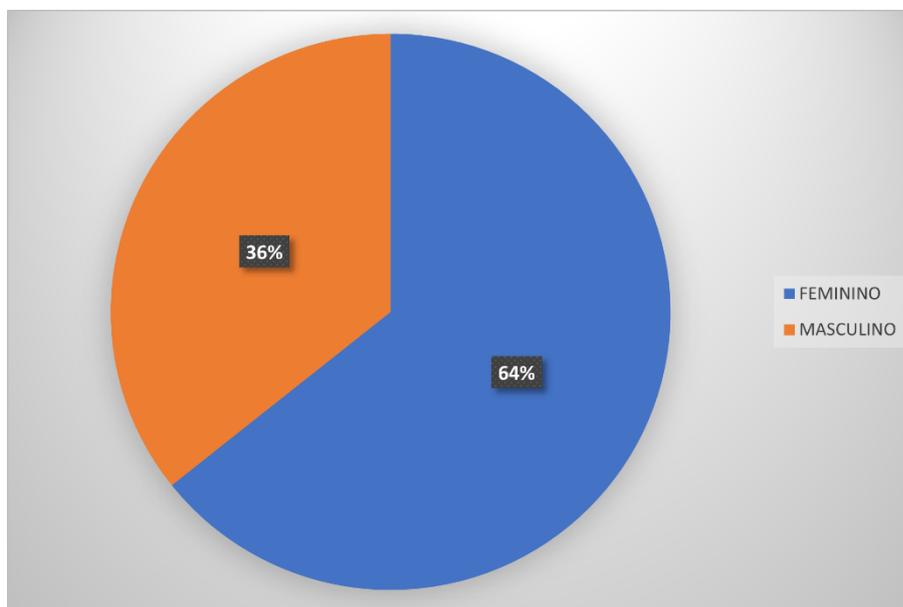
5 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista semiestruturada elaborada para ser respondida por fiscais ou servidores que sejam referências em Educação Sanitária nas regionais da Secretaria foi particionada em cinco blocos temáticos: características pessoais e profissionais, atuação na SEAPDR, projeto “Educação Sanitária na Escola”, relação com as secretarias municipais de Educação e sugestões para o produto educacional. As entrevistas foram realizadas no período de agosto a novembro de 2020, por meio da plataforma Zoom, com a adesão de 14 servidores que são referências em Educação Sanitária em suas respectivas regionais, num universo possível de 38. Para preservar o anonimato dos respondentes, seus nomes foram omitidos e eles serão referenciados por meio de códigos, de R01 a R14.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

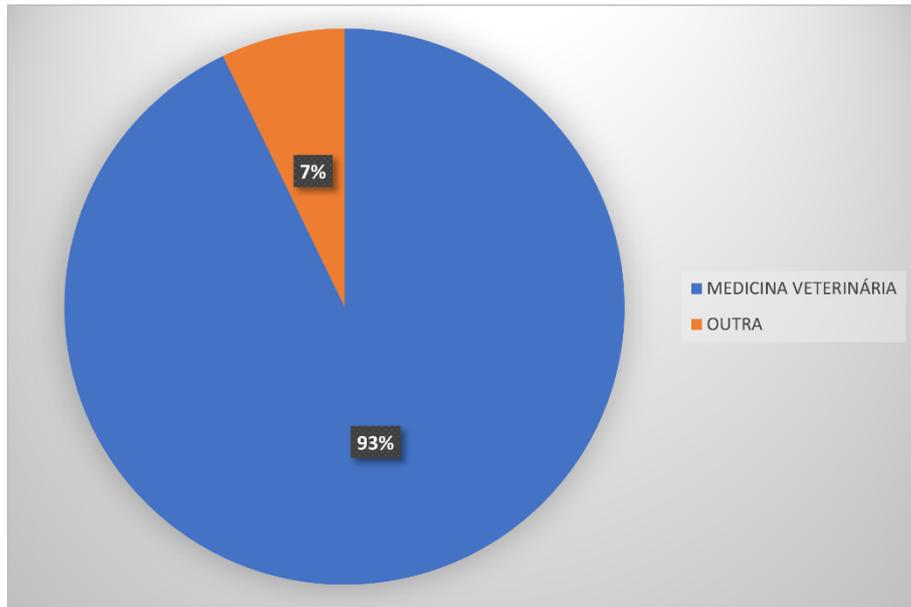
A maioria dos entrevistados são do sexo feminino, com formação em Medicina Veterinária, pós-graduação e sem formação pedagógica (Figuras 4 a 7).

Figura 4 - Sexo dos entrevistados



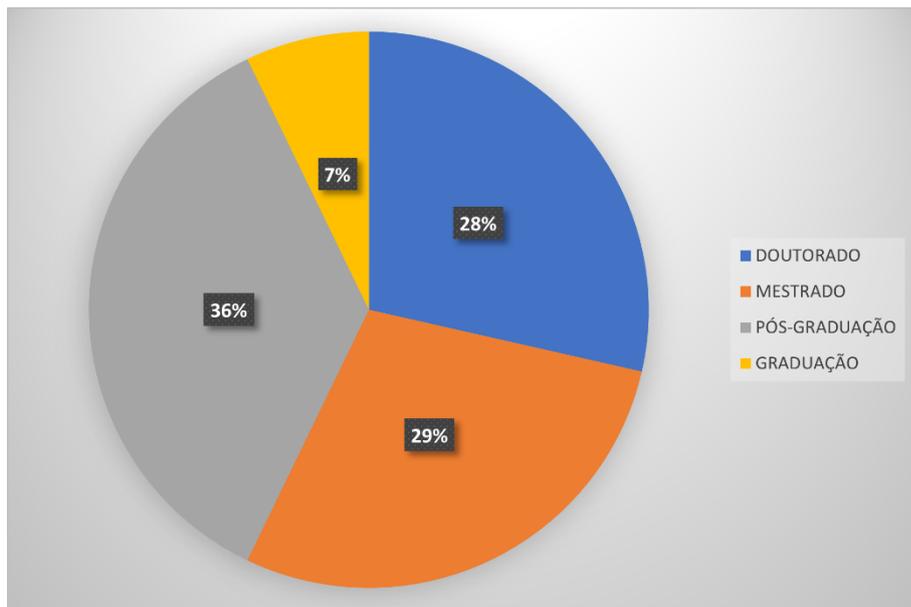
Fonte: a autora (2021).

Figura 5 - Formação acadêmica

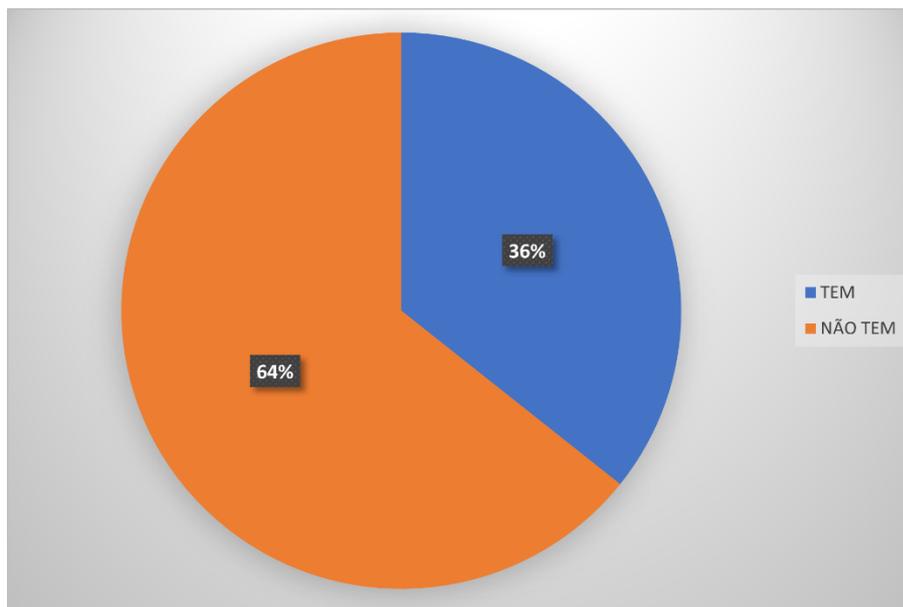


Fonte: a autora (2021).

Figura 6 - Grau de formação acadêmica



Fonte: a autora (2021).

Figura 7 - Formação pedagógica

Fonte: a autora (2021)

A faixa etária varia de 28 a 60 anos, com uma média de idade de 40 anos. Quanto à experiência profissional, são servidores com média de 7,8 anos de atuação na Secretaria, variando de dois a 19 anos de serviço. No âmbito da Educação Sanitária, a média de tempo nesta atividade é de 5,6 anos – a pessoa que está há mais tempo atua há 14 anos na Educação Sanitária, enquanto a pessoa com menos tempo está como referência há apenas um ano.

Com exceção de um respondente, todos são fiscais estaduais agropecuários da área animal. Isso se deve ao próprio histórico da Seção de Educação Sanitária, que foi criada em conexão com os programas de sanidade animal da Secretaria. Há um esforço atual para incluir os fiscais estaduais agropecuários da área vegetal no Grupo Técnico da Educação em Saúde, mas ainda não há efetiva participação desses profissionais, por enquanto.

Quando perguntados sobre as tarefas que desenvolvem em seu local de trabalho num âmbito geral, além das ações de Educação Sanitária, os entrevistados indicaram diversas atividades inerentes ao cargo de fiscal estadual agropecuário. As respostas foram tabuladas no Quadro 6, que elenca os termos citados por mais de um respondente ($f > 1$).

Quadro 6 - Tarefas desenvolvidas pelos fiscais no local de trabalho

Tarefa	Frequência (f)	Respondentes	Termos usados
Fiscalização e vigilância	17	R01, R02, R03, R05, R06, R07, R08, R09, R11, R13, R14	<ul style="list-style-type: none">• Fiscalização a campo• Fiscalização agropecuária• Fiscalização de comércio varejista• Fiscalização de eventos• Fiscalização de notificações• Fiscalização de obrigações sanitárias• Fiscalização de produtos de origem animal• Fiscalização de propriedades• Fiscalizações de trânsito• Notificação de doenças• Programas sanitários• Vigilância ativa e passiva• Vigilância em campo• Vigilância em propriedades• Vigilância epidemiológica• Vistorias a campo
Trabalho administrativo	6	R01, R02, R05, R09, R10, R14	<ul style="list-style-type: none">• Cargo mais administrativo• Parte administrativa• Parte mais burocrática• Serviço burocrático• Tarefas administrativas
Inspeção	4	R05, R07, R11, R12	<ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento de abate• Atendimento a frigorífico• Inspeção de produtos de origem animal
Atendimento a público	4	R03, R07, R11, R14	<ul style="list-style-type: none">• Atendimento ao público• Atendimento na inspetoria• Emissão de documentos• Emissão de GTA, saldo do produtor, papel para banco

Fonte: a autora (2021).

“Fiscalização” e “Vigilância” foram agrupados no mesmo tipo de tarefa,

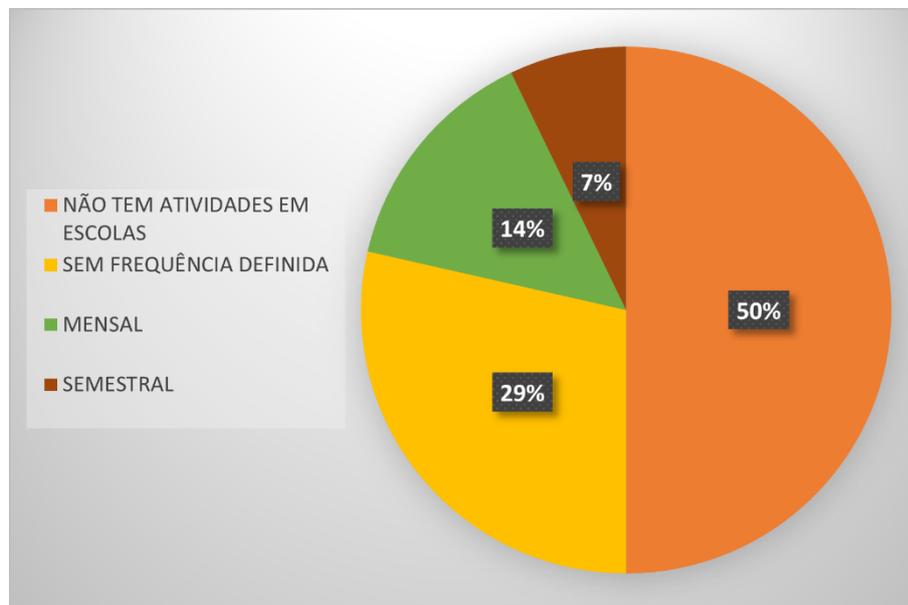
que foi o mais citado pelos entrevistados (f=17), compreendendo as atividades de fiscalização de trânsito animal, propriedades, eventos, casas agropecuárias e obrigações estipuladas pelos programas sanitários, além de atividades de vigilância epidemiológica ativa ou passiva, a campo e em propriedades. Na sequência, trabalhos administrativos, qualificados como “burocráticos” por alguns respondentes, também ocupam o tempo desses profissionais (f=6). Foram consideradas como trabalho administrativo tarefas internas, como redação de relatórios, atestados de contas e pagamentos. As tarefas de inspeção de produtos de origem animal, com o atendimento a frigoríficos e acompanhamento de abates, foram mencionadas por quatro entrevistados. Por fim, o atendimento ao público nas inspetorias de defesa agropecuária, tais como emissão de documentos para produtores, foi citado por quatro respondentes como parte das suas rotinas de trabalho, embora esta seja uma atividade administrativa: “[...] atendimento na inspetoria eu faço muito, né, porque nós somos só dois, né, então é impossível ele ele [o colega técnico] atender sozinho, eu faço também o atendimento no balcão [...]” (R03).

Observa-se, portanto, uma variedade de tarefas que são desempenhadas por estes profissionais além da Educação Sanitária, inclusive algumas que não são relativas ao cargo que ocupam. Este acúmulo de funções impacta diretamente na pergunta seguinte, sobre a rotina de trabalho com as ações de Educação Sanitária e o tempo disponível para tais atividades. Com a exceção de um entrevistado, que trabalha integralmente com Educação Sanitária, todos os demais respondentes relataram dificuldades para se programar para realizar este tipo de ação. A maioria menciona o “contato interpessoal”, ou seja, a conversa direta com o produtor rural, como a principal ferramenta de Educação Sanitária que utilizam. Como esse atendimento se dá por demanda do próprio produtor, ou em atividades de fiscalização e vigilância, não é algo que os fiscais consigam planejar: “[...] esse não tem um planejamento, né, e ele ocorre diariamente, na bancada da da inspetoria [...]” (R08); “[...] a gente considera a Educação Sanitária como 100% presente nas nossas ações, então, é... não não tem como planejar algo que tá embutido em todas as atividades [...]” (R05).

Fazendo o recorte de frequência das ações de Educação Sanitária em escolas, metade dos entrevistados (7; 50%) não desenvolve qualquer tipo de atividade no âmbito escolar; quatro (29%) não têm uma frequência definida; dois

(14%) se programam para realizar atividades mensalmente; e um entrevistado (7%) visita escolas a cada seis meses (Figura 8).

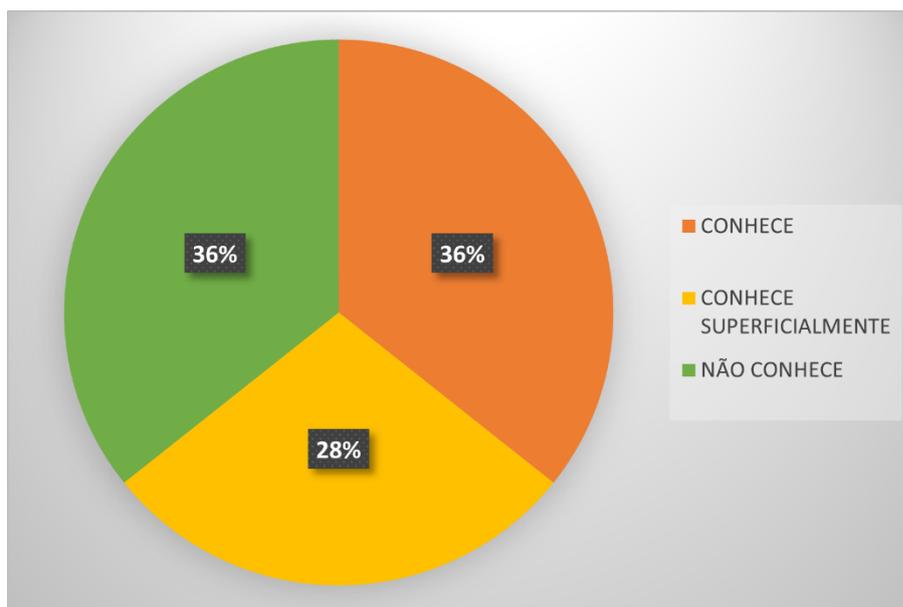
Figura 8 - Frequência de ações de Educação Sanitária no âmbito escolar



Fonte: a autora (2021).

Em um recorte ainda mais específico, os entrevistados foram perguntados sobre seu grau de conhecimento a respeito do documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola”, elaborado pela Seção de Educação Sanitária da SEAPDR em 2010 e atualizado em 2018 (Figura 9). Mais de um terço, 36% dos respondentes (5) não conhecem o documento; outros 28% o conhecem de forma superficial (4); e os 36% restantes (5) conhecem o documento e tentaram seguir suas diretrizes para implementar o projeto em suas respectivas regionais.

Figura 9 - Grau de conhecimento sobre o documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola”



Fonte: a autora (2021).

Pode-se traçar, portanto, como perfil médio do servidor que é referência em Educação Sanitária nas regionais da Secretaria da Agricultura, um profissional que:

- Tem formação acadêmica elevada, com, no mínimo, pós-graduação;
- Não tem experiência em atividades pedagógicas;
- Desempenha uma variedade muito grande de funções, algumas delas fora do escopo do seu cargo;
- Apoia-se no “contato interpessoal”, durante atendimento nas inspetorias, ações de fiscalização, vigilância e notificação, como principal ferramenta para realizar a Educação Sanitária;
- Não desenvolve atividades em escolas ou, quando faz, não consegue manter uma frequência definida;
- E não conhece, ou conhece muito pouco, o documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola”.

Essas informações têm relação direta com os próximos dados trabalhados, que versam sobre as dificuldades que estes servidores enfrentam para poder implantar o projeto “Educação Sanitária na Escola” em suas regionais.

5.2 PERCALÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO “EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA ESCOLA”

Após 10 anos de criação do projeto “Educação Sanitária na Escola”, a Seção de Educação Sanitária da Secretaria da Agricultura considera que apenas três regionais, de um total de 19, conseguiram manter atividades regulares em escolas de ensino básico.

Para compreender os problemas e dificuldades que os servidores que são referências em Educação Sanitária enfrentam em suas regionais para implementar o projeto, a entrevista semiestruturada contava com a questão: “quais os principais empecilhos para que ainda não haja um convênio firmado com as secretarias da sua região?”. Essa pergunta foi feita, inclusive, a servidores de regionais nas quais a Seção de Educação Sanitária considera que o projeto esteja em estágio avançado de aplicação, uma vez que mesmo estas regionais não conseguiram abarcar todos os municípios de sua área de abrangência. As respostas dos entrevistados foram elencadas no Quadro 7, categorizadas a partir de temas comuns que tivessem sido mencionados por mais de um respondente ($f > 1$).

Quadro 7 - Problemas e dificuldades para avançar o projeto “Educação Sanitária na Escola”

Problemas e dificuldades	Frequência (f)	Respondentes	Trechos
Falta de pessoal	7	R03, R04, R05, R07, R08, R12, R14	<i>“[...] nós perdemos 10 funcionários, todos se aposentaram, tá. Dez funcionários se aposentaram e a gente tá agora com dois administrativos em treinamento, dos contratados. Então, assim ó, a a nossa demanda de proce- de serviços administrativos, de todos os serviços aqui da IDA, ficou muito maior, e a gente tem toda a parte de campo pra fazer [...]” (R12)</i>

Falta de tempo	6	R01, R03, R06, R11, R12, R14	<i>“[...] para mim o entrave principal é o tempo [...] Então acho que o entrave hoje é a nossa agenda muito povoada por outros assuntos que não a Educação Sanitária, e é muito difícil você conseguir encaixá-la [...]” (R01)</i>
Não ter servidor exclusivo para a Educação Sanitária	4	R01, R02, R03, R05	<i>“Mas, ahn, pra mim eu acho que é assim, ó, é que se tivesse uma pessoa que trabalhasse só nessa área. [...] nós, como fiscais, nós não temos essa vocação de fazer trabalhos em escolas. A gente não tem formação nem pedagógica pra isso, né [...]” (R02)</i>
Falta de vontade ou interesse das Secretarias de Educação	3	R02, R09, R10	<i>“[...] a gente não pode ficar limitado, pra gente executar esse tipo de ação, ao perfil do secretário de Educação [...]” (R09)</i> <i>“A gente tentou trabalhar e era bem complicado, porque nunca era prioridade [da secretaria de educação], né [...]” (R10)</i>

Fonte: a autora (2021)

Os dois motivos mais citados, “falta de pessoal” (f=7) e “falta de tempo” (f=6) guardam relação, pois, à medida em que há cada vez menos profissionais para uma carga de trabalho crescente, menos tempo haverá para o planejamento e execução de ações de Educação Sanitária. Para quatro entrevistados, a ausência de um profissional que trabalhe exclusivamente com Educação Sanitária é um grande empecilho, o que também se relaciona, em algum grau, com os dois motivos anteriores. O panorama geral, no entanto, não é alvissareiro, pois a Secretaria passa, atualmente, por um período de

esvaziamento, com a suspensão dos concursos públicos e a aposentadoria de grandes quantitativos de servidores – fruto de uma política neoliberal que rege o Estado desde 2015.

Três entrevistados mencionaram outro problema com o qual se deparam para a implantação, ou até mesmo continuidade das ações nas escolas, que seria a falta de interesse das próprias secretarias municipais de Educação ou das prefeituras. Eles relatam uma certa desconfiança das autoridades locais sobre o projeto, por ser gratuito e vir de um órgão estadual. Também há experiências de ações que ficaram sujeitas ao sabor da mudança do executivo municipal: quando há eleição para a prefeitura e todos os cargos mudam – inclusive a Secretaria de Educação – as portas podem se fechar.

[...] eu trabalhei bem uns anos, quando mudou o governo, eu não consegui trabalhar mais, então é um pontual, de governo. Não é uma vontade deste governo trabalhar em Educação Sanitária aqui no meu município, pelo que eu tive a oportunidade de, de ver, de perceber, né, não houve *feedback* nenhum pro meu projeto. (R02)

Nota-se que as principais dificuldades enfrentadas pelos servidores envolvem problemas estruturais de solução complexa – falta de pessoal, de tempo, de alguém com dedicação exclusiva –, que ultrapassam a capacidade de resolução de um produto educacional. No entanto, a elaboração de um produto educacional que auxilie na organização e execução das ações de Educação Sanitária em escolas pode ser considerada uma forma de otimizar o tempo de trabalho, minorando, mesmo que levemente, o impacto desses problemas estruturais na rotina laboral dos servidores.

5.3 COMO SÃO CONSTRUÍDAS AÇÕES BEM-SUCEDIDAS DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM ESCOLAS

Três dos entrevistados (R03, R04 e R05) atuam nas regionais de Pelotas e Santa Maria, onde a Seção de Educação Sanitária considera que o projeto “Educação Sanitária na Escola” esteja em estágio avançado de aplicação. Para estes, um roteiro de entrevista diverso foi utilizado no bloco temático “Relação com as Secretarias de Educação”, como forma de identificar o que está funcionando nessas regionais.

A primeira questão, referente a como foram articulados os convênios que se têm com as secretarias municipais de Educação, revela uma dificuldade que até mesmo aplicações bem-sucedidas do projeto vêm experimentando: não há, atualmente, nenhum convênio firmado com as secretarias municipais onde o projeto está sendo desenvolvido. Para haver uma formalização mínima da cooperação, os servidores lançaram mão de algumas estratégias:

[...] eu mandei um ofício, tipo um convite. Eu mandei um ofício, convidando, né, depois que eu apresentei o projeto, eu mandei um ofício convidando o município a ser nosso parceiro no projeto Educação Sanitária, né, as atividades, as atribuições, e pedi que eles, ahn, nos respondesse. Então quando eles responderam que sim, né, que estavam interessados, então aquilo foi o jeito que eu, que eu tive de ter algum tipo de documento, alguma resposta positiva, que eles querem, que eles queriam ter esse trabalho no município. Foi uma coisa simples que eu criei, porque não tinha nada, não existe nenhum documento jurídico, não existe um, um termo, não existe nada oficial. E Porto Alegre não, nunca agilizou isso aí, o setor jurídico nunca, nunca nos encaminhou nada, apesar de ser solicitado, nunca foi encaminhado [...]. (R04)

[...] a gente sempre faz o caminho, aquele de secretaria de Educação ou Coordenadoria, e os nossos registros são em memórias de reunião. Então eu faço memórias de reunião de tudo, onde fica lá tudo certinho, ficou definido isso isso e todo mundo que tava na reunião assina [...]. (R05)

A questão “Qual a dinâmica de trabalho de sua regional com as escolas e professores municipais? Como constroem as atividades? Quais materiais utilizam para a produção de conteúdo?” evidencia a relação mais estreita que os servidores cultivam com diretores e professores, com ações como reuniões no início e final do ano letivo, criação de grupos de WhatsApp específicos para troca de informações e organização de cursos de formação em Educação Sanitária em Defesa Agropecuária voltados apenas para os docentes.

[...] a gente então faz as reuniões do início do ano e as reuniões no final do ano, né, ou no meio do ano também, no semestre, as reuniões, então muita coisa já se organiza nas reuniões. Porque a gente ouve os os diretores de escola, das necessidades deles, e aí agora tá sendo feito assim: aí eu elaborei, então, a partir das reuniões, o plano de trabalho. E aí a gente vai mantendo o contato pelos grupos dos municípios [no WhatsApp], e conforme as necessidades das escolas, é, a gente vai organizando a atividade [...]. (R04)

[...] a gente ajuda muito os professores, assim, ahn, quando a gente detecta que tem na internet algum material legal, a gente já indica pro professor [...]. E às vezes, inclusive, é o contrário, às vezes a próp- a escola vem com umas propostas inovadoras pra gente, assim, coisas

diferentes, assim, que acabam depois servindo de exemplo pra uma outra escola, a gente leva esses exemplos, né, pras outras escolas [...] (R05)

[...] O curso de formação dos professores, ele objetiva mais, assim, a deixar os professores com... sabedores do que que é o Serviço Veterinário Oficial e e e o que basicamente são os nossos programas sanitários, o que que nós desenvolvemos e o objetivo do projeto, o que que a gente quer com o projeto [...] (R05)

Um fator em comum entre as duas regionais, e que as diferencia das demais, são os espaços de escuta relevantes que mantêm junto a diretores e professores, numa relação dialógica que encontra eco nos “temas geradores” de Freire (1987), pois é a partir desses espaços de escuta que são definidos os assuntos que serão abordados nas escolas:

[...] outra coisa que eu também tô fazendo é pesquisa com os professores. Pra que seja construído o diagnóstico, pra gente conseguir trabalhar com mais qualidade e atender as necessidades, realmente, de cada escola, de cada região. (R04)

Para uma das regionais, o diálogo com diretores e professores na busca por temas geradores deu origem a um grupo de materiais próprios, batizado de “kit educativo”, adaptados à realidade local. “[...] existe um CD montado aqui na regional, um CD de palestras e de materiais. Tá tudo nesse CD, todas as inspetorias têm e todas as escolas receberam [...]” (R03).

Outro ponto importante evidenciado pelas entrevistas é que as duas regionais contam com um setor próprio de Educação Sanitária, com profissionais que, embora não sejam de dedicação exclusiva ao tema, se debruçam de forma mais intensa ao planejamento e aplicação das ações em escolas.

Eu me volto pra essa questão justamente da organização, da execução, em todos os aspectos. E o veterinário tem tantas, ahn, atribuições, que eles não conseguem, tanto é que quando eles iniciam o trabalho, normalmente eles iniciam, é, dedicam toda sua atenção lá naquele município, né. (R04)

[...] eu conto hoje com uma estagiária da veterinária, então, que a gente conseguiu, com muita luta, conseguiu uma disponibilização de uma vaga de estagiário. [...] e tem um técnico em agropecuária também, que a gente conseguiu incorporar ele no ano passado, né. Então é uma coisa- veja como é recente isso. Até 2018, era eu comigo mesma [risos]. A equipe da Educação Sanitária da regional era, era eu. E então, assim, foi uma luta, mas hoje nós temos isso aí. (R05)

Mesmo com diferenciais que contribuem para a aplicação bem-sucedida do projeto nessas regionais, como o espaço de diálogo com os diretores e professores e a manutenção de um setor específico para a Educação Sanitária, a trajetória dessas regionais não é isenta de percalços e desafios comuns às demais. O roteiro de entrevista continua perguntando se a regional tem convênios com todos os municípios de sua área de abrangência – mesmo que não haja convênios firmados formalmente, a pergunta foi adaptada para saber se há atividades do projeto em todos os municípios da regional. Nenhuma das duas conseguiu ampliar a cobertura do projeto para toda a sua área de abrangência. Na regional de Pelotas, são dez municípios atendidos, de um grupo de 24. Na de Santa Maria, são dois municípios – um deles sendo o maior da regional, Santa Maria – em um universo de 27¹⁰. Sobre as dificuldades para se conseguir chegar a todos os municípios da regional, os motivos são os mesmos apresentados pelos fiscais que atuam em regionais onde o projeto não é aplicado – falta de pessoal e de tempo.

[...] se a coisa vai se expandindo, e vai funcionando, a tendência é que siga pros outros municípios. Só que no momento tá muito difícil de seguir, em função da falta de pessoas. Da falta de pessoas. Não adianta eu implantar, implantar, implantar, e depois não tem pernas pra dar conta de tudo. E aí? Aí eu vou ficar mal, porque eu não cumpri o que eu prometi que a Secretaria iria fazer, e aí o projeto perde toda a credibilidade, e essa não é a intenção. (R04)

A inspetoria de defesa agropecuária, ela nos suga, é muito trabalho, muito trabalho mesmo. Todo dia, toda hora a gente tá recebendo notificação, tem que atender notificação, tem fiscalização de trânsito pra fazer, tem as metas de vigilância... Então é muita atividade e a gente acaba não dando conta, né. Então, pra se expandir esse projeto, realmente é uma coisa ou outra: ou se contrata mais colegas, ou então se seleciona colegas dentro da regional que fiquem trabalhando exclusivamente com isso. Que se tenha uma equipe, não é nem um colega, que se tenha uma equipe trabalhando exclusivamente com isso. (R05)

Relatando suas ações bem-sucedidas e os problemas que enfrentam, estas regionais trazem uma rica contribuição sobre a vivência na condução de projetos de Educação Sanitária em escolas.

5.4 TEMAS DE INTERESSE AGROPECUÁRIO PARA EDUCAÇÃO

¹⁰ Estes números são referentes a 2019, quando a Secretaria contava com 19 regionais.

SANITÁRIA EM ESCOLAS

No roteiro de entrevista conduzido junto aos fiscais estaduais agropecuários e servidores que são referências em Educação Sanitária, havia uma questão sobre quais as principais demandas de informação agropecuária que surgiam em suas regionais, solicitadas pelos produtores locais, imprensa ou sociedade em geral. As respostas, apresentadas no Quadro 8, foram tabuladas e categorizadas a partir de temas que tivessem sido indicados por mais de um respondente ($f > 1$). Conforme pontuado anteriormente, note-se que, devido ao fato de a criação da Seção de Educação Sanitária ser muito ligada aos programas sanitários animais, todos os temas são da área de sanidade animal.

Quadro 8 - Temas de interesse agropecuário no Rio Grande do Sul

Temas de interesse	Frequência (f)	Respondentes	Trechos
Tuberculose/Brucelose	12	R01, R03, R04, R05, R06, R07, R08, R09, R10, R11, R12, R13	<i>"[...] o pessoal gosta de conversar bastante sobre tuberculose. Aqui ano passado teve uns quantos focos de tuberculose, e aí gerou muita curiosidade porque muita gente não conhecia doença, na verdade [...]"</i> (R03)
Febre aftosa	9	R01, R05, R07, R08, R09, R11, R12, R13, R14	<i>"A febre aftosa é um tema que ele é de extrema importância pra produção pecuária e como um todo, na economia, né, do Estado e do país, então é um tema que sempre demanda muito...."</i> (R05)
Obrigações dos produtores	7	R01, R02, R03, R05, R07, R09, R11	<i>"Eles têm mais demanda com relação a isso, coisas que vão, no geral, cobrar deles – vai dar multa, não vai e tal. Então eles têm mais necessidade com as informações que são relacionadas às obrigações sanitárias dele [...]"</i> (R09)
Raiva	6	R01, R03, R06, R08, R10, R14	<i>"[...] há algum tempo atrás teve algumas situações específicas que</i>

			<i>teve foco de raiva nos municípios vizinhos, então a gente trabalhou forte nessa parte, e é uma parte que o pessoal, o produtor principalmente, gosta muito de ouvir sobre isso [...]”</i> (R06)
Mormo	3	R05, R07, R14	<i>“[...] o mormo teve muito, ahn, na mídia, então as pessoas perguntavam [...]”</i> (R14)
Divulgação do Serviço Veterinário Oficial	2	R06, R12	<i>“[...] eu acho que a gente sempre tem que tá trabalhando a questão de divulgação do serviço [...]”</i> (R06)
Anemia Infecciosa Equina	2	R05, R07	<i>[...] mormo e anemia infecciosa que são as duas principais enfermidades dos equinos que a gente trabalha [...]</i> (R05)

Fonte: a autora (2021).

Os temas mais citados – tuberculose/brucelose (f=12) e febre aftosa (f=9) – são doenças de notificação obrigatória que acometem principalmente o rebanho bovino e podem se manifestar em seres humanos, sendo classificadas como zoonoses. Outras doenças mencionadas como temas importantes foram a raiva herbívora (f=6), principalmente em regiões do Estado com focos de transmissão por morcegos hematófagos; o mormo (f=3), uma enfermidade em cavalos que ingressou em 2015 no Rio Grande do Sul, não tem cura e leva ao sacrifício sanitário dos animais infectados; e a anemia infecciosa equina (f=2).

O tema “obrigações dos produtores” (f=7) refere-se às obrigações legais a que os criadores de animais de produção estão submetidos pelos programas sanitários, como declaração anual de rebanho, comprovação das vacinações obrigatórias, entre outras. Já “divulgação do Serviço Veterinário Oficial” (f=2) está relacionado à conscientização sobre as atividades de defesa animal conduzidas pela Secretaria da Agricultura, para que o público em geral conheça o que fazem os fiscais estaduais agropecuários da área animal e sua contribuição para a saúde pública na fiscalização de alimentos de origem animal.

Estas foram informações valiosas para a elaboração do produto educacional, na medida em que traça um panorama sobre os assuntos

agropecuários mais relevantes em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, oferecendo sugestões de temas que possam ser levados a reuniões com as secretarias municipais de Educação e, posteriormente, para dentro das escolas.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

Por estar vinculada ao Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), a pesquisa que originou esta dissertação tem como elemento obrigatório a elaboração, aplicação e validação de um produto educacional, conforme documento orientador de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN) da área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes):

No Mestrado Profissional, distintamente do Mestrado Acadêmico, o mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação deve incluir necessariamente o relato fundamentado da aplicação do produto educacional desenvolvido (BRASIL, 2019, pp.5-6).

O último bloco temático da entrevista semiestruturada respondida pelos servidores referências em Educação Sanitária, “Sugestões de Produto Educacional”, procurou investigar quais as necessidades de informação desses profissionais para auxiliar no contato com as secretarias municipais de Educação e na aplicação do “Educação Sanitária na Escola”. A análise das entrevistas serviu como base para a construção de um produto educacional sobre Educação Sanitária em Defesa Agropecuária e o projeto “Educação Sanitária na Escola”, com o objetivo principal de ser uma plataforma de apoio para os servidores referências em Educação Sanitária da SEAPDR na busca por parcerias com secretarias municipais, Coordenadorias Regionais de Educação e escolas.

O Quadro 9 apresenta os tipos de informações ou orientações que os entrevistados consideraram indispensáveis ao produto educacional, sendo elencados aqueles que foram citados por mais de um respondente ($f > 1$).

Quadro 9 - Informações ou orientações indispensáveis ao produto

Elemento	Frequência (f)	Respondentes	Trechos
Material de apresentação padronizado	5		<i>“É que nem eu te disse, tem que chegar com o projetinho já meio pronto. Ahn.... e e eu acho que até pra</i>

			<i>nós, da ponta, tu tem que- tem que tem que tá mais ou menos delineado assim, ó: “vocês vão fazer isso isso isso” [...]” (R06)</i>
Material impresso de apoio	3	R03, R06, R13	<i>“[...] eu acho que ajudaria muito, não sei se seria o principal, mas que ajudaria muito: um material impresso. Um material impresso, alguma coisa, assim, padronizada pela secretaria, que a gente pudesse levar pra eles, sabe [...]” (R13)</i>
Checklist ou passo-a-passo para implementação	3	R01, R04, R08	<i>“Eu tenho que saber como me comunicar no papel, eu tenho que saber aonde ir, eu tenho que saber o que apresentar. [...]” (R01)</i>
Modelo de ofício para as Secretarias	2	R01, R03	<i>“[...] teria que ter eu acho que um documento formal, na verdade eu não sei se existe, pra falar a verdade eu não sei. Mas um documento formal, ahn, que te ampare, né, “ó, tu estás representando a Secretaria da Agricultura e tá”, pra apresentar pra essa Secretaria da Educação” (R03)</i>

Fonte: a autora (2021).

A sugestão citada com maior frequência (f=5) foi a disponibilização de um material de apresentação em slides, padronizado, para mostrar o projeto de Educação Sanitária na Escola às secretarias municipais de Educação ou prefeituras. Em associação a este material, três respondentes manifestaram a necessidade de um material de apoio impresso, a ser entregue nas reuniões iniciais de apresentação do projeto. É a mesma frequência da sugestão por um *checklist* ou passo-a-passo para a implementação do projeto, um “modo de fazer”.

A partir da pergunta “Do que você sente falta, em termos de conhecimento, para trabalhar com a Educação Sanitária nas escolas?”, a resposta da maioria dos entrevistados (f=8) aponta para a carência de

conhecimentos pedagógicos para o desenvolvimento da tarefa, principalmente na etapa de interação direta com crianças e jovens em sala de aula, conforme os depoimentos listados no Quadro 10.

Quadro 10 - Depoimentos sobre falta de conhecimentos pedagógicos

De que sente falta, em termos de conhecimento, para trabalhar com Educação Sanitária nas escolas?
<i>“Conhecimentos, temos que ter vários. Pedagógicos, então, nem se fala, por quê? Porque nós temos um problema seríssimo de saber lidar com cada série que nós vamos trabalhar [...]” (R02)</i>
<i>“De conhecimento, eu sinto falta do conhecimento pedagógico, [riso] que eu já te falei várias vezes, eu sinto muita falta, de não ter, ahn, feito um curso na área [...]” (R05)</i>
<i>“[...] uma coisa é que eu não tenho formação pedagógica, né, não sei nem como chegar nas crianças – me colocaram como referência porque eu tava fazendo mestrado [...]” (R07)</i>
<i>“Que nem eu te disse, da informaçã- das, ahn, da informação pedagógica, tá. Da maneira como se, como deve ser abordado os temas pras diferentes faixas etárias, ahn, principalmente para os os pequenos, né, para o grupo que é entre- pra educação infantil basicamente, né [...]” (R08)</i>
<i>“[...] pedagogicamente, eu acho que, eu até peguei, tenho essa essa informação, um pouco de formação nessa área, mas eu acho que pros demais colegas falta um pouco de informação mesmo, e principalmente informação sobre as crianças [...]” (R13)</i>

Fonte: a autora (2021).

Com relação à formatação do produto educacional resultante desta pesquisa, os respondentes foram apresentados a uma lista de formatos possíveis: mídias impressas (livro, revista), mídias digitais (*website*, aplicativo para dispositivos móveis), mídias eletrônicas (vídeos, áudios), seminários ou oficinas. Houve grande variedade de sugestões, mas a maioria (f=5) optou pelo *website*, corroborando a avaliação inicial de que este seria o formato ideal, dado à dispersão geográfica destes servidores e ao papel complementar que a Educação Sanitária desempenha em suas rotinas de trabalho (Quadro 11).

Quadro 11 - Formato de produto educacional

Formato	Frequência (f)	Respondentes
<i>Website</i>	5	R01, R06, R08, R09, R10
Vídeos	3	R02, R11, R14
Áudios	3	R03, R11, R14
Oficina	2	R04, R07
Revista	2	R05, R13

Livro	2	R05, R13
Seminário	2	R04, R07
Aplicativo	2	R08, R12

Fonte: a autora (2021).

A partir da análise dos resultados da entrevista semiestruturada conduzida junto aos servidores vinculados à Educação Sanitária, o formato eleito para o produto educacional oriundo desta pesquisa foi, portanto, um *website*, nomeado “EduSan Agro” (Figura 10), que foi desenvolvido no período de maio a junho de 2021.

Figura 10 - Página inicial do EduSan Agro



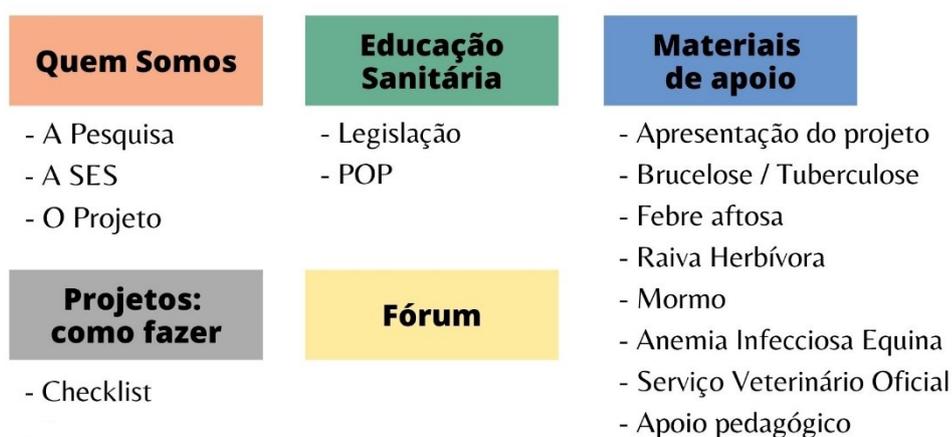
Fonte: a autora (2021)

O nome EduSan Agro deriva do termo “Educação Sanitária em Defesa Agropecuária”, expressão utilizada pela legislação federal para se referir às

ações de Educação em Saúde na área de defesa sanitária animal e vegetal. O *site* tem como objetivo ser uma plataforma de apoio e orientação para que os servidores vinculados à Educação Sanitária da Secretaria da Agricultura possam articular parcerias com secretarias municipais de Educação e escolas de suas regionais, dentro da perspectiva da formação humana integral.

A estrutura geral do *website* contempla cinco seções, com subseções próprias, conforme mostra a Figura 11.

Figura 11 - Mapa do *website* EduSan Agro



Fonte: a autora (2021).

O menu “Quem Somos” (Figura 12) apresenta um breve histórico da pesquisa que deu origem ao EduSan Agro como produto educacional (subseção “A Pesquisa”). Também descreve as principais atividades da Seção de Educação Sanitária da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul (subseção “A SES”) e o texto norteador do projeto “Educação Sanitária na Escola” em suas duas versões (subseção “O Projeto”).

Figura 12 – Elementos da seção "Quem Somos"

QUEM SOMOS

EduSan Agro

A EduSan Agro é uma plataforma de apoio para a construção e implantação de projetos de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária em escolas de educação básica, em parceria com prefeituras, Secretarias Municipais de Educação e Coordenadorias Regionais de Educação.

Este portal foi construído a partir de pesquisas conduzidas junto aos servidores que participam do Grupo Técnico de Educação Sanitária da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul.

EQUIPE DA EDUSAN AGRO

ELAINE DOS SANTOS PINTO
Mestranda
Olá! Sou jornalista da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul e mestranda do PROEPT - IFRS Campus Porto Alegre. A relação intrínseca entre Educação e Comunicação me levou a estudar o projeto "Educação Sanitária na Escola", que a Secretaria desenvolve há 10 anos, o que deu origem a este site.

PROF. DR.ª ALINE GRUNEWALD NICHELE
Orientadora
Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROEPT). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Porto Alegre.

A PESQUISA
Como chegamos até a produção deste site

A SES
Seção de Educação Sanitária da SEAPDR

O PROJETO
Conheça o projeto "Educação Sanitária na Escola"

Fonte: a autora (2021).

Na seção "Educação Sanitária", há uma conceituação do termo e da Educação Popular em Saúde, com a subseção "Legislação" listando os dispositivos legais que instituíram a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária no Brasil e no Rio Grande do Sul. A subseção "POP" conta com o Procedimento Operacional Padrão (POP), documento que orienta a realização das ações de Educação Sanitária na SEAPDR (Figura 13).

Figura 13 - Elementos da seção "Educação Sanitária"

Entende-se por Educação Sanitária em Defesa Agropecuária o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários

Instrução Normativa nº 28/2008 - MAPA

DECRETO FEDERAL

DECRETO 5.741/2006

Publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). É a primeira vez que "Educação Sanitária em Defesa Agropecuária" aparece em um documento oficial.

Educação Popular em Saúde

A Educação Popular em Saúde é o campo de prática e conhecimento que tem se ocupado mais diretamente com a criação de vínculos entre a ação médica e o pensar e fazer cotidiano da população. Se baseia nos trabalhos do educador Paulo Freire, estabelecendo uma forma de educação dialógica, que respeita os repertórios e vivências pessoais dos educandos, sendo estas experiências usadas como ponto de partida para a prática educativa.

Assim como a Educação Popular em Saúde vem conquistando espaços no campo da saúde – inclusive institucionais, no âmbito do SUS, por exemplo –, acreditamos que a Educação Popular em Saúde pode se desenvolver, também, na área de defesa agropecuária.

PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO

LEGISLAÇÃO

Os dispositivos legais que instituíram a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária no Brasil e no Rio Grande do Sul.

POP

O Procedimento Operacional Padrão para as ações de Educação Sanitária na SEAPDR.

Fonte: a autora (2021).

A seção “Materiais de apoio” foi construída a partir da identificação das necessidades dos servidores referências em Educação Sanitária da SEAPDR para estabelecer contato com secretarias de Educação e professores. Os temas agropecuários de maior interesse no Rio Grande do Sul, na percepção destes servidores, ganharam subseções próprias com apresentação padrão editável e materiais complementares. Os temas abordados são: Apresentação do projeto “Educação Sanitária na Escola”, Brucelose/Tuberculose, Febre Aftosa, Raiva Herbívora, Mormo, Anemia Infecciosa Equina e Serviço Veterinário Oficial. Também foi criada a subseção “Apoio pedagógico”, abordando teorias de Jean Piaget, para auxiliar em ações diretas em salas de aula (Figura 14).

Figura 14 - Elementos da seção "Materiais de apoio"



Fonte: a autora (2021).

A seção "Projetos: como fazer" contém uma animação elaborada a partir das sugestões apontadas pelos servidores da SEAPDR que são referências em Educação Sanitária, com sugestão de como construir e implantar projetos de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária junto a secretarias municipais de Educação, coordenadorias regionais e escolas. Na subseção "Checklist", as ações abordadas pela animação são apresentadas em formato de lista de tarefas, para melhor visualização de um passo-a-passo (Figura 15).

Figura 15 - Elementos da seção "Projetos: como fazer"

The video player shows a cartoon woman with brown hair, wearing a blue jacket over a pink top, standing next to a chalkboard. The chalkboard has the text "EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA ESCOLA" written on it. The video player interface includes a play button, a progress bar at 0:13 / 2:55, and a "CREATED USING POWTOON" logo.

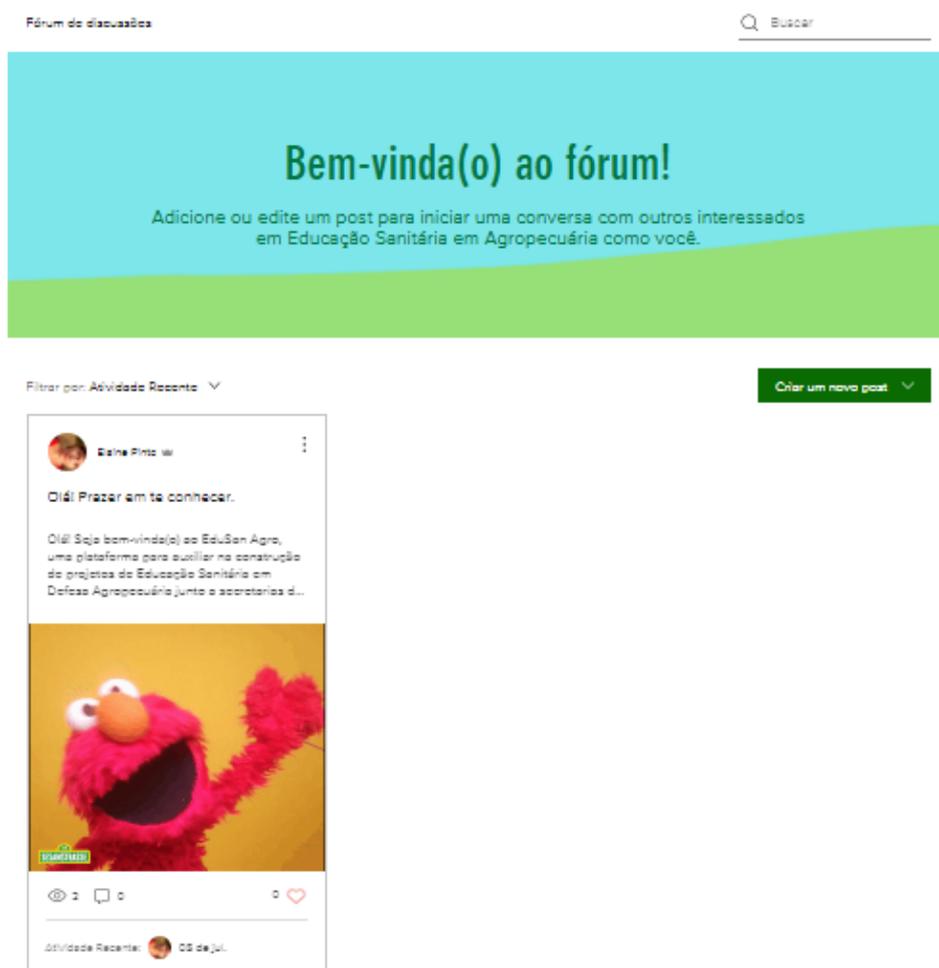
"Educação Sanitária na Escola"

- Envio de ofício solicitando reunião com a/a secretário/a de Educação do município (ou prefeito/a, quando der)
- Reunião para apresentação do projeto
- Solicitar ofício com registro de interesse do município em aderir ao projeto
- Definir com a Secretaria de Educação as escolas que vão participar do projeto
- Reunião com os professores, direção, equipe pedagógica, para:

Fonte: a autora (2021).

Por fim, a seção "Fórum" se propõe a ser um espaço de interação entre os participantes, em que os servidores da SEAPDR, professores e qualquer outra pessoa interessada em Educação Sanitária em Defesa Agropecuária podem se cadastrar e interagir com troca de informações e compartilhamento de experiências (Figura 16).

Figura 16 - Elementos da seção "Fórum"



Fonte: a autora (2021).

Para a elaboração deste produto educacional, utilizaram-se, como base, os três eixos propostos por Kaplún a serem considerados na elaboração de qualquer material educativo: os eixos conceitual, pedagógico e comunicacional. O eixo conceitual compreende as ideias centrais que serão abordadas pelo material, bem como o tema ou temas principais através dos quais se procurará gerar uma experiência de aprendizado; o eixo pedagógico estabelece o percurso de aprendizado, o ponto de partida e chegada do material educativo; e o eixo comunicacional concretiza o veículo que traçará o percurso estabelecido pelo eixo pedagógico, levando em consideração aspectos culturais e sociais de seu público-alvo (KAPLÚN, 2003). De acordo com os três eixos de Kaplún (2003), o produto educacional ficou estruturado da seguinte maneira:

- **Eixo conceitual:** Trabalho como princípio educativo, formação humana integral, Educação em Saúde, Educação Popular em Saúde, Educação

Sanitária em Defesa Agropecuária;

- **Eixo pedagógico:** Construção coletiva de conhecimentos a partir das experiências relatadas pelos servidores que participam da Educação Sanitária até uma proposta de conteúdo que contemple suas necessidades e desejos;
- **Eixo comunicacional:** *site* como plataforma de apoio para levar a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária às escolas do Rio Grande do Sul.

O *website* teve o domínio registrado como www.edusanagro.com e ficou disponível para avaliação dos servidores ligados à Educação Sanitária da SEAPDR durante um mês. Os resultados da avaliação serão analisados a seguir.

6.1 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A avaliação do *site* EduSan Agro foi feita por formulário *on-line* (Apêndice E), elaborado no Google Formulários e disponível para preenchimento pelo período de 6 de julho a 6 de agosto de 2021. O link de avaliação foi divulgado por e-mail e no grupo de WhatsApp do Grupo Técnico de Educação em Saúde da SEAPDR (GTSES), composto por 54 participantes, entre servidores que são referência em Educação Sanitária, seus suplentes e fiscais da área vegetal convidados a integrar o grupo. Houve adesão de 11 respondentes, em sua maioria do sexo feminino (81,8%), com idade média de 41 anos.

Uma vez que a criação do *site* conduziu à produção de mais materiais educativos, como livretos digitais e um vídeo de animação, o formulário de avaliação do produto educacional foi separado em duas partes: na primeira, são avaliados os materiais produzidos especialmente para o *site* EduSan Agro; na segunda etapa, foi avaliado o *site* EduSan Agro como um todo.

A estrutura do questionário segue sugestão de avaliação de produto educacional proposta por Leite (2018), com agrupamento de perguntas em três blocos temáticos: “Estética e organização”, para avaliação dos aspectos visuais e estruturais do material; “Linguagem, escrita e conteúdo”, que observa o conteúdo do produto educacional, sua clareza e adequação; e “Aplicabilidade”, que mede o quanto o produto educacional pode contribuir para a prática

profissional dos avaliadores. Os dois primeiros blocos temáticos foram aplicados tanto na avaliação dos livretos e da animação, quanto na avaliação do *site* EduSan Agro em si. Uma pergunta de múltipla escolha era seguida por um campo aberto para que os avaliadores pudessem fazer considerações detalhadas sobre o item avaliado na questão anterior. Como os questionários foram respondidos de forma anônima, os avaliadores serão referenciados por códigos de A01 a A11, quando forem mencionados seus comentários por escrito.

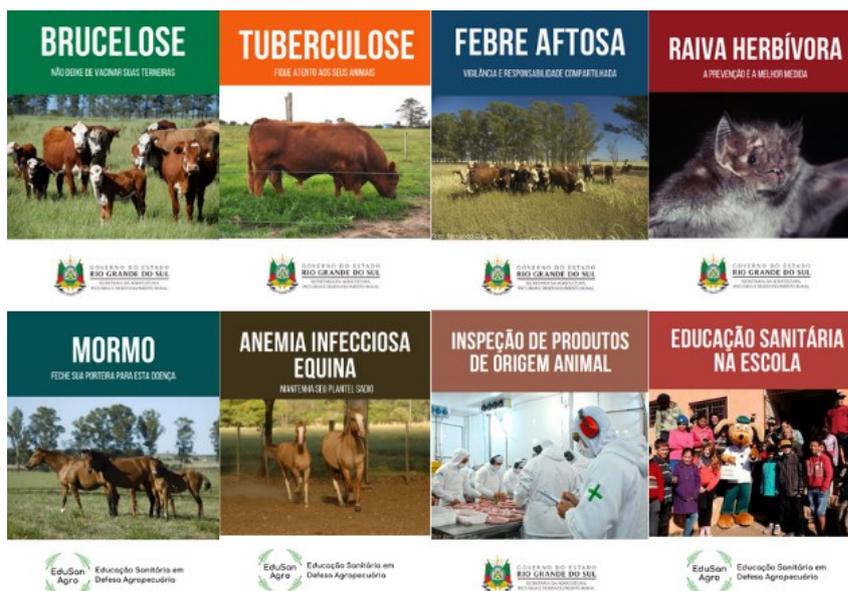
6.1.1 Avaliação dos livretos produzidos para o *site* EduSan Agro

A entrevista semiestruturada realizada com os servidores que são referências em Educação Sanitária apontou para a necessidade da criação de materiais de apoio sobre temas de interesse agropecuário que pudessem ser tratados no âmbito do projeto “Educação Sanitária na Escola” com as secretarias municipais de Educação e escolas participantes. O apreço dos servidores entrevistados pelo formato impresso, aliado ao formato do produto educacional ser um *website*, conduziu a um meio termo: a produção de livretos digitais em formato PDF, que podem ser impressos conforme a necessidade. Especialmente para o *site* EduSan Agro, foram elaborados oito livretos digitais¹¹, sendo cinco deles novas diagramações de folders antigos da Secretaria da Agricultura – “Brucelose”, “Tuberculose”, “Febre Aftosa”, “Raiva Herbívora” e “Inspeção de Produtos de Origem Animal” –, e três deles criados especificamente para o *site*, a partir da identificação da ausência de materiais deste tipo dentro da SEAPDR: “Mormo”, “Anemia Infecciosa Equina” e “Educação Sanitária na Escola”.

O bloco de perguntas “Estética e organização” avaliou os oito livretos juntos (Figura 17), uma vez que o caráter a ser analisado era comum a todos.

¹¹ Disponíveis no link <https://www.edusanagro.com/forum/forum-de-discussoes/livretos-digitais>

Figura 17 - Livretos digitais produzidos para o *site* EduSan Agro



Fonte: a autora (2021).

A pergunta de avaliação sobre o aspecto estético e a organização dos livretos era de múltipla escolha, com as opções “Muito bons”, “bons”, “razoáveis” e “ruins”. Uma pergunta aberta se seguia, dando oportunidade para que os respondentes pudessem comentar mais detalhadamente o item avaliado. Na avaliação por múltipla escolha, os livretos foram considerados “muito bons” (72,7%) e “bons” (27,3%) quanto à estética e organização. Duas pessoas registraram comentários por escrito, além da avaliação por múltipla escolha: “Esteticamente estão ótimos, porém recomendo que o conteúdo seja revisado pelos colegas do GTSES antes da publicação” (A02); “Ficaram muito bons, apesar de entender que poderiam ficar com maior clareza os de febre aftosa e raiva” (A04).

O comentário sobre necessidade de revisão do conteúdo do material pelo Grupo Técnico de Educação em Saúde se repetiu em outros campos de avaliação, pelo mesmo respondente. Diante da perspectiva de que o EduSan Agro continuará pelos próximos anos, mesmo após a defesa desta dissertação, a recomendação é pertinente e será seguida para a manutenção do *website* no ar. Já a “falta de clareza” nos materiais sobre febre aftosa e raiva herbívora refere-se ao fato de que as fotos utilizadas nos livretos estavam escuras e de difícil visualização. Isto foi corrigido e os materiais foram atualizados no *website*.

Com relação à linguagem, escrita e conteúdo dos livretos, duas

avaliações foram feitas: primeiro, o material criado especialmente para o *site*, uma vez que não foram encontrados folders sobre esses temas na SEAPDR. São eles os livretos sobre mormo, anemia infecciosa equina e o projeto “Educação Sanitária na Escola”. A respeito destes materiais, 54,5% consideraram que eram “muito bons”, 27,3% avaliaram como “bons” e 18,2% como “razoáveis”. Nos comentários por escrito, um respondente, além de reforçar a recomendação de revisão do conteúdo pelo Grupo Técnico, apontou que há folder antigo sobre anemia infecciosa equina na Secretaria da Agricultura. Os avaliadores que marcaram os materiais como “razoáveis” não ofereceram detalhes no campo de pergunta em aberto.

A seguir foram avaliados os livretos digitais produzidos a partir de folders antigos da SEAPDR, que receberam novo projeto gráfico e, em algumas situações, tiveram seus conteúdos atualizados – caso, por exemplo, do material sobre febre aftosa, pois o Rio Grande do Sul conquistou a certificação de zona livre dessa enfermidade sem vacinação muito recentemente, em maio de 2021. Neste grupo de materiais, os avaliadores consideraram que a linguagem, escrita e conteúdo dos livretos estão “muito bons” (81,8%) ou “bons” (18,2%). Apesar de ser um conteúdo produzido e chancelado pela própria SEAPDR, a sugestão de revisão do conteúdo pelo Grupo Técnico de Educação em Saúde se repetiu.

6.1.2 Avaliação da animação produzida para o *site* EduSan Agro

A animação “Projetos: como fazer”¹² foi construída a partir das sugestões apontadas pelos servidores entrevistados a respeito de como eles acreditavam que poderia ser o passo-a-passo de abordagem às secretarias municipais de Educação e escolas para a execução do projeto “Educação Sanitária na Escola”.

Na avaliação sobre a aparência estética e a organização da animação, 81,8% dos respondentes a consideraram “muito boa” e 18,2% avaliaram como “boa”. Nos comentários por escrito, um avaliador pontuou que, embora tivesse uma organização muito boa, a aparência da animação é muito infantil, tendo em vista que o público-alvo são os servidores da SEAPDR que pretendem trabalhar com Educação Sanitária nas escolas. Com a continuidade do *site*, pode-se

¹² Disponível em: <http://www.edusanagro.com/projetos-como-fazer>

pensar, nos próximos meses, em uma reformulação do vídeo, em construção conjunta com os servidores do Grupo Técnico de Educação em Saúde.

Com relação à linguagem empregada e ao conteúdo exibido na animação, 81,8% dos respondentes consideraram que ela é “muito boa”; 9,1% como “boa”; e 9,1% como “razoável”. O respondente que fez esta última avaliação (A02) detalhou no campo em aberto que sente “muita dificuldade” em chamar o “Educação Sanitária na Escola” de projeto, que sua metodologia não é condizente com a realidade da maioria das regionais e que estas deveriam seguir metodologia própria. Importante destacar que as ressalvas expressadas por A02 ultrapassam o escopo de ação do EduSan Agro como produto educacional, pois seu objetivo é auxiliar na construção e execução do projeto, conforme delineado pela SEAPDR, mas, principalmente, guiado por sugestões dos próprios servidores vinculados à Educação Sanitária. Ademais, a metodologia abordada pela animação não se impõe como o único modo de construir as ações de Educação Sanitária em escolas; apenas oferece uma sugestão de como fazê-lo. O texto de apresentação do vídeo no *site* foi reformulado para que não restem dúvidas quanto ao caráter sugestivo, e não impositivo, do material.

Outro comentário por escrito avaliou a animação como “muito boa”, mas destaca uma ausência importante:

Entendo que as informações ficaram muito boas, mas senti falta da importância do questionário com os professores para a construção de diagnóstico, para posteriormente, seguirmos o passo a passo, para conhecer a realidade de cada comunidade e assim prosseguirmos na sequência para a implantação do projeto em cada região, sempre respeitando as necessidades informadas pelos professores de cada escola, seja infantil, fundamental, de âmbito municipal, estadual ou particular. (A04)

De fato, a animação faz uma breve menção à etapa de construção de diagnóstico junto aos professores das escolas, dentro de um quadro maior que objetiva mostrar todos os passos sugeridos para a execução completa do projeto. A partir desta observação pertinente, uma nova seção foi criada no EduSan Agro, chamada “Sala dos professores”¹³ (Figura 18), que dá um

¹³ Disponível em: <http://www.edusanagro.com/sala-dos-professores>

ênfoque maior ao processo dialógico entre servidores da SEAPDR e professores, destacando a importância da promoção de espaços de escuta entre esses profissionais.

Figura 18 - Seção "Sala dos Professores"



Pois é no diálogo constante com o corpo docente que ocorre a construção e execução da Educação Sanitária nas escolas. É essencial haver articulação com os professores e a equipe pedagógica, funcionários e demais membros da comunidade escolar.

E essa relação começa no diagnóstico da realidade daquela comunidade escolar: quais assuntos são de interesse local? Vale a pena falar sobre Anemia Infecciosa Equina em uma localidade que não tem cavalos? Ou abordar brucelose e tuberculose.

Fonte: a autora (2021).

6.1.3 Avaliação do *site* EduSan Agro

A parte final do formulário de avaliação deu ênfase ao EduSan Agro como um todo, com blocos de perguntas que avaliaram “Estética e organização”, “Linguagem, escrita e conteúdo” e “Aplicabilidade”.

Quanto ao formato do produto educacional ser um *website*, 100% dos avaliadores o consideraram “adequado”. Sobre a forma em que o conteúdo do *site* foi estruturado, também houve unanimidade dos respondentes (100%) pela opção “bem-organizado”. Sobre os aspectos visuais do *site*, 90,9% consideram “muito bom” e 9,1%, “bom”. No espaço para considerações por escrito, A02 avalia que “seria melhor se o material que é para público interno fosse de acesso restrito”. Porém, o conteúdo do EduSan Agro é oriundo de dados públicos e abertos, disponíveis no *site* da própria Secretaria da Agricultura. Um outro comentário, de A04, reforça o caráter de construção coletiva do *website*: “Creio que esse material é um início de passos de evolução e dimensionamento, assim podemos contar com mudanças e retroalimentação, à medida que as atividades sejam estendidas a todas as regionais do RS”.

A respeito de linguagem, escrita e conteúdo, a linguagem utilizada no EduSan Agro foi considerada 100% adequada; o texto apresentado no *site* foi considerado de fácil entendimento por 100% dos avaliadores; e o conteúdo geral do *site* foi considerado “muito bom” para 63,6% dos respondentes, e “bom” para os 36,4% restantes. Nos comentários por escrito, há um reforço sobre a necessidade de revisão do material pelo GTSES, e duas avaliações positivas: “Achei muito clara e objetiva, além de fácil para a leitura, do nosso público-alvo, a apresentação de temas que parecem difíceis ao entendimento” (A03); “Boa linguagem de fácil entendimento e compreensão” (A04).

O bloco temático “Aplicabilidade” começa perguntando o quanto o conteúdo do EduSan Agro contribuirá para a prática profissional dos servidores na Educação Sanitária: para 81,8% contribuirá “bastante”; para os 18,2% restantes, contribuirá “alguma coisa”.

Para a pergunta “O conteúdo do *site* EduSan Agro responde a alguma dúvida ou dificuldade que você tinha anteriormente em seu trabalho na Educação Sanitária?”, 54,5% dos avaliadores responderam “sim”; 36,4% responderam “parcialmente” e 9,1% responderam “não”. A pergunta seguinte, aberta, pede que os respondentes citem as dúvidas que foram sanadas, ou não, pelo produto educacional (Quadro 13). Três pessoas que marcaram “parcialmente” não ofereceram detalhes na pergunta em aberto.

Quadro 12 - Dúvidas que foram sanadas ou persistiram após conhecer EduSan Agro

Avaliador	O EduSan Agro respondeu a alguma dúvida ou dificuldade?	Em caso afirmativo, qual/quais dúvidas foram sanadas? Em caso negativo, o que faltou ser abordado?
A02	Sim	<i>Reúne o material que precisamos em um só lugar e também o material a ser disponibilizado aos professores e alunos. Facilita muito assim! É só passarmos o link e pronto.</i>
A03	Sim	<i>No aspecto positivo considero a principal foi um conteúdo visual, rico em figuras, lúdico, mas não deixando a importância do tema de lado. Posso ser piegas, mas não consegui ter uma visão crítica sobre o trabalho, pois é tão enriquecedor frente as dificuldades que sempre tivemos, principalmente sobre a importância do assunto e sobre as mudanças</i>

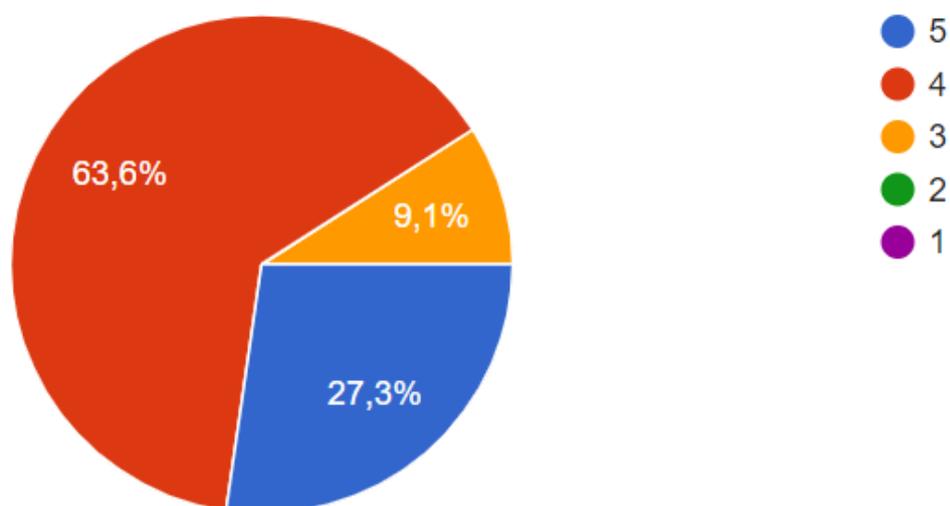
		<i>que serão capazes de promover frente a sociedade a partir do nosso público. Só posso elogiar.</i>
A04	Parcialmente	<i>Ele será muito importante para aqueles colegas que ainda desconhecem a realidade da Educação Sanitária em escolas e demais ações de educação.</i>
A05	Não	<i>Sou Engenheiro Agrônomo e desenvolvo as atividades de Educação Sanitária nesse contexto. Talvez o site tenha o objetivo de focar somente na área animal, o que não é problema, mas senti falta das demais áreas que compreendem a SEAPDR como Área Vegetal, Extensão Rural e Desenvolvimento Rural.</i>
A08	Sim	<i>Procedimentos para implantação do projeto.</i>
A09	Sim	<i>Organizar conteúdo e torná-lo acessível de forma imediata</i>
A10	Sim	<i>didática, linha de raciocínio</i>
A11	Sim	<i>Ausência de materiais educativos atualizados</i>

Fonte: a autora (2021)

Importante observar a resposta de A05 que, como engenheiro agrônomo, não conseguiu se enxergar no material do EduSan Agro – muito por causa do histórico, já abordado por este trabalho, de forte ligação entre a Seção de Educação Sanitária da SEAPDR e a área animal. Como um produto educacional vivo que é, pois não se esgotará na apresentação desta dissertação, o EduSan Agro deverá direcionar seus próximos passos para a inclusão destas importantes áreas de atuação da Secretaria da Agricultura citadas por A05.

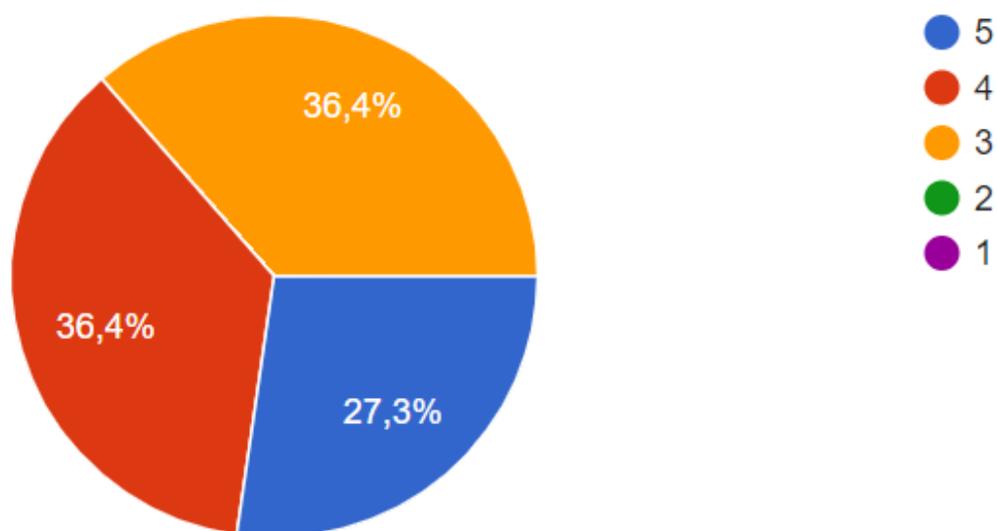
As duas perguntas seguintes versam sobre a influência que o EduSan Agro terá na motivação para buscar novas parcerias com secretarias municipais de Educação (Figura 19) e para estreitar relações com os professores dos municípios das regionais dos avaliadores (Figura 20). As respostas representam uma escala gradual, em que 1 significa “não influenciará” e 5, “definitivamente influenciará”.

Figura 19 - Influência do EduSan Agro na motivação para buscar parcerias com secretarias municipais de Educação



Fonte: a autora (2021).

Figura 20 - Influência do EduSan Agro na motivação para estreitar relações com os professores



Fonte: a autora (2021).

Percebe-se que, no somatório das respostas de graduação 5 e 4, que seriam as que evidenciam influência mais incisiva do EduSan Agro, 90,9% dos avaliadores indicaram uma motivação maior para buscar novas parcerias com as secretarias municipais de Educação. Procedendo da mesma maneira nas respostas sobre a influência do EduSan Agro sobre o estreitamento de relações

com professores, tem-se que a motivação não é tão grande quanto na primeira pergunta, com 63,7% de respostas em 5 e 4. Pode ser um indício do que foi relatado por A04, sobre a ausência de material que desse enfoque à relação entre servidores da SEAPDR e os diretores e professores das escolas participantes.

As duas últimas perguntas do formulário solicitaram que os avaliadores listassem aspectos positivos e pontos de melhoria do EduSan Agro. Nos aspectos positivos, foram destacadas a organização do *site*, facilidade de acesso e navegação, linguagem acessível, objetividade e padronização de materiais (Quadro 14).

Quadro 13 - Aspectos positivos do *site* EduSan Agro

Avaliador	Comentário
A01	<i>O website é limpo, de fácil navegação e visualização.</i>
A02	<i>Reúne tudo em um só lugar, isto facilita nosso trabalho, e é uma ótima ferramenta de divulgação da atividade.</i>
A03	<i>Facilidade de acesso a um conteúdo bem elaborado, sério, com muitas gravuras o que é de fácil assimilação ao educando.</i>
A04	<i>Esclarecimentos de forma organizada.</i>
A05	<i>Organização em um local interativo de materiais, legislações e divulgação do trabalho da SEAPDR.</i>
A06	<i>Objetividade</i>
A07	<i>Facilidade de acesso do conteúdo e de linguagem.</i>
A08	<i>Organização. Padronização de materiais.</i>
A09	<i>Organização e linguagem acessível</i>
A10	<i>organização, clareza</i>

Fonte: a autora (2021)

Entre as sugestões de melhoria para o *site*, houve três menções à inclusão da área vegetal e outras áreas de atuação da SEAPDR. Produção de mais vídeos educativos foi citado por dois avaliadores (Quadro 15).

Quadro 14 - Sugestões de melhoria para o *site* EduSan Agro

Avaliador	Comentário
A01	<i>Não há nenhum material relacionado a área vegetal (produtos, pragas e doenças).</i>
A02	<i>O site está ótimo. O que precisa ser melhorado é o conteúdo. Precisamos produzir mais vídeos educativos em linguagem adequada ao público-alvo. E nossa mascote precisa</i>

	<i>urgentemente passar por um “upgrade”.</i>
A03	<i>Sugiro ampla divulgação deste trabalho a nível das regionais para que se possa fazer o trabalho de disseminar este conteúdo nas escolas, às professoras de ciências, para que sejam usadas no curriculum.</i>
A04	<i>Entendo que seria interessante rever o passo a passo da implantação do projeto em escolas.</i>
A05	<i>Acredito que há espaço para abranger demais áreas de atuação da SEAPDR, se for o foco do website. Acredito que será de grande e fácil utilidade.</i>
A07	<i>Poderia ter mais vídeos curtos, são rápidos, ilustrativos e de fácil compreensão e retenção da informação.</i>
A08	<i>Possibilidade de adicionar conteúdos relacionados a área vegetal.</i>

Fonte: a autora (2021).

No espaço final, de “outros comentários”, três avaliadores se manifestaram:

- “Gostei demais do *site*, mas como é algo ainda em construção, merece muitas revisões e melhorias, principalmente no conteúdo a ser disponibilizado. De qualquer forma, assim como está, auxiliará muito nossas atividades” (A02);
- “Desejo parabenizar por esta importante iniciativa, que irá contribuir de forma definitiva para os que já atuam e para os que ainda não conhecem o papel desta atribuição e como fazer!!” (A04);
- “O *site* está ótimo para atender as demandas contudo o principal trabalho a ser realizado é a sensibilizar o público sobre a importância do tema” (A09).

Em âmbito geral, o EduSan Agro recebeu avaliações positivas de seu público-alvo principal. Os avaliadores também ofereceram um excelente retorno sobre pontos de melhoria para o *site*, que envolveu desde a criação de uma nova seção específica sobre a relação com os professores até perspectivas futuras de ampliação na área de atuação do *site* e sugestão de diversificação dos materiais oferecidos. O fator de maior relevância, contudo, foi perceber nos avaliadores a compreensão de que o EduSan Agro não é um produto educacional acabado, mas um espaço para construção constante e coletiva, ecoando os ideais de trabalho como princípio educativo e formação humana integral, preceitos tão caros à Educação Profissional e Tecnológica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação dos fiscais estaduais agropecuários e demais servidores que trabalham com Educação Sanitária na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, enfoque desta pesquisa sob a luz da Educação Profissional Tecnológica, encontra-se entremeada pelos preceitos de trabalho como princípio educativo e formação humana integral.

Também se verificou que a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, área de atuação destes profissionais, poderia ter uma relação ainda mais fortalecida com a EPT se se aproximasse da Educação Popular em Saúde, vertente já estabelecida no campo maior de Educação em Saúde, mas ainda incipiente no campo agropecuário. Para os profissionais na área de defesa agropecuária, adotar o modelo de Educação Popular em Saúde e sua base freiriana, calcado nos ideais da EPT explicitados por Saviani, Ciavatta, Frigotto, Gramsci, Kuenzer e tantos outros, seria uma oportunidade de atuar de formas diversificadas em seu trabalho, estabelecendo uma relação igualitária no processo educativo com produtores rurais, estudantes, professores e demais membros da sociedade civil.

Entretanto, mesmo que de forma embrionária, há espaço para a concatenação desses campos teóricos na Educação Sanitária em Defesa Agropecuária praticada pelos servidores da SEAPDR nos espaços escolares. Pois a análise dos documentos orientadores do projeto “Educação Sanitária na Escola”, elaborados por este grupo de servidores, demonstrou que há um diálogo consistente da estrutura do projeto com as bases teóricas da EPT, especialmente no que concerne aos fundamentos de uma educação dialógica e libertadora, proposta por Freire, mesmo que esses referenciais teóricos não sejam abordados nos dois documentos.

Em alguma medida, os objetivos da pesquisa e do produto educacional resultante se cumpriram, inclusive no que diz respeito aos pontos de melhoria – uma vez que um produto educacional não pode querer ser um material acabado, sob pena de contrariar justamente todo o arcabouço teórico de educação dialógica e construtivista que o sustenta. Portanto, como produto educacional vivo e pulsante, o EduSan Agro tem seus próximos passos já delineados, a partir da avaliação junto ao seu público-alvo principal, os servidores que atuam com

Educação Sanitária na SEAPDR. Os passos serão a inclusão de outras áreas de atuação da Secretaria da Agricultura, como sanidade vegetal, desenvolvimento rural, as ações direcionadas a indígenas e quilombolas, o cooperativismo, a agricultura familiar; a reformulação da animação "Projetos: como fazer" para uma linguagem menos infantil e mais ajustada ao público-alvo; e a produção de novos vídeos curtos, que complementem o catálogo de material de apoio disponível sobre os temas de interesse agropecuário tratados no projeto.

Estes são passos a curto e médio prazo. No longo prazo, a intenção é que o EduSan Agro abranja sua área de atuação e passe a oferecer apoio para a construção e condução de projetos de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária em âmbito geral, independentemente de ser em instituições escolares ou em espaços não formais de ensino, como conselhos municipais, sindicatos rurais ou eventos agropecuários.

São ideais ambiciosos para um produto educacional que inicia agora; porém, temos ao nosso lado o entusiasmo dos servidores referências em Educação Sanitária da SEAPDR para a construção coletiva desse espaço de trocas, diálogo e aprendizado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. C. S.; PONTES, A. G. V.; SILVA, J. V. O ensino de Educação Popular em Saúde para o SUS: experiência de articulação entre graduandos de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde. **Interface (Botucatu)**, v. 18, supl. 2, p.1547-1558, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/icse/v18s2/1807-5762-icse-18-s2-1547.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2020.

AZEVEDO, V. *et al.* Interview transcription: conceptual issues, practical guidelines, and challenges. **Revista de Enfermagem Referência**, [s. l.], v. IV Série, n. N°14, p. 159–168, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.12707/riv17018>>. Acesso em: 31 jul. 2020

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006**. Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5741.htm>. Acesso em 28 out. 2019.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Gabinete do Ministro. **Instrução Normativa nº 28, de 15 de maio de 2008**. Institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Disponível em: <http://www2.agricultura.rs.gov.br/uploads/126936810822.03_INSTRUCAO_NO_RMATIVA_No_28_ed_sanit.doc>. Acesso em 28 out. 2019.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. **Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA – Plano Estratégico 2017 – 2026**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/vacinacao/PNEFA_Planos_Estratgicos_2017_2026verso2017pt.pdf>. Acesso em 13 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. **Documento orientador de APCN – Área 46: Ensino**. 2019. Disponível em: <https://capes.gov.br/images/Criterios_apcn_2019/ensino.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2020.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v.3, n.3, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: por

que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

ClAVATTA, M. O trabalho como princípio educativo. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 168–194, 2009.

GADOTTI, M. A questão da educação formal/não-formal. **Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes sans solution?** Institut International des droits de l'enfant, Sion, 2005. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/5445484-A-questao-da-educacao-formal-nao-formal.html>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOVANNINI, I. C. C.; SGUAREZI, C. N.; SILVA, J. C. **Educação Sanitária em Defesa Agropecuária**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/cesesp/publicacoes/artigos/artigo-es-apm-3.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

GOHN, M.G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n. 2, p. 20-31, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000200003>. Acesso em: 4 dez. 2021.

GOHN, M. G. Educação não-formal na pedagogia social.. In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1., 2006, . **Proceedings online...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 26 mar. 2020.

GOHN, M.G. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação**, Porto, v. 1, n. II, p. 35–50, 2014. Disponível em: <<http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, [S. l.], n. 27, p. 46-60, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

KUENZER, A. Z. Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico do Senac**, v. 30, n. 3, p. 81-93, 2004. Disponível em: <<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/501>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

KUENZER, A. Z. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do Senac**, v. 28, n. 2, p. 2-11, 2002. Disponível em: <<https://bts.senac.br/bts/article/view/539>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

KUENZER, A. Z. O trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 68, p. 21–28, 1989. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1118/1123>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

JACOBUCCI, D. F. C. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **Em Extensão**, v.7, n. 1, p. 55–66, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/viewFile/20390/10860>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

LA BELLE, T. J. **Nonformal Education and Social Change in Latin America**. Los Angeles: University of California, 1976.

LEITE, P. S. C. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **7º Congresso Ibero-americano de Investigação Qualitativa**, Fortaleza, v. 1, p. 330–339, 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

MOREIRA, M. A. **Pesquisa em Ensino: aspectos metodológicos**. Porto Alegre: 2003. Disponível em: <<http://moreira.if.ufrgs.br/pesquisaemensino.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2019.

MOREIRA, M. A.; ROSA, P. R. S. **Pesquisa em Ensino: métodos qualitativos e quantitativos**. Porto Alegre: 2009. Disponível em:

<<http://moreira.if.ufrgs.br/Subsidios11.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2019.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782015000401057&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 1 abr. 2020.

PEDROSA, J. I. S. Educação Popular em Saúde e Gestão Participativa no Sistema Único de Saúde. **Revista de APS**, Juiz de Fora, v. 11, n. 3, p. 303-313, 2008. Disponível em:

<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/download/14271/7721>>. Acesso em: 24 set. 2020.

PIMONT, R. P. A Educação em saúde: conceitos, definições e objetivos. **Boletim de la Oficina Sanitária Panamericana**, Washington, v. 82, n. 1, p. 14–22, 1977. Disponível em:

<<http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/17514/v82n1p14.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

RAMOS, M. Concepção do Ensino Médio Integrado. In: **Seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 08 e 09 de maio de 2008**. (p. 30). Disponível em:

<http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2020.

RAMOS, M. N. Pedagogia das Competências. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/pedcom.html>>. Acesso em: 4 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.192, de 30 de junho de 2009**. Institui a Política Estadual de Educação Sanitária Animal no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<<https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/23103007-13-192.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2019.

_____. **Decreto nº 53.403, de 16 de janeiro de 2017**. Aprova o Regimento Interno da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação. Disponível em:

<<https://www.agricultura-admin.rs.gov.br/upload/arquivos/201805/23092425-regimento-interno-seapi.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

_____. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. **Procedimento Operacional Padrão para o SES - Programa de Educação Sanitária Versão 2019**. Disponível em:

<<https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201909/03150007-pop-dcis-ses-2019.pdf>>. Acesso em 28 out. 2019.

_____. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. **Projeto**

Educação Sanitária na Escola - Março de 2010. Disponível em: <<https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/23103337-projeto-educacao-sanitaria-na-escola.doc>>. Acesso em 28 out. 2019.

_____. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. **Educação Sanitária em Escolas: Panorama atual de experiência exitosa.** Porto Alegre, 2018.

_____. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. **Relatório de Atividades – Projeto de Educação Sanitária: Municípios da Regional Pelotas – Ano 2016.** Disponível em: <<https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201702/03163250-relatorio-final-projeto-em-escolas-regional-pelotas-2016.pdf>>. Acesso em 28 out. 2019.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. (Eds.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152–180, 2007.

SILVA, C. M. da C. et al. Educação em saúde: Uma reflexão histórica de suas práticas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2539–2550, 2010.

STOTZ, E. N.; DAVID, H. M. S. L.; UN, J. A. W. Educação popular e saúde: trajetória, expressões e desafios de um movimento social. **Revista APS**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 49-60, 2005. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/nates/files/2009/12/EducacaoPopular.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2020.

TOLOI, G. G.; MANZINI, E. J. Etapas da estruturação de um roteiro de entrevista e considerações encontradas durante a coleta dos dados. In: Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 8, 2013, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2013. p. 3299-3306. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT14-2013/AT14-008.pdf>>. Acesso em: 01 mai 2020.

VASCONCELOS, E. M. Educação popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 67-83, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/physis/v14n1/v14n1a05.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2020.



Plataforma de apoio para
Educação Sanitária em
Defesa Agropecuária em
escolas

Elaine dos Santos Pinto
Prof^a Dr^a Aline Grunewald Nichele

SOBRE O EDUSAN AGRO

O website "EduSan Agro" (www.edusanagro.com) foi construído a partir de pesquisa realizada no âmbito do Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). A estrutura e o conteúdo do site apoiam-se na análise dos resultados de entrevista semiestruturada conduzida junto aos servidores vinculados à Educação Sanitária da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (SEAPDR).

O nome EduSan Agro deriva do termo “Educação Sanitária em Defesa Agropecuária”, expressão utilizada pela legislação federal para se referir às ações de Educação em Saúde na área de defesa sanitária animal e vegetal.

O site tem como objetivo ser uma plataforma de apoio e orientação para que os servidores vinculados à Educação Sanitária da SEAPDR possam articular parcerias com secretarias de Educação e escolas de suas regionais, dentro da perspectiva da formação humana integral, ampliando a área de atuação do projeto "Educação Sanitária na Escola", criado pela Secretaria em 2010.

MAPA DO SITE

1

Quem Somos

- A Pesquisa
- A SES
- O Projeto

2

Educação Sanitária

- Legislação
- POP

3

Materiais de Apoio

- Apresentação do projeto
- Brucelose / Tuberculose
- Febre aftosa
- Raiva Herbívora
- Mormo
- Anemia Infecciosa Equina
- Serviço Veterinário Oficial
- Apoio pedagógico

4

Projetos: como fazer

- Checklist
- Sala dos Professores

5

Fórum

PÁGINA INICIAL

www.edusanagro.com



Educação Sanitária em Defesa Agropecuária

[Quem somos](#)
[Educação Sanitária](#)
[Materiais de apoio](#)
[Projetos: como fazer](#)
[Fórum](#)

Log In

EDUCAÇÃO. SANIDADE. AGRO.

Que bom seria se as escolas de educação básica pudessem trabalhar com temas ligados à Educação Sanitária em Defesa Agropecuária em sua grade curricular, não é?

Pois este é o objetivo da EduSan Agro, uma plataforma de apoio para que servidores da Secretaria da Agricultura possam articular parcerias com secretarias municipais de Educação, Coordenadorias Regionais de Educação e escolas.

[Quem somos](#)



EDUCAÇÃO SANITÁRIA

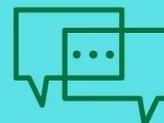


MATERIAIS DE APOIO

PROJETOS: COMO
FAZER



FÓRUM



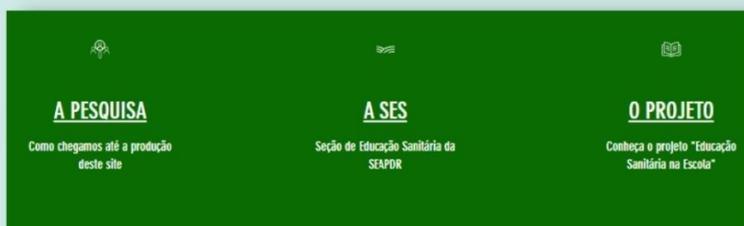
QUEM SOMOS

www.edusanagro.com/quem-somos



Texto de apresentação do site que destaca sua origem, elaborado a partir de uma pesquisa de mestrado.

Breve currículo das pesquisadoras envolvidas na pesquisa que deu origem ao EduSan Agro.



Rodapé com links para as subseções "A pesquisa", "A SES" e "O projeto"

A PESQUISA

www.edusanagro.com/a-pesquisa



Este site é resultado de uma pesquisa conduzida pela mestranda Elaine dos Santos Pinto, sob orientação da Profa Dra Aline Grunewald Nicheli, no Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PPoPET) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Porto Alegre.

O objetivo geral foi investigar de que forma os fiscais estaduais agropecuários das regionais da Secretaria da Agricultura podem atuar como agentes disseminadores da Educação Sanitária em agropecuária em escolas de ensino básico do Rio Grande do Sul, como intermediadores do projeto "Educação Sanitária na Escola", tendo como base o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral.

Breve explicação sobre a pesquisa de mestrado vinculada à criação do EduSan Agro e seu objetivo geral.

ETAPAS DA PESQUISA

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa tem como referencial teórico as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente os conceitos de trabalho como princípio educativo e formação humana integral. Também trabalha a partir dos temas: apoio não-formais de ensino e educação não-formal, educação em saúde e competências como etnia.

PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa analisou os Relatórios de Atividades e Vigilância Epidemiológica (RAVEs) produzidos pelas regionais da Secretaria da Agricultura e arquivados na Seção de Educação Sanitária pelo período de 2012 a 2019. As atividades de Educação Sanitária foram contabilizadas por regional e por tipo de ação, ao longo dos anos.

ENTREVISTAS

Uma entrevista semiestruturada foi respondida por fiscais ou servidores que sejam referências em Educação Sanitária nas regionais da Secretaria. Contará com cinco blocos temáticos: características pessoais e profissionais, atuação na SEAPOR, projeto "Educação Sanitária na Escola", relação com as secretarias municipais de Educação e sugestões para o produto educacional. As entrevistas foram realizadas no período de agosto a novembro de 2020, por meio da plataforma Zoom, com a adesão de 14 respondentes, num universo possível de 38.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir dos dados coletados pela pesquisa documental dos RAVEs, foi possível observar o panorama de ações em escolas de 2012 a 2019. Com as entrevistas, aprendemos com os servidores sobre as dificuldades na implantação do projeto "Educação Sanitária na Escola" e como são construídas as ações semi-estruturadas. Os entrevistados nos orientaram sobre quais os temas agropecuários mais buscados pela população no Rio Grande do Sul, bem como as informações que mais sentem necessidade de ter para dialogar com as secretarias de Educação e as escolas. Eles também elegeram qual o melhor formato para o produto educacional resultante da pesquisa: um webSite. Esta é a origem do EduSan Agro!

Blocos explicativos sobre as etapas da pesquisa à qual o EduSan Agro está vinculado.

A SES

www.edusanagro.com/ses



Apresentação da Seção de Educação Sanitária da SEAPDR, com descrição de suas principais atividades.

A SEÇÃO DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA

A Seção de Educação Sanitária em Agropecuária da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul é subordinada à Divisão de Controle e Informações Sanitárias. Suas atividades são:

	Promover ações específicas de Educação Sanitária em Agropecuária, envolvendo gestores, comunidades, instituições e entidades, e favorecendo o desenvolvimento e êxito das ações de políticas públicas em sanidade agropecuária, por meio do estímulo de intercâmbio de experiências;
Planejar e gerenciar ações de capacitação técnica e educação continuada voltada aos públicos interno e externo;	
	Promover a conscientização das comunidades no que tange à aplicação da legislação de defesa agropecuária;

O PROJETO

www.edusanagro.com/educacao-sanitaria-na-escola



Apresentação do projeto "Educação Sanitária na Escola" da SEAPDR, com download para as duas versões (2010 e 2018) e descrição de objetivos geral e específicos (de acordo com a versão 2018).

O projeto "Educação Sanitária na Escola", oriado pela Seção de Educação Sanitária da SEAPDR em 2010 e atualizado em 2018, é um programa de parceria com as secretarias municipais de Educação com a proposta de incluir o tema da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária no currículo escolar de forma transversal e interdisciplinar.

Assim que a parceria é estabelecida, os referências em Educação Sanitária da SEAPDR se reúnem com os diretores e professores das escolas participantes e repassam as informações que precisam ser abordadas em sala de aula. Os próprios professores incluem os temas em seus planos de aula, e podem contar com a participação dos fiscais em sala de aula, sempre que necessário.

Baixar as duas versões do projeto nos botões abaixo:

Versão 2010

Versão 2018

OBJETIVOS DO "EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA ESCOLA"

Versão 2018



OBJETIVO GERAL

Proporcionar que alunos, professores, funcionários da escola e comunidade em geral se tornem agentes disseminadores da Educação Sanitária através de processos de sensibilização, comprometimento e consciência sanitária, possibilitando um exercício pleno da cidadania com melhoria na qualidade de vida da população.



OBJETIVO ESPECÍFICO #1

Enriquecer os conteúdos e áreas de ciências da natureza, composta pelas disciplinas de biologia, física e química, com a exploração dos temas focados na saúde pública e sanidade animal.

EDUCAÇÃO SANITÁRIA

www.edusanagro.com/educacao-sanitaria



Conceituação de Educação Sanitária, Educação Sanitária em Defesa Agropecuária e Educação Popular em Saúde.

A Educação Sanitária – também conhecida como Educação para a saúde e, ainda, pela terminologia mais utilizada atualmente, Educação em saúde – é um dos ramos de atuação em saúde pública que tem por objetivo informar e educar a população sobre a promoção de hábitos saudáveis e a prevenção de doenças. Surgiu de uma visão da saúde a partir da ótica da saúde pública, que parte não apenas de uma perspectiva individual, de atendimento médico-hospitalar direcionado, mas da influência de determinantes sociais – tais como classe, local de moradia e ocupação laboral – no processo saúde/doença.

A inspeção e a fiscalização de produtos de origem animal e vegetal no Brasil ficam a cargo do Ministério da Agricultura, em âmbito federal; e das secretarias estaduais e municipais, em suas respectivas jurisdições, operacionalizando as ações de inspeção e fiscalização localmente.

É a partir das ações de fiscalização e inspeção que surge a necessidade de um campo de atuação diferenciado e complementar, que tivesse um aspecto mais propositivo do que punitivo: a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária.

Educação Popular em Saúde

A Educação Popular em Saúde é o campo de prática e conhecimento que tem se ocupado mais diretamente com a criação de vínculos entre a ação médica e o pensar e fazer cotidiano da população. Se baseia nos trabalhos do educador Paulo Freire, estabelecendo uma forma de educação dialógica, que respeita os repertórios e vivências pessoais dos educandos, tendo estas experiências usadas como ponto de partida para a prática educativa.

Assim como a Educação Popular em Saúde vem conquistando espaços no campo da saúde – inclusive institucionais, no âmbito do SUS, por exemplo –, acreditamos que a Educação Popular em Saúde pode se desenvolver, também, na área de defesa agropecuária.



Entende-se por Educação Sanitária em Defesa Agropecuária o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários

Instrução Normativa nº 28/2008 - MAPA



LEGISLAÇÃO

Os dispositivos legais que instituíram a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária no Brasil e no Rio Grande do Sul.



POP

O Procedimento Operacional Padrão para as ações de Educação Sanitária no SEAPDR.

Rodapé com as subseções "Legislação" e "POP"

LEGISLAÇÃO

www.edusanagro.com/legislacao



Os dispositivos legais que instituíram a Educação Sanitária em Defesa Agropecuária no Brasil e no Rio Grande do Sul.



DECRETO FEDERAL

DECRETO 5.741/2006

Publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). É a primeira vez que "Educação Sanitária em Defesa Agropecuária" aparece em um documento oficial.



INSTRUÇÃO NORMATIVA FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28/2008

Publicada pelo Mapa, institui o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária.



LEI ESTADUAL

LEI Nº 13.192/2009

Institui a Política Estadual de Educação Sanitária Animal no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

POP

www.edusanagro.com/pop



O Procedimento Operacional Padrão (POP) é um manual, produzido pela Seção de Educação Sanitária (SES), que tem como objetivo orientar a realização dos procedimentos que devem ser adotados pelas Unidades Locais da SEAPDR referentes à Educação Sanitária em Defesa Agropecuária.

No POP, são encontrados todos os documentos e formulários utilizados pela SES, como legislações referentes ao tema, bem como leituras complementares. Esta seção do site oferece para download a versão mais recente do documento.



PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO

MATERIAIS DE APOIO

www.edusanagro.com/materiais-de-apoio



Seção construída a partir da identificação das necessidades dos servidores referências em Educação Sanitária da SEAPDR para estabelecer contato com secretarias de Educação e professores.



Os temas agropecuários de maior interesse no Rio Grande do Sul, na percepção destes servidores, ganharam subseções próprias com apresentação padrão e materiais complementares.



APRESENTAÇÃO DO PROJETO

www.edusanagro.com/apresentacao-projeto



Modelo de apresentação do projeto "Educação Sanitária na Escola" em formato PPT ou PPTX, editável e aberto para que os servidores possam baixar e acrescentar qualquer informação que julgue necessária. Todas as apresentações, de todos os temas, têm este formato.



Livreto em formato digital com informações gerais sobre o projeto "Educação Sanitária na Escola", feito a partir do modelo de apresentação produzido e disponibilizado acima. Pode ser enviado a Secretarias Municipais de Educação, escolas, Coordenadorias Regionais de Educação.

Feito especialmente para o EduSan Agro

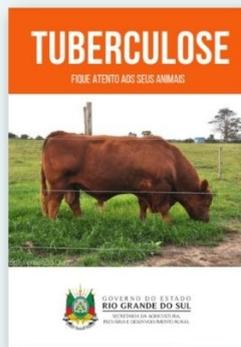
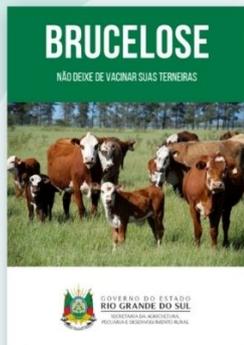
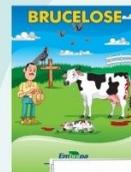
BRUCELOSE / TUBERCULOSE

www.edusanagro.com/brucelese-tuberculose



Modelo de apresentação editável sobre brucelose e tuberculose

Materiais complementares para auxiliar nos planos de aula: folder, apresentação da Regional Pelotas, livro para colorir, vídeo.



Livretos em formato digital sobre brucelose e tuberculose - novo design para folders antigos da SEAPDR.

Feitos especialmente para o EduSan Agro

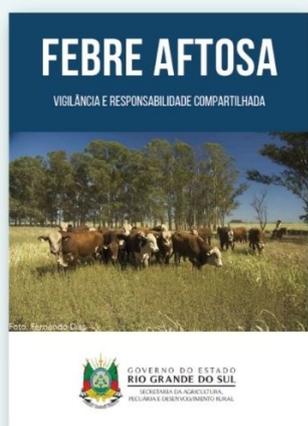
FEBRE AFTOSA

www.edusanagro.com/febre-aftosa



Modelo de apresentação editável sobre febre aftosa

Materiais complementares: HQ do Chico Bento, apresentação da Regional Pelotas, vídeos.



Livreto em formato digital produzido a partir de folder da SEAPDR. Contém informações sobre como evitar transmissão e a importância da notificação, agora que o Estado suspendeu a vacinação.

Feito especialmente para o EduSan Agro

RAIVA HERBÍVORA

www.edusanagro.com/raiva-herbivora



Modelo de apresentação editável sobre raiva herbívora

Materiais complementares: HQ da Turma da Mônica, apresentação da Regional Pelotas, pôsteres com espécies de morcegos encontradas no Estado.



Livreto em formato digital sobre Raiva Herbívora, produzido a partir de folder da SEAPDR. Contém informações sobre como evitar transmissão e a importância da notificação de refúgios de morcegos.

Feito especialmente para o EduSan Agro

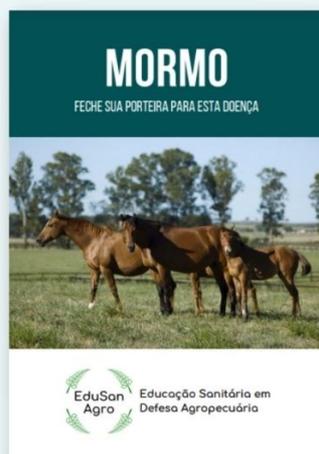
MORMO

www.edusanagro.com/mormo



Modelo de apresentação editável sobre mormo

Materiais complementares: vídeos.



Livreto em formato digital sobre o mormo elaborado a partir de informações das agências de defesa agropecuária do Tocantins (Adapec) e Espírito Santo (IDAF).

Feito especialmente para o EduSan Agro

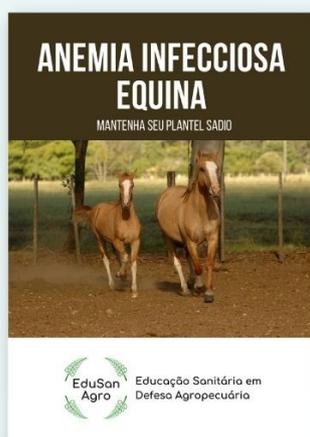
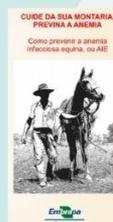
ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

www.edusanagro.com/anemia-infecciosa-equina



Modelo de apresentação editável sobre anemia infecciosa equina

Materiais complementares: folder, vídeo.



Livreto em formato digital sobre a anemia infecciosa equina, elaborado a partir de informações das agências de defesa agropecuária do Tocantins (Adapec) e Espírito Santo (IDAF).

Feito especialmente para o EduSan Agro

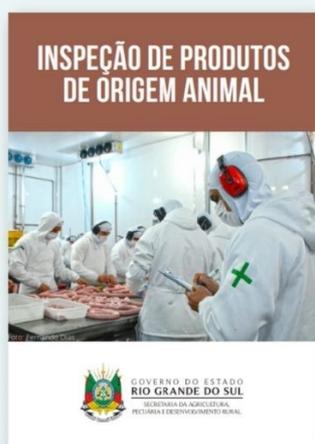
SERVIÇO VETERINÁRIO OFICIAL

www.edusanagro.com/svo



Modelo de apresentação editável sobre o Serviço Veterinário Oficial

Materiais complementares: apresentação da Regional Pelotas.



Livreto em formato digital sobre a Inspeção de Produtos de Origem Animal, produzido a partir de folder da SEAPDR. Contém informações sobre o serviço de inspeção nos abates e processamento de carnes e outros derivados animais destinados à alimentação, além do risco dos abates clandestinos.

Feito especialmente para o EduSan Agro

APOIO PEDAGÓGICO

www.edusanagro.com/apoio-pedagogico



Seção especialmente criada para oferecer apoio pedagógico aos servidores que vierem a participar de atividades em sala de aula. Abordamos os estágios de desenvolvimento humano de Jean Piaget como uma forma de compreender como o pensamento da criança se organiza, fato que influi no seu aprendizado. Também há indicação de vídeos sobre Piaget.



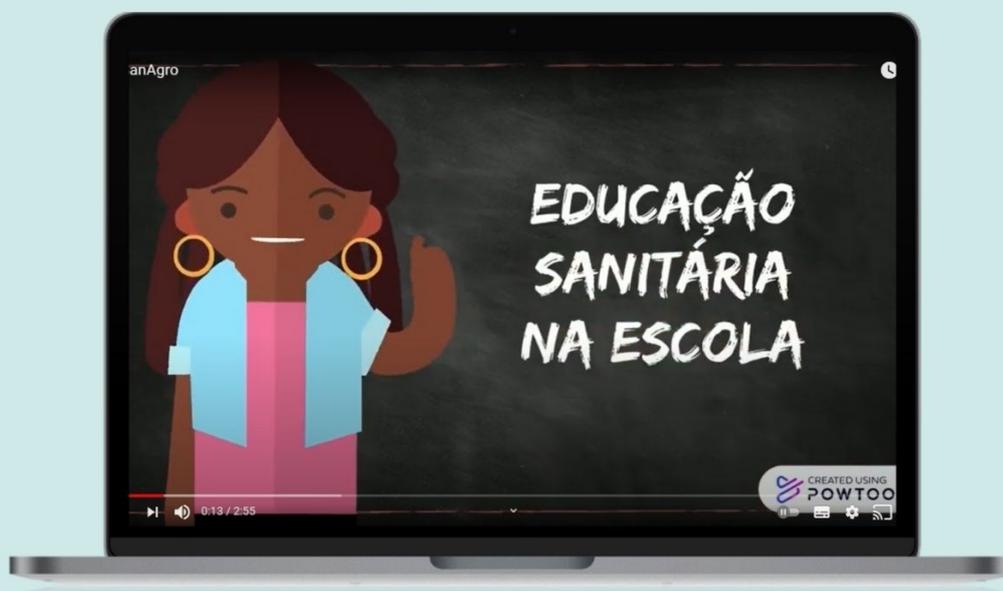
Os quatro estágios do desenvolvimento humano

PROJETOS: COMO FAZER

www.edusanagro.com/projetos-como-fazer



"Projetos: como fazer" é uma animação construída a partir das sugestões apontadas pelos servidores da SEAPDR que são referências em Educação Sanitária nas entrevistas feitas para nossa pesquisa de mestrado.



Feito especialmente para o EduSan Agro

Trata-se de uma sugestão de como construir e implantar projetos de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária junto às secretarias municipais de Educação e às escolas. Pode ser adaptada conforme a necessidade local e aplicada, também, junto a Coordenadorias Regionais de Educação, para atuação em escolas estaduais.

CHECKLIST

www.edusanagro.com/checklist



As ações abordadas pela animação "Projetos: como fazer" em formato de checklist, funcionando como um passo-a-passo.



checkli Free templates New checklist Sign in Free Sign Up

"Educação Sanitária na Escola"

- Envio de ofício solicitando reunião com a/a secretário/a de Educação do município (ou prefeito/a, quando der)
- Reunião para apresentação do projeto
- Solicitar ofício com registro de interesse do município em aderir ao projeto
- Definir com a Secretaria de Educação as escolas que vão participar do projeto
- Reunião com os professores, direção, equipe pedagógica, para:
 - Apresentar o projeto e os temas possíveis a serem trabalhados;

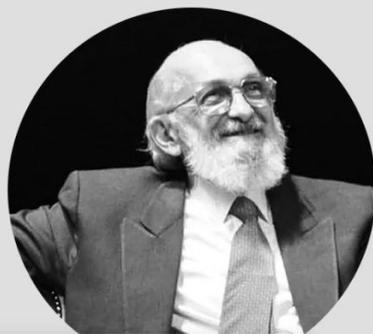
Esta checklist foi construída totalmente a partir das sugestões dos servidores que trabalham com Educação Sanitária na SEAPDR.

SALA DOS PROFESSORES

www.edusanagro.com/sala-dos-professores



Seção criada a partir das avaliações do público-alvo do site, os servidores que atuam em Educação Sanitária na SEAPDR. Reforça a importância da relação estreita e dialógica com os professores para o êxito do projeto.



É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação. O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos de **universo temático do povo** ou o conjunto de seus **temas geradores**.

Paulo Freire - *A Pedagogia do Oprimido*

Levantamento - Temas Geradores

Este formulário se destina a diretores, professores, coordenadores pedagógicos e funcionários de escolas que participem ou que venham a participar do projeto "Educação Sanitária na Escola", da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul. Os dados informados não serão utilizados pela SEAPDR, sob hipótese alguma, em atividades ou trabalhos fora do escopo do projeto "Educação Sanitária na Escola".

***Obrigatório**

Nome *

Sua resposta

Nome da escola *

Sua resposta

Apresenta uma sugestão de formulário a ser enviado para diretores, professores e funcionários da escola que participa ou que venha a participar do projeto de Educação Sanitária nas escolas.

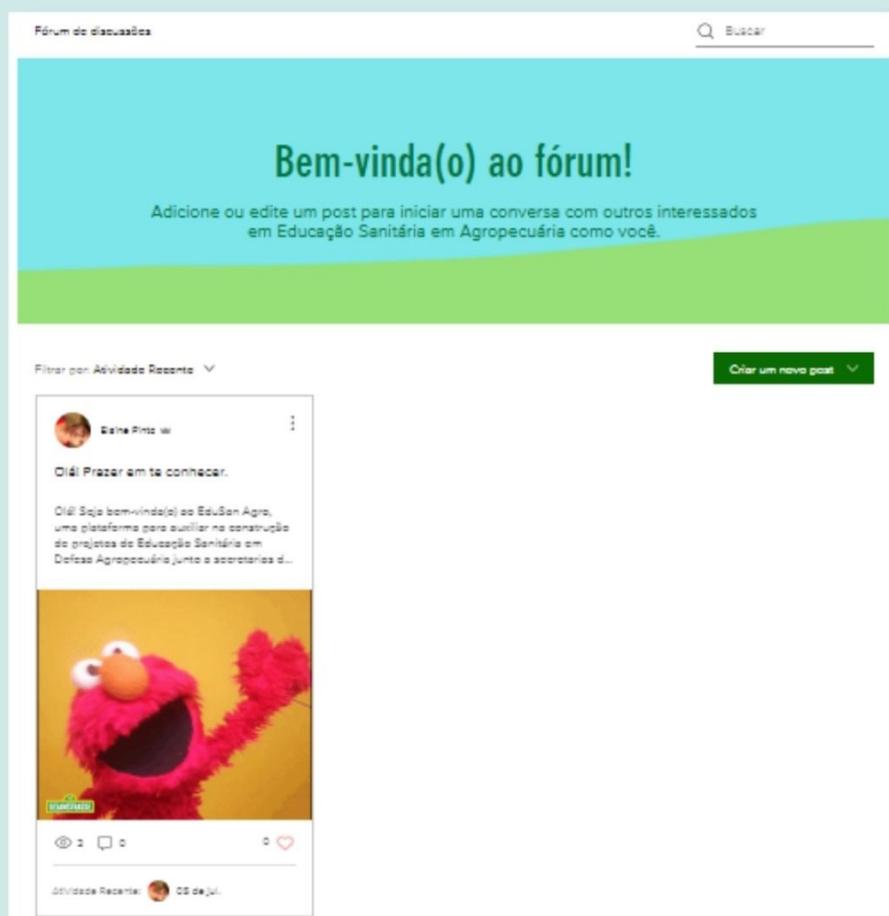
As informações levantadas por este formulário – que remete aos "temas geradores" de Paulo Freire – servirão como guia para o planejamento das atividades educativas ao longo do ano, em parceria com o corpo docente.

FÓRUM

www.edusanagro.com/forum



O site apresenta a funcionalidade de fórum de discussões para proporcionar um espaço para troca de informações entre os servidores vinculados à Educação Sanitária, diretores de escola, professores e demais pessoas interessadas na Educação Sanitária em Defesa Agropecuária



The screenshot shows the forum's landing page. At the top, it says "Fórum de discussões" and has a search bar labeled "Buscar". The main heading is "Bem-vinda(o) ao fórum!" followed by the instruction: "Adicione ou edite um post para iniciar uma conversa com outros interessados em Educação Sanitária em Agropecuária como você." Below this, there is a filter option "Filtrar por: Atividade Recente" and a button "Criar um novo post". A post by "Bela Pinto" is visible, with the text: "Olá! Prazer em te conhecer. Olá! Seja bem-vinda(o) ao EduSan Agro, uma plataforma para auxiliar na construção de projetos de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária junto a secretarias d...". The post includes a photo of a pink Muppet character and shows interaction icons for replies and likes.

CONCLUSÃO

O estudo aprofundado do projeto "Educação Sanitária na Escola" e sua aplicabilidade nos permitiu ver como a prática profissional dos servidores que atuam na Educação Sanitária está inserida na ideia de **trabalho como princípio educativo** e na **formação humana integral / omnilateralidade**:

- Para os servidores da Secretaria da Agricultura, trabalhar junto a professores os temas da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária nos conteúdos programáticos do currículo escolar oferece oportunidade de reflexão sobre sua prática profissional, propiciando um espaço de aprendizado intelectual concomitante ao seu trabalho.
- Para a comunidade escolar em geral, o "Educação Sanitária na Escola" traz materialidade a conceitos trabalhados em sala de aula, contextualizando-os no seu cotidiano e incentivando o exercício pleno de sua cidadania: por que se preocupar com a origem dos seus alimentos? Que doenças podem ser transmitidas por comida sem procedência conhecida?

PRÓXIMOS PASSOS

Como produto educacional vivo e pulsante, o EduSan Agro tem seus próximos passos já delineados, a partir da avaliação junto ao seu público-alvo principal, os servidores que atuam com Educação Sanitária na SEAPDR. São eles:

- Inclusão de outras áreas de atuação da Secretaria da Agricultura, como sanidade vegetal, desenvolvimento rural, ações direcionadas a indígenas e quilombolas, cooperativismo, agricultura familiar;
- Reformulação da animação "Projetos: como fazer" para uma linguagem menos infantil e mais ajustada ao público-alvo;
- Produção de novos vídeos curtos que complementem o catálogo de material de apoio disponível sobre os temas de interesse agropecuário tratados no projeto.

As pesquisadoras agradecem imensamente aos servidores da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural que participaram da pesquisa, uma vez que sua disponibilidade à entrevista semiestruturada e à avaliação final do produto educacional foi o que tornou o EduSan Agro uma realidade.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL – IFRS**

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPPI
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: **“A atuação dos fiscais estaduais agropecuários do Rio Grande do Sul para expansão do projeto ‘Educação Sanitária na Escola’”**, cujo objetivo é investigar de que forma os fiscais estaduais agropecuários das regionais da Secretaria Estadual de Agricultura podem atuar como agentes disseminadores da Educação Sanitária em agropecuária em escolas de ensino básico do Rio Grande do Sul, como intermediadores do projeto “Educação Sanitária na Escola”. Este projeto está vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do ProfEPT – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

A pesquisa será feita presencialmente ou por videoconferência, através de entrevista, que poderá ser gravada e/ou filmada, após minha autorização. A entrevista auxiliará na elaboração de um produto educacional, que posteriormente, será avaliado por questionário *online* a ser respondido pelos entrevistados. Para a coleta de dados, serão utilizados uma entrevista semiestruturada e um questionário semiaberto.

Fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo, isto é, algumas perguntas podem causar desconforto por solicitar visões e observações pessoais no âmbito profissional. Algumas perguntas específicas podem comprometer o sigilo dos participantes, mas fui informado (a) que as respostas receberão tratamento posterior que evitarão esta identificação. Diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, poderei realizar o contato imediato com uma das pesquisadoras

responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários. Fui informado (a) que, se me sentir em risco, poderei entrar em contato com a coordenação do ProfEPT, que tomará as medidas cabíveis para que eu tenha minhas necessidades atendidas.

Foi destacado que minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que se espera obter informações para a elaboração de um produto educacional que auxilie na expansão do projeto “Educação Sanitária na Escola”.

Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem;

- da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;

- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2016 do Conselho Nacional de Saúde;

- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;

- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada à minha participação;

- de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos;

- de não responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

=====

Eu _____, portador do documento de identidade _____, aceito participar da pesquisa intitulada: **“A atuação dos fiscais estaduais agropecuários do Rio Grande do Sul para expansão do projeto ‘Educação Sanitária na Escola’”**. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Uso de imagem/gravação

Autorizo a gravação de minha imagem e áudio para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito à transcrição da entrevista e análise de seu conteúdo pela pesquisadora responsável, sem identificação dos respondentes.

Porto Alegre, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisadora principal: Elaine dos Santos Pinto

Telefone para contato: (51) 99627-5098

E-mail para contato: elainesantospinto@gmail.com

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REGIONAIS EM QUE NÃO HÁ O “EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA ESCOLA”

Todas as respostas à entrevista serão transcritas pela pesquisadora responsável, que se comprometerá a excluir qualquer informação que caracterize ou identifique o/a respondente.

Bloco 1 – Características pessoais e profissionais

- 1) Qual o seu sexo?
- 2) Qual a sua idade?
- 3) Em qual regional atua?
- 4) Qual seu curso de graduação?
- 5) Qual o grau de formação acadêmica?
- 6) Possui alguma formação na área pedagógica?

Bloco 2 – Atuação na SEAPDR

- 7) Há quanto tempo atua na Secretaria da Agricultura? Que tarefas desenvolve em seu local de trabalho?
- 8) E especificamente na seção de Educação Sanitária?
- 9) Quais as principais demandas de informação agropecuária que surgem na sua regional? Quais os temas a população em geral tem mais interesse em saber?
- 10) Como é sua rotina de trabalho com as ações de Educação Sanitária? Quanto tempo disponível tem numa semana, ou mês?

Bloco 3 – “Educação Sanitária na Escola”

- 11) O que sabe sobre o documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola”?
 - a) Se não conhece: há alguma ação de Educação Sanitária em escolas na sua regional? Como são concebidas? Qual o trâmite para que elas ocorram dentro das escolas?
 - b) Se conhece: sua regional preparou algum material específico a partir deste documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola”?
- 12) Com que frequência sua regional promove atividades no âmbito escolar?
- 13) Já participou de alguma ação de Educação Sanitária na escola? Quando foi a

última vez?

14) Descreva sua participação: conte como foi, o que funcionou, o que precisaria ser reformulado, melhor estruturado.

15) Na sua opinião, como deve ser a atuação dos fiscais estaduais agropecuários e servidores na promoção da Educação Sanitária em escolas de ensino básico?

Bloco 4 – Relação com as secretarias de educação

16) Vocês têm algum tipo de relacionamento com as secretarias municipais de educação da sua região?

a) Se sim, como é este relacionamento: acontece em nível institucional, com convênios firmados? Está presente em todos os municípios que sua regional abrange? Caso não esteja, quais empecilhos estão impedindo que o convênio seja firmado nestes municípios?

b) Se não, quais os principais empecilhos para que ainda não haja um convênio firmado com as secretarias da sua região?

17) Como você imagina que deva ser a abordagem às secretarias de educação? Se tivesse que pensar em todas as etapas para um processo de implantação de um projeto educacional em um município, como seriam estas etapas?

Bloco 5 – Sugestões de produto educacional

Esta pesquisa tem por objetivo a elaboração de um produto educacional para auxiliar os fiscais agropecuários na expansão do projeto “Educação Sanitária na Escola”.

18) Que tipo de informação ou orientação é indispensável e ajudaria no contato com as secretarias de educação e os professores dos municípios abrangidos pela sua regional?

19) Do que você mais sente falta, em termos de conhecimento, para trabalhar com a Educação Sanitária nas escolas?

20) Considerando que o produto educacional resultante desta pesquisa será voltado a você e seus colegas, qual formato se adequaria melhor às suas necessidades educacionais: mídias impressas [revista, livro], eletrônicas [vídeos, áudios], digitais [websites, aplicativos para dispositivos móveis], seminários etc?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REGIONAIS EM QUE HÁ O “EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA ESCOLA”

Todas as respostas à entrevista serão transcritas pela pesquisadora responsável, que se comprometerá a excluir qualquer informação que caracterize ou identifique o/a respondente.

Bloco 1 – Características pessoais e profissionais

- 1) Qual o seu sexo?
- 2) Qual a sua idade?
- 3) Em qual regional atua?
- 4) Qual seu curso de graduação?
- 5) Qual o grau de formação acadêmica?
- 6) Possui alguma formação na área pedagógica?

Bloco 2 – Atuação na SEAPDR

- 7) Há quanto tempo atua na Secretaria da Agricultura? Que tarefas desenvolve em seu local de trabalho?
- 8) E especificamente na seção de Educação Sanitária?
- 9) Quais as principais demandas de informação agropecuária que surgem na sua regional? Quais os temas a população em geral tem mais interesse em saber?
- 10) Como é sua rotina de trabalho com as ações de Educação Sanitária? Quanto tempo disponível tem numa semana, ou mês?

Bloco 3 – “Educação Sanitária na Escola”

- 11) O que sabe sobre o documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola”?
 - a) Se não conhece: há alguma ação de Educação Sanitária em escolas na sua regional? Como são concebidas? Qual o trâmite para que elas ocorram dentro das escolas?
 - b) Se conhece: sua regional preparou algum material específico a partir deste documento orientador do projeto “Educação Sanitária na Escola”?
- 12) Com que frequência sua regional promove atividades no âmbito escolar?
- 13) Já participou de alguma ação de Educação Sanitária na escola? Quando foi a última vez?

14) Descreva sua participação: conte como foi, o que funcionou, o que precisaria ser reformulado, melhor estruturado.

15) Na sua opinião, como deve ser a atuação dos fiscais estaduais agropecuários e servidores na promoção da Educação Sanitária em escolas de ensino básico?

Bloco 4 – Relação com as secretarias de educação

16) Como foram articulados os convênios que existem hoje na sua regional?

17) Qual a dinâmica de trabalho de sua regional com as escolas e professores municipais? Como constroem as atividades? Quais materiais utilizam para a produção de conteúdo?

18) Vocês têm convênios com todos os municípios abrangidos por sua regional?

a) Se sim, como conseguiram conquistar essa abrangência?

b) Se não, quais empecilhos estão impedindo que o convênio seja firmado nos outros municípios?

19) Como vocês planejaram a abordagem a estas secretarias de educação? Se tivesse que pensar em todas as etapas para um processo de implantação de um projeto educacional em um município, como seriam estas etapas?

Bloco 5 – Sugestões de produto educacional

Esta pesquisa tem por objetivo a elaboração de um produto educacional para auxiliar os fiscais agropecuários na expansão do projeto “Educação Sanitária na Escola”.

20) Que tipo de informação ou orientação é indispensável e ajudaria no contato com as secretarias de educação e os professores dos municípios abrangidos pela sua regional?

21) Do que você mais sente falta, em termos de conhecimento, para trabalhar com a Educação Sanitária nas escolas?

22) Considerando que o produto educacional resultante desta pesquisa será voltado a você e seus colegas, qual formato se adequaria melhor às suas necessidades educacionais: mídias impressas [revista, livro], eletrônicas [vídeos, áudios], digitais [websites, aplicativos para dispositivos móveis], seminários etc?

APÊNDICE E – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Avaliação - EduSan Agro

Este questionário é destinado à avaliação do produto educacional "EduSan Agro" (www.edusanagro.com), oriundo de pesquisa do Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Porto Alegre.

São perguntas divididas em dois blocos temáticos: avaliação dos livretos digitais e da animação produzidos especialmente para o *site* EduSan Agro, e a avaliação do *site* EduSan Agro como um todo. Todas as respostas são anônimas. ***Obrigatório**

1. *

Marque todas que se aplicam.

Aceito participar da pesquisa de avaliação do *site* EduSan Agro.

Características pessoais

2. Sexo: *

() Feminino

() Masculino

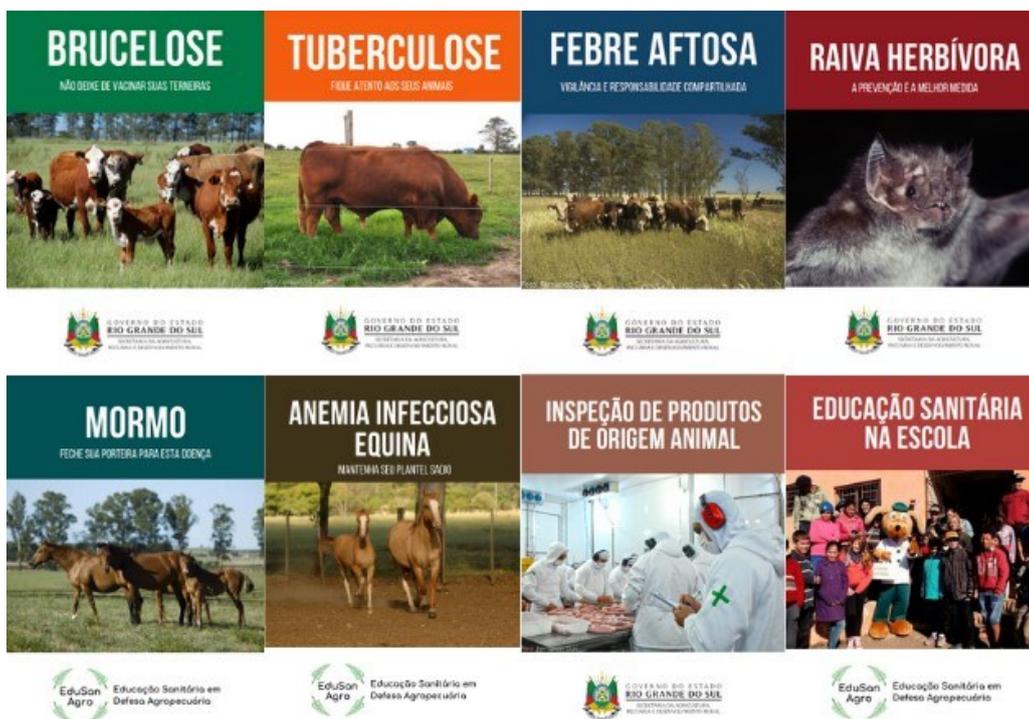
() Outro

3. Idade: *

Avaliação - Livretos e animação

Livretos - Estética e organização

4. Para a criação do *site* EduSan Agro, foi necessário produzir estes livretos digitais abaixo, disponíveis na seção "Materiais de apoio". Alguns são rediagramações de folders antigos da SEAPDR, e outros foram totalmente criados especialmente para o *site*. Com relação ao aspecto estético e à organização destes livretos, você acredita que eles estão: *



- Muito bons
- Bons
- Razoáveis
- Ruins

5. Espaço para comentários a respeito da estética e organização dos livretos digitais:

Livretos - Linguagem, escrita e conteúdo

6. Os livretos digitais mostrados abaixo foram criados especialmente para o *site* EduSan Agro, a partir da identificação da ausência de materiais deste tipo

dentro da SEAPDR. Com relação à linguagem, à escrita e ao conteúdo destes livretos, você acredita que eles estão: *



- Muito bons
- Bons
- Razoáveis
- Ruins

7. Espaço para comentários a respeito da linguagem, escrita e conteúdo dos livretos digitais criados:

8. Os livretos digitais abaixo foram produzidos para o *site* EduSan Agro a partir de folders antigos da SEAPDR, que foram rediagramados e, em alguns casos, tiveram seus conteúdos atualizados. Com relação a linguagem, escrita e conteúdo destes livretos, você acredita que eles estão: *



- Muito bons
- Bons
- Razoáveis

Ruins

9. Espaço para comentários a respeito da linguagem, escrita e conteúdo dos livretos digitais rediagramados/atualizados:

Animação - Estética e organização

10. Esta animação foi produzida especialmente para o EduSan Agro, a partir dos resultados da pesquisa de mestrado que deu origem ao *site*, e está disponível na seção "Projetos: como fazer". Com relação à aparência estética e à organização desta animação, você acredita que ela está: *



Muito boa

Boa

Razoável

Ruim

11. Espaço para fazer suas considerações aos aspectos estéticos e de organização da animação:

Animação - Linguagem, escrita e conteúdo

12. Esta animação foi produzida especialmente para o EduSan Agro, a partir dos resultados da pesquisa de mestrado que deu origem ao *site*. Com relação à linguagem empregada e ao conteúdo exibido nesta animação, você acredita que ela está: *



- Muito boa
- Boa
- Razoável
- Ruim

13. Espaço para fazer suas considerações à linguagem e ao conteúdo da animação:

Avaliação - Site EduSan Agro

EduSan Agro - Estética e organização

14. Quanto ao formato do produto educacional "EduSan Agro" ser um *website*, você avalia que ele é: *

- Adequado

Parcialmente adequado

Inadequado

15. Quanto à forma em que o conteúdo do *site* EduSan Agro está estruturado, você avalia que ele está *

Bem organizado

Razoavelmente organizado

Mal organizado

16. Sobre os aspectos visuais, você considera que o *site* EduSan Agro, em geral, está: *

Muito bom

Bom

Razoável

Ruim

17. Espaço para fazer suas considerações a respeito do formato, estética e organização do *site* EduSan Agro:

EduSan Agro - Linguagem, escrita e conteúdo

18. Quanto à linguagem utilizada no *site* EduSan Agro, você avalia que ela é: *

Adequada

Parcialmente adequada

Inadequada

19. O texto apresentado no *site* EduSan Agro é de fácil entendimento? *

Sim

Parcialmente

Não

20. Quanto ao conteúdo geral apresentado pelo *site* EduSan Agro, você avalia que ele é: *

Muito bom

Bom

Razoável

Ruim

21. Espaço para fazer suas considerações a respeito da linguagem, da escrita e do conteúdo do *site* EduSan Agro:

EduSan Agro – Aplicabilidade

22. Avaliando todo o conteúdo disponibilizado no *site* EduSan Agro, o quanto você acredita que ele contribuirá para a sua prática profissional na Educação Sanitária? *

Bastante

Alguma coisa

Quase nada

Nada

23. O conteúdo do *site* EduSan Agro responde a alguma dúvida ou dificuldade que você tinha anteriormente em seu trabalho na Educação Sanitária? *

Sim

Parcialmente

Não

24. Em caso afirmativo, qual/quais dúvidas foram sanadas? Em caso negativo, o que faltou ser abordado?

25. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é “não influenciará” e 5 é “definitivamente influenciará”, como você caracterizaria a influência do *site* EduSan Agro na motivação para que sua regional consiga novas parcerias com secretarias municipais de educação? *

5

4

3

2

1

26. Numa escala de 1 a 5, em que 1 é “não influenciará” e 5 é “definitivamente influenciará”, como você caracterizaria a influência do *site* EduSan Agro na motivação para que você estreite relações com os professores dos municípios que sua regional abrange? *

5

4

3

2

1

27. Que aspectos positivos identificou no *site* EduSa Agro?

28. O que sugere para melhorar o *site* EduSan Agro? Tendo em mente as respostas anteriores, o que gostaria de sugerir nos pontos em que identificou fragilidades e deficiências no material?

29. Outros comentários:

APÊNDICE F – AÇÕES DE EDUCAÇÃO SANITÁRIAS NAS REGIONAIS DA SEAPDR – 2012 A 2019

Figura 1 - Ações de Educação Sanitária na regional Alegrete

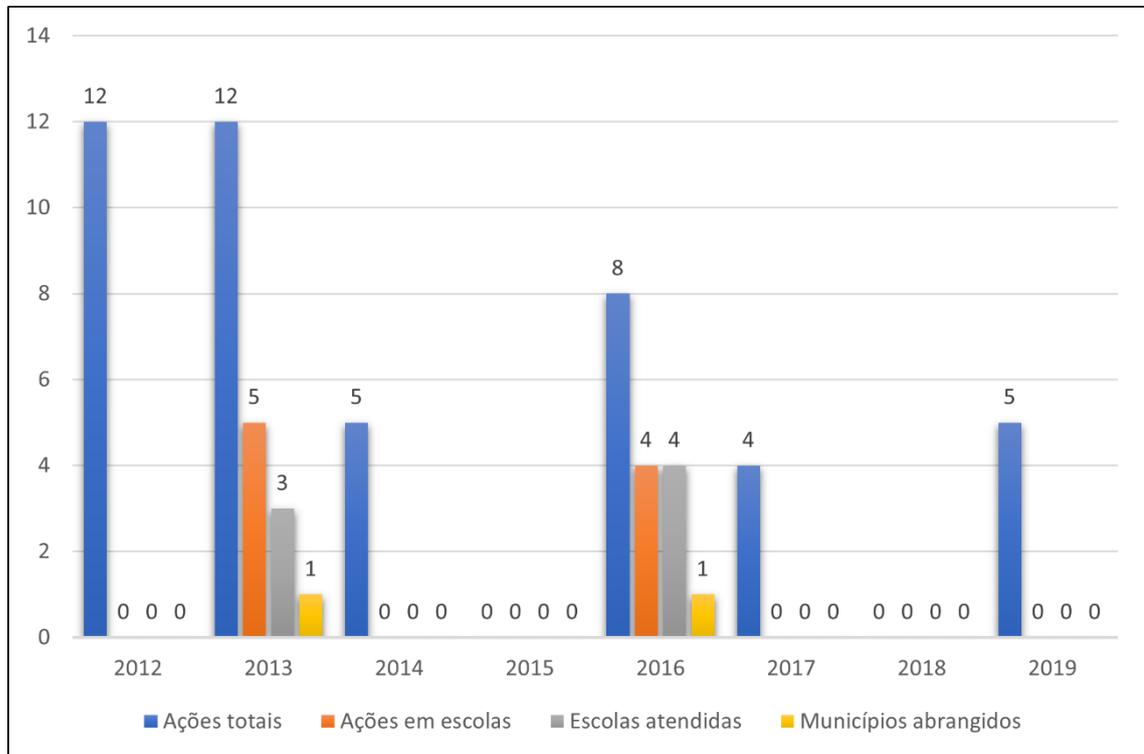


Figura 2 - Ações de Educação Sanitária na regional Bagé

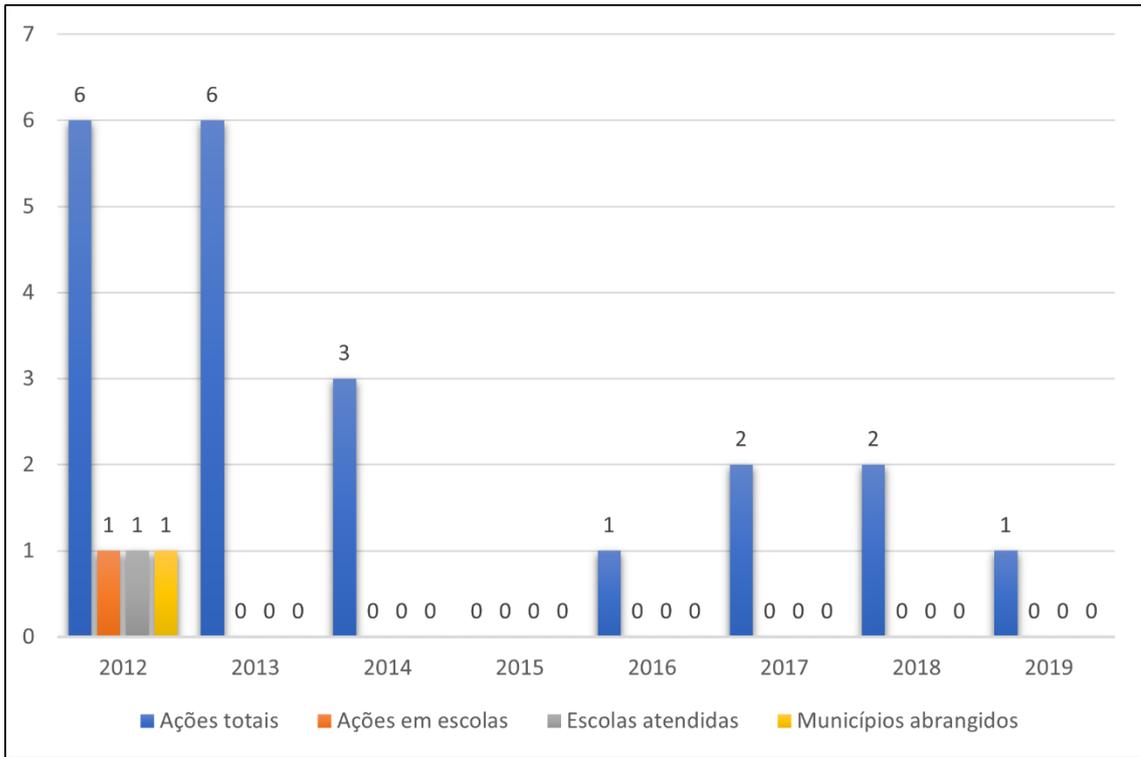


Figura 3 - Ações de Educação Sanitária na regional Caxias do Sul

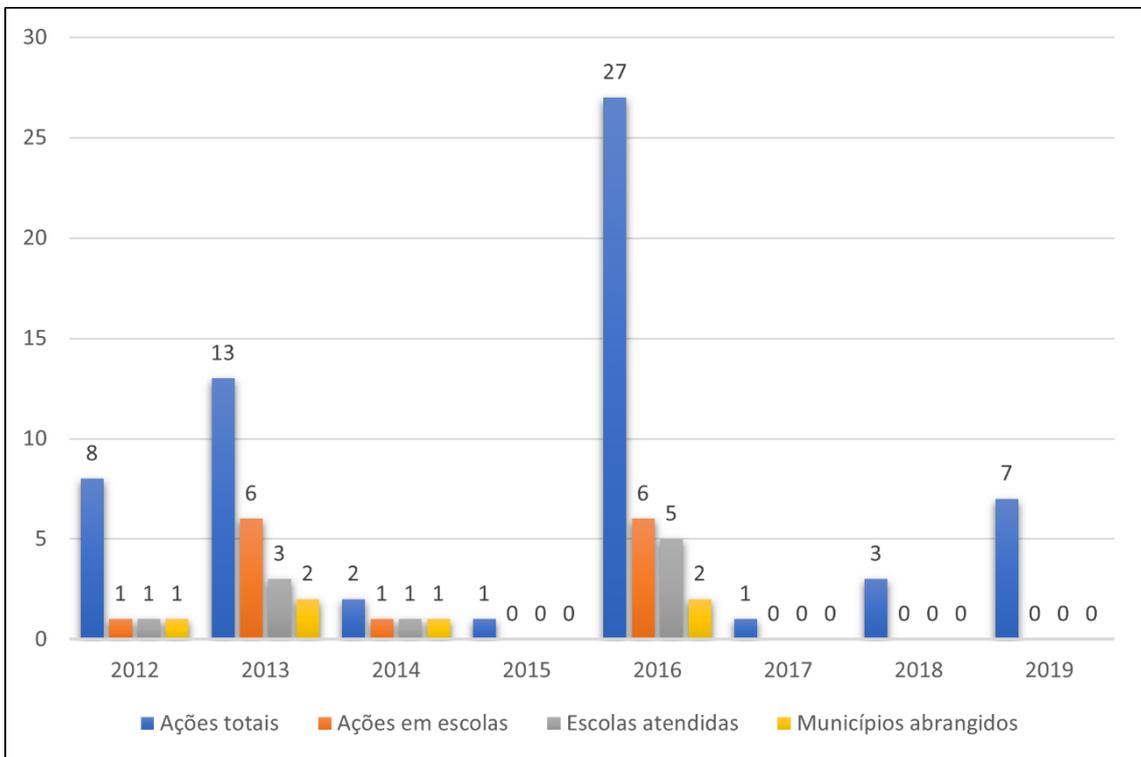


Figura 4 - Ações de Educação Sanitária na regional Cruz Alta

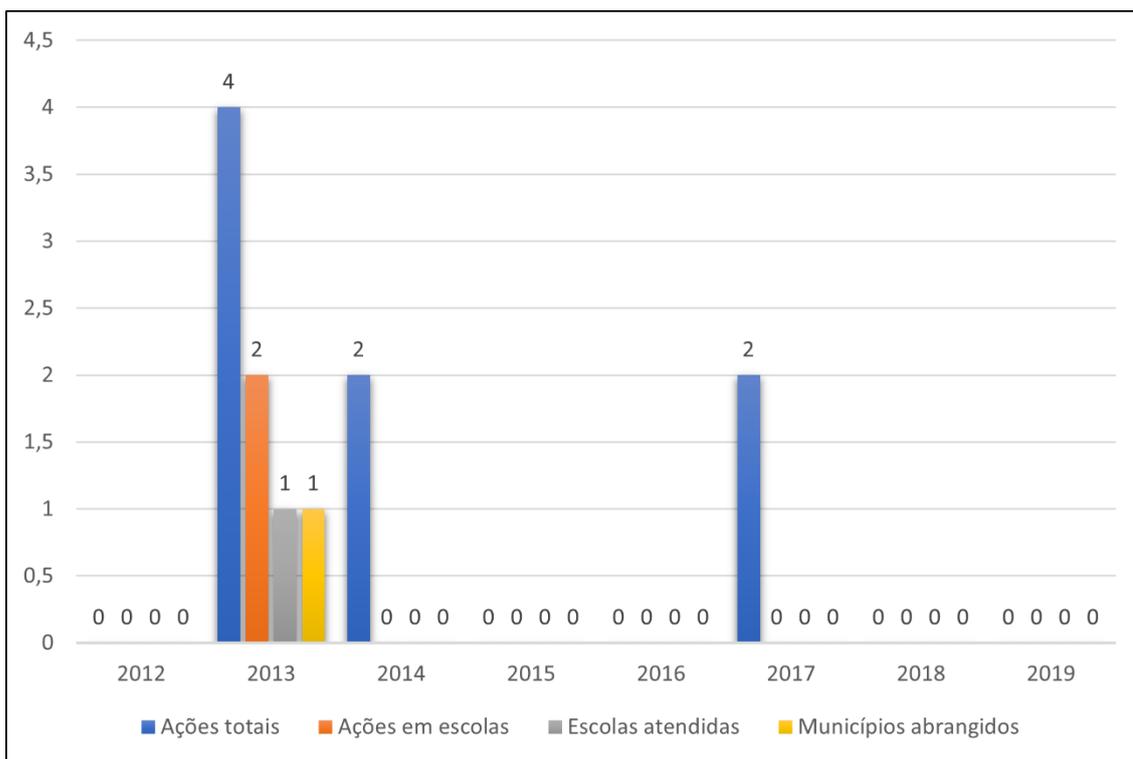


Figura 5 - Ações de Educação Sanitária na regional Erechim

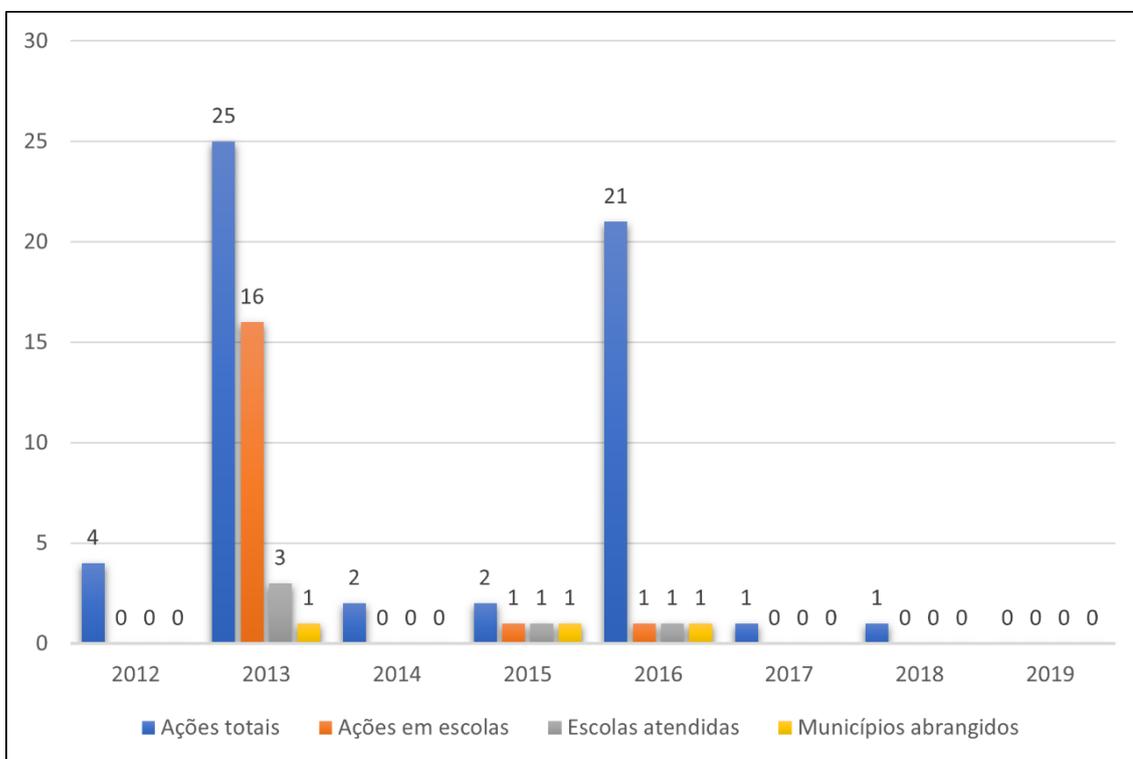


Figura 6 - Ações de Educação Sanitária na regional Estrela

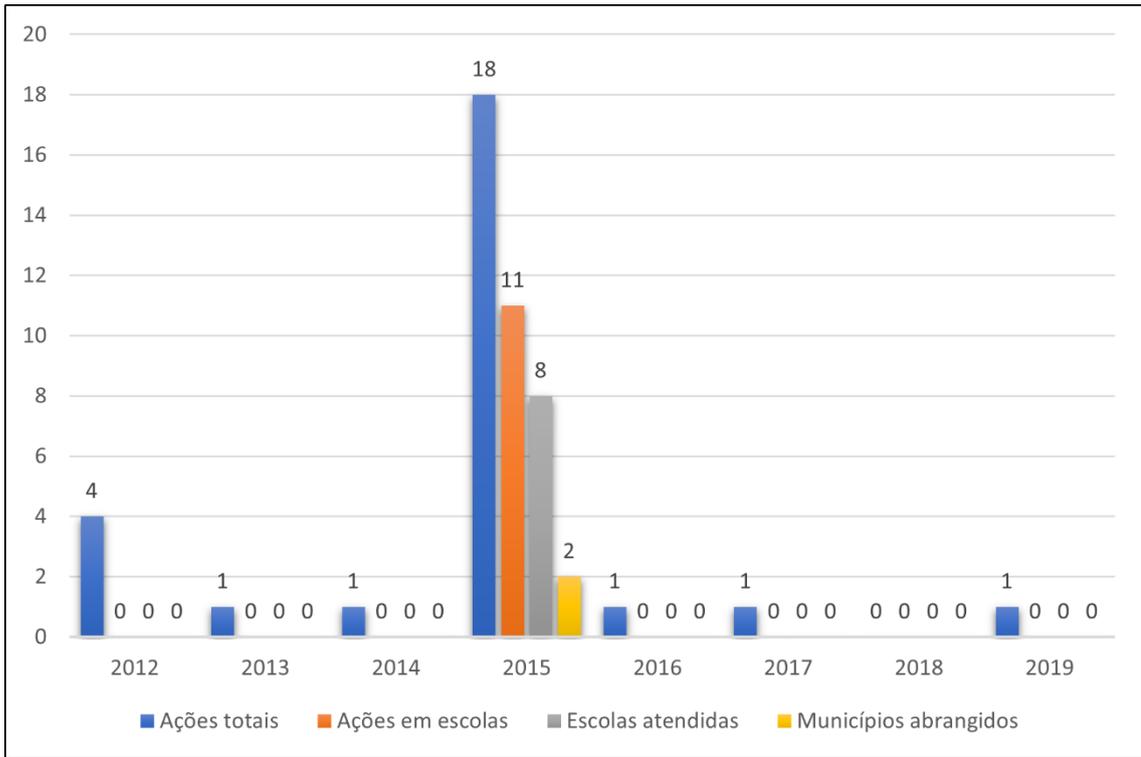


Figura 7 - Ações de Educação Sanitária na regional Ijuí

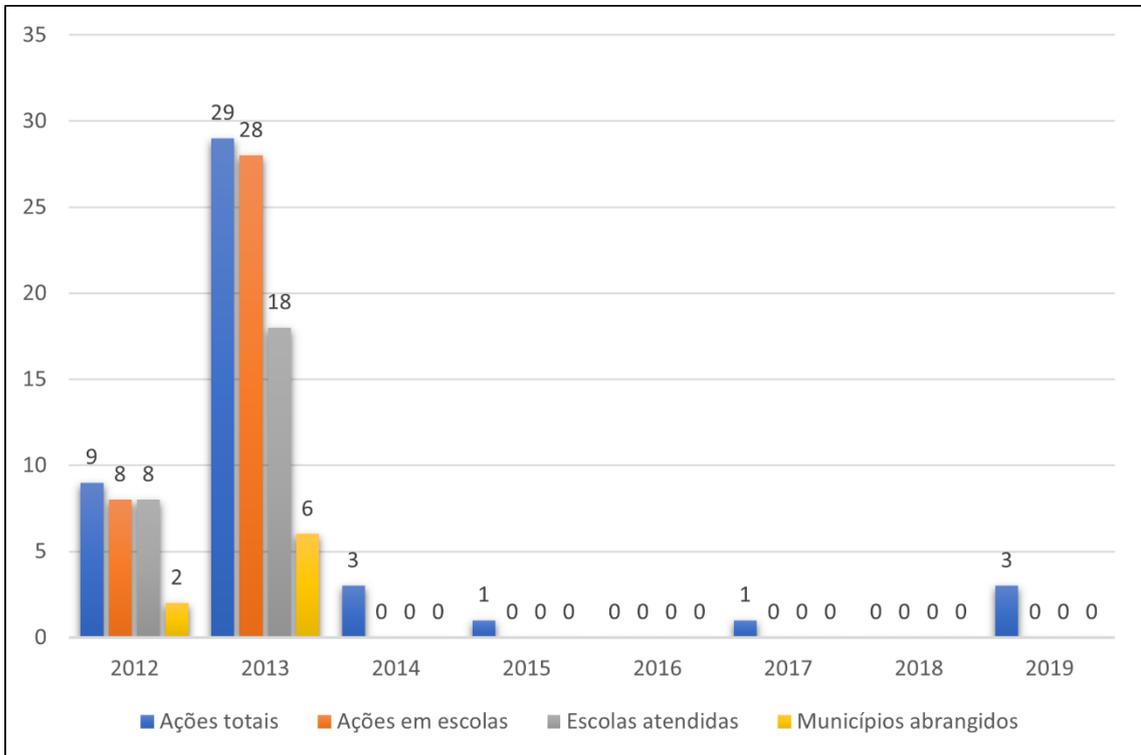


Figura 8 - Ações de Educação Sanitária na regional Lagoa Vermelha

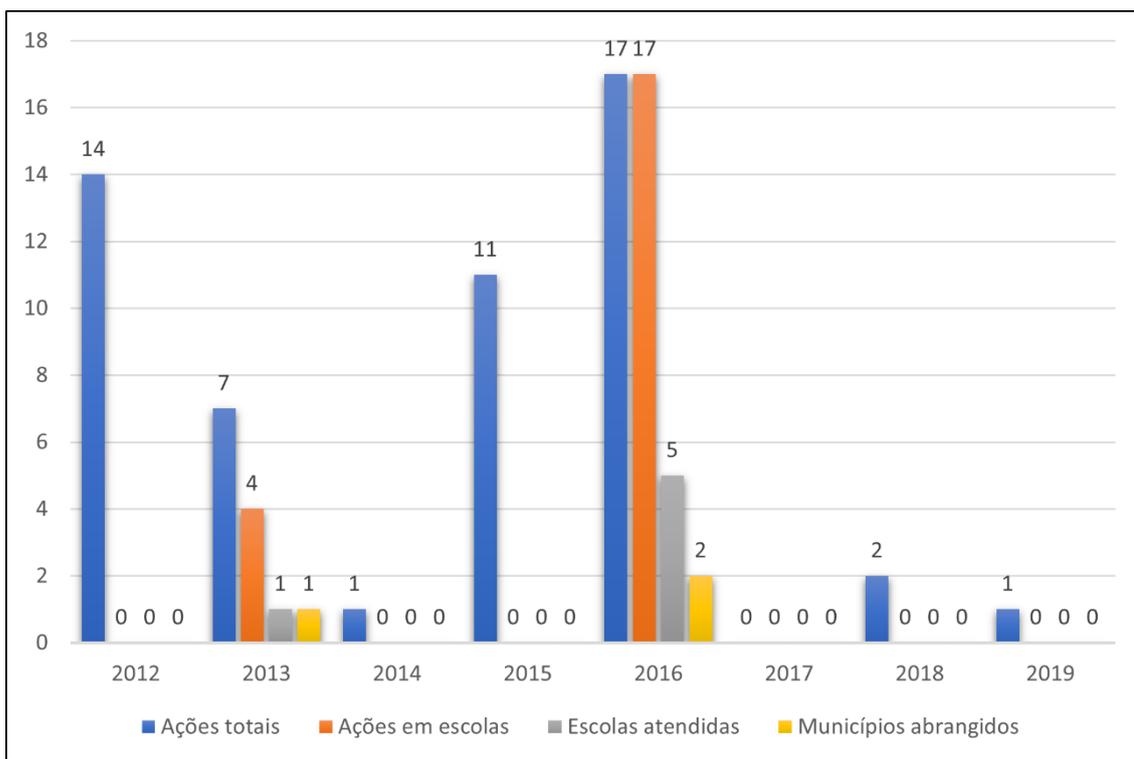


Figura 9 - Ações de Educação Sanitária na regional Osório

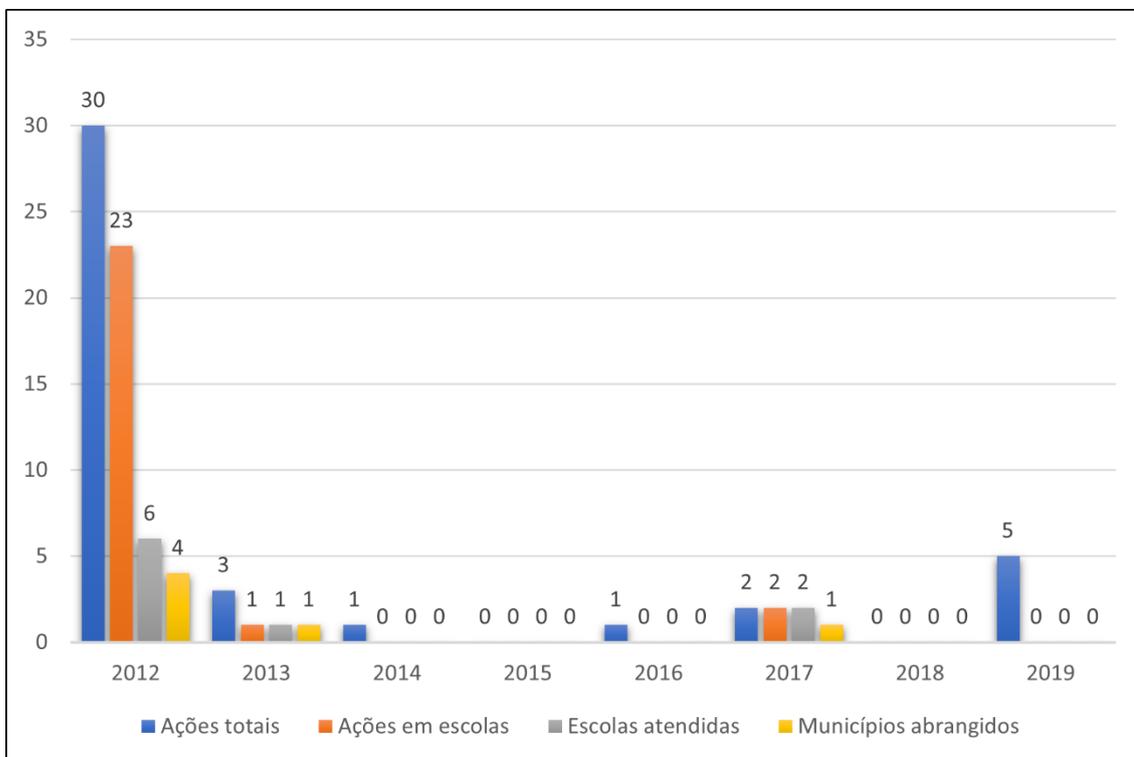


Figura 10 - Ações de Educação Sanitária na regional Palmeira das Missões

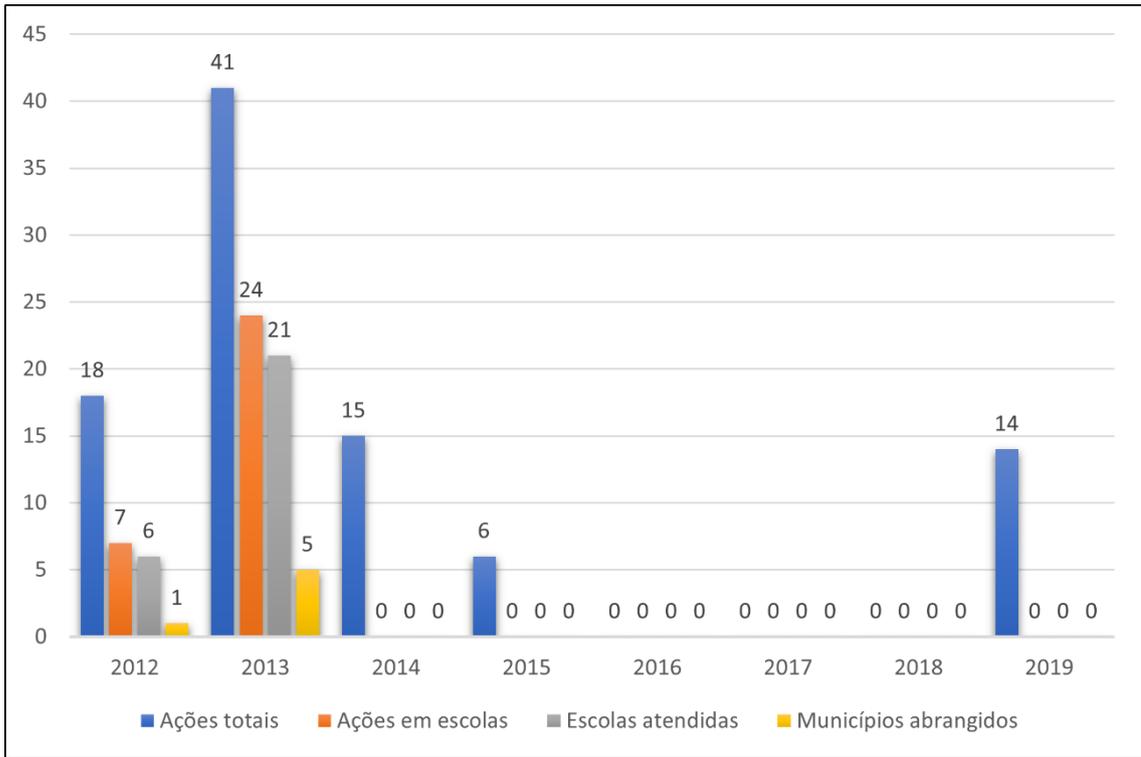


Figura 11 - Ações de Educação Sanitária na regional Passo Fundo

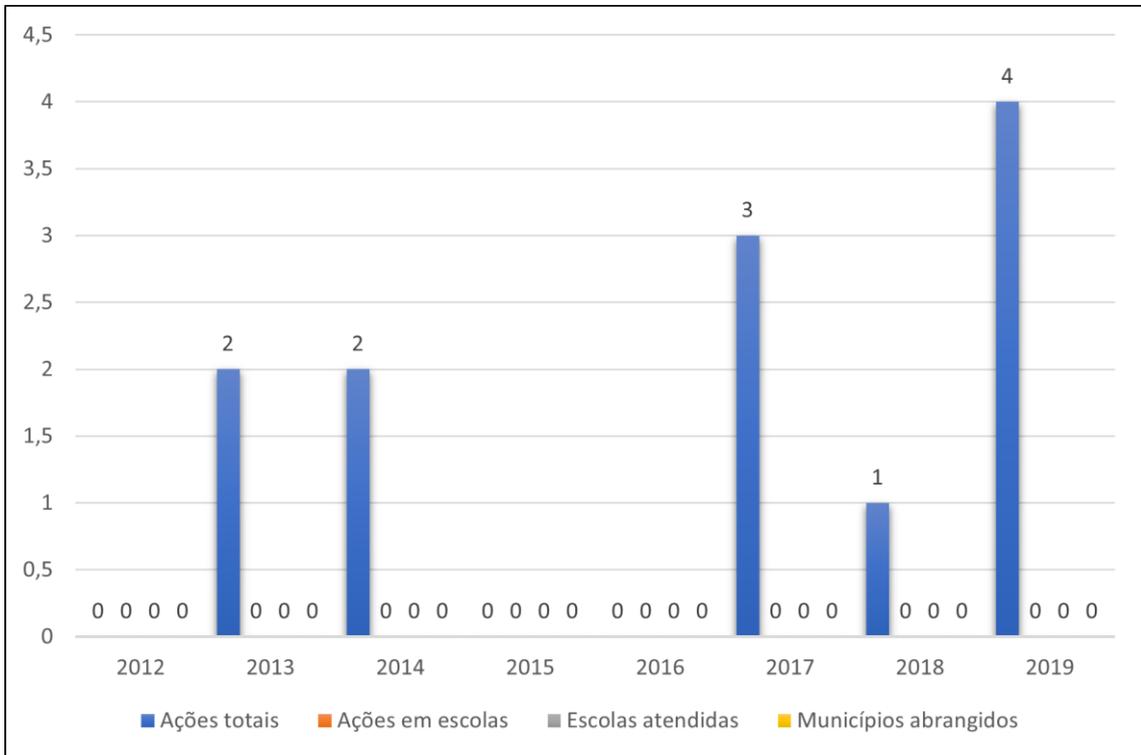


Figura 12 - Ações de Educação Sanitária na regional Pelotas

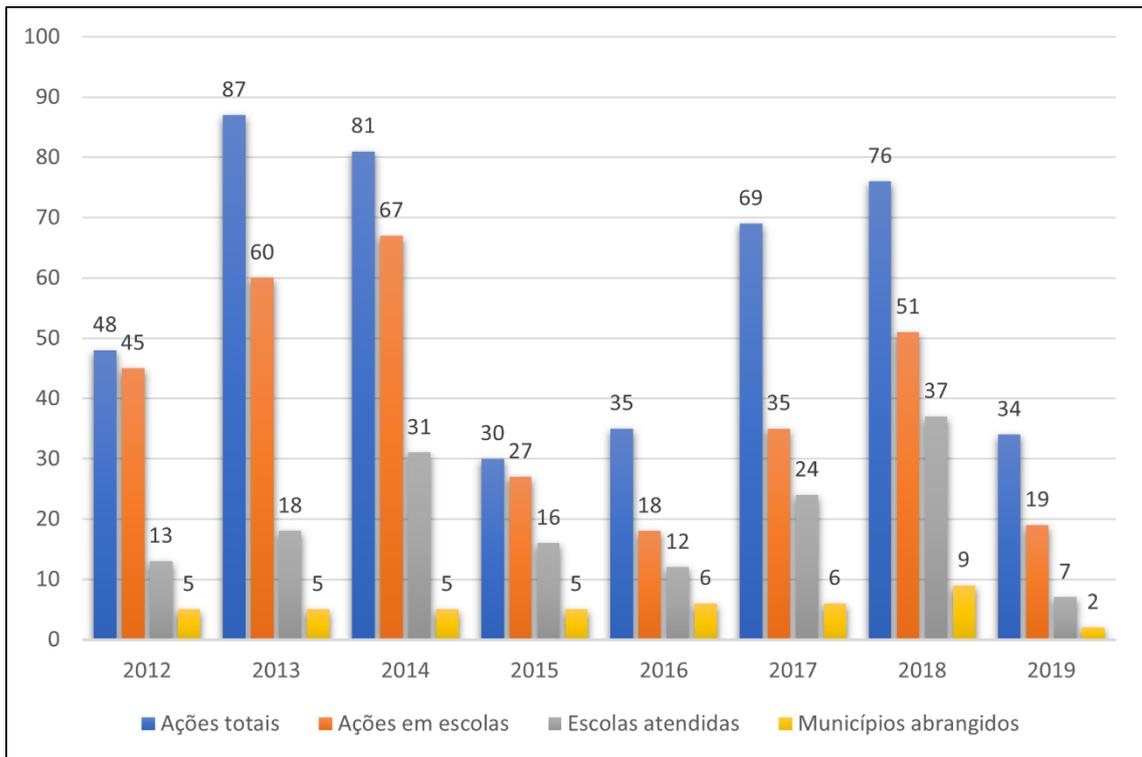


Figura 13 - Ações de Educação Sanitária na regional Porto Alegre

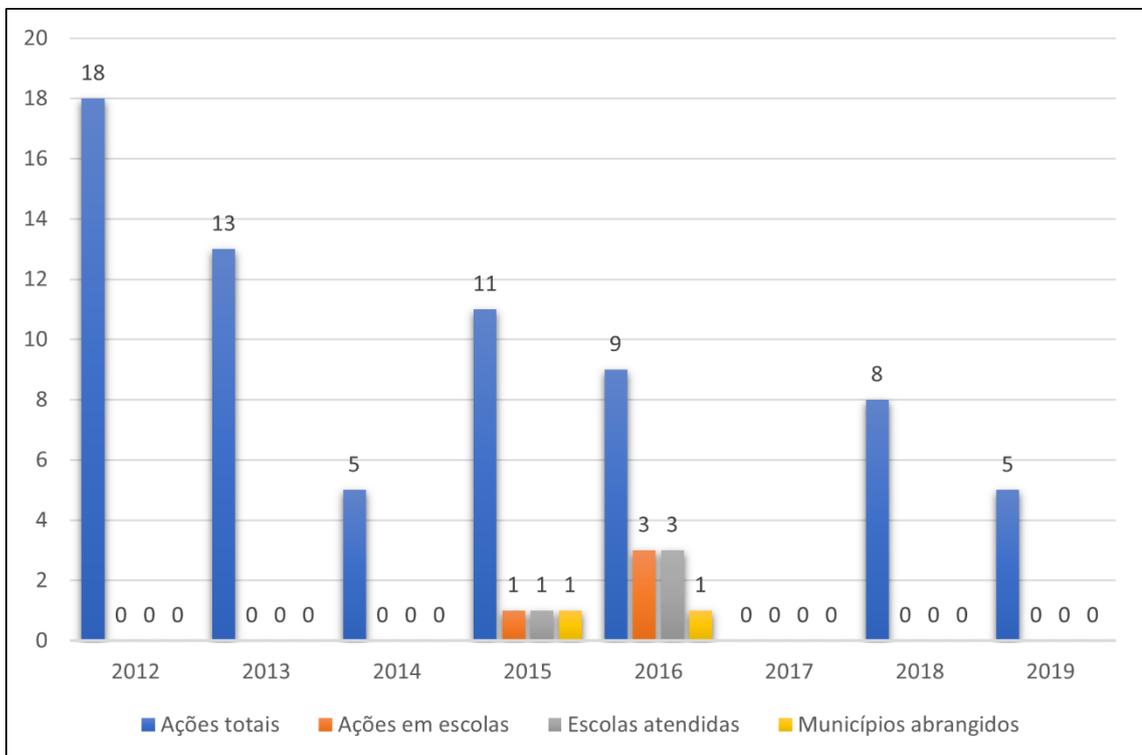


Figura 14 - Ações de Educação Sanitária na regional Rio Pardo

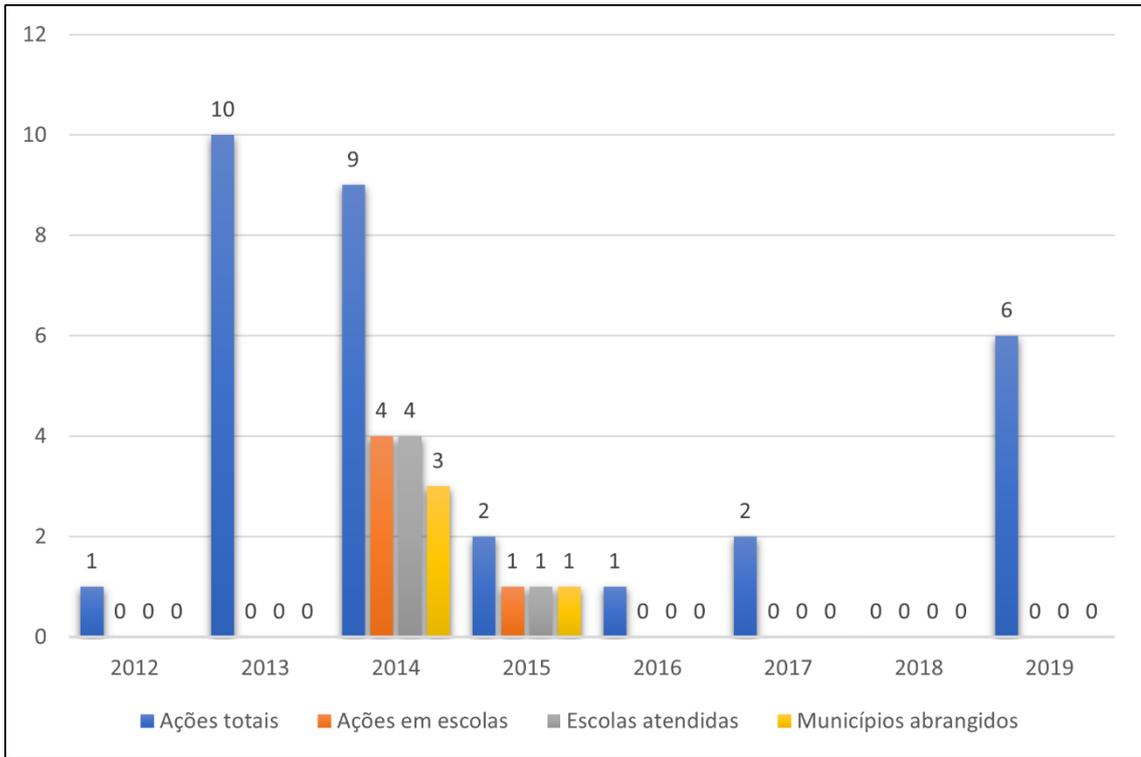


Figura 15 - Ações de Educação Sanitária na regional Santa Maria

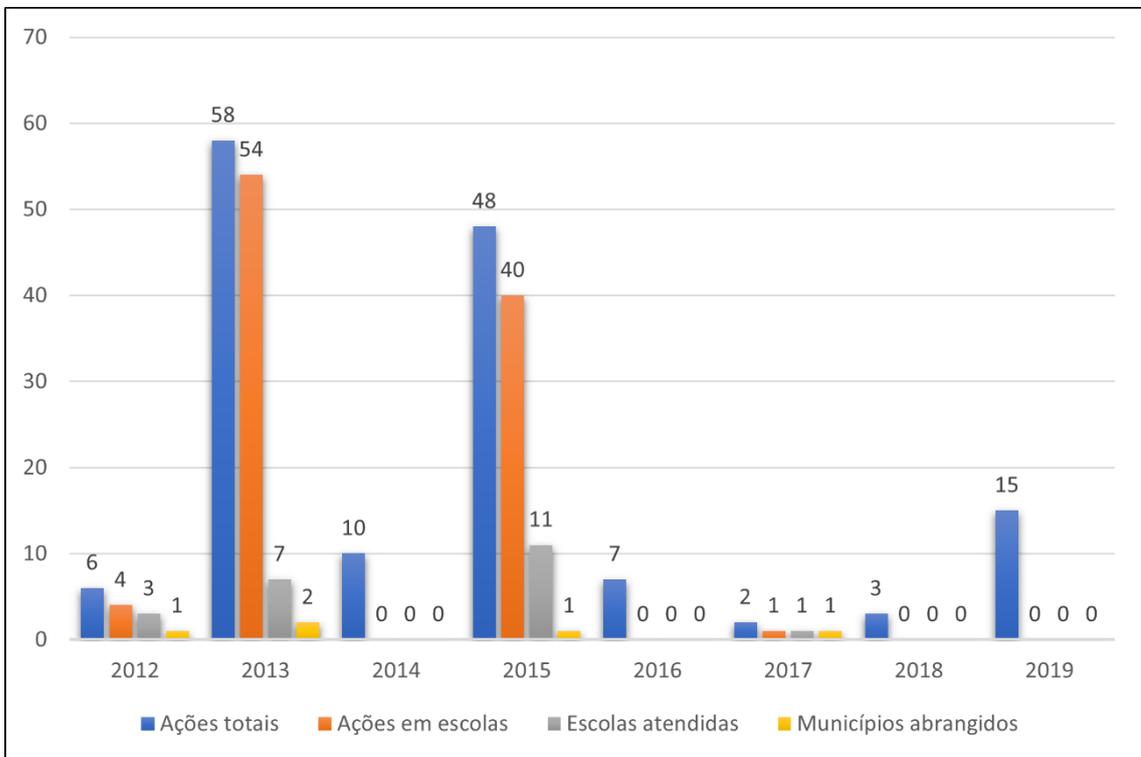


Figura 16 - Ações de Educação Sanitária na regional Santa Rosa

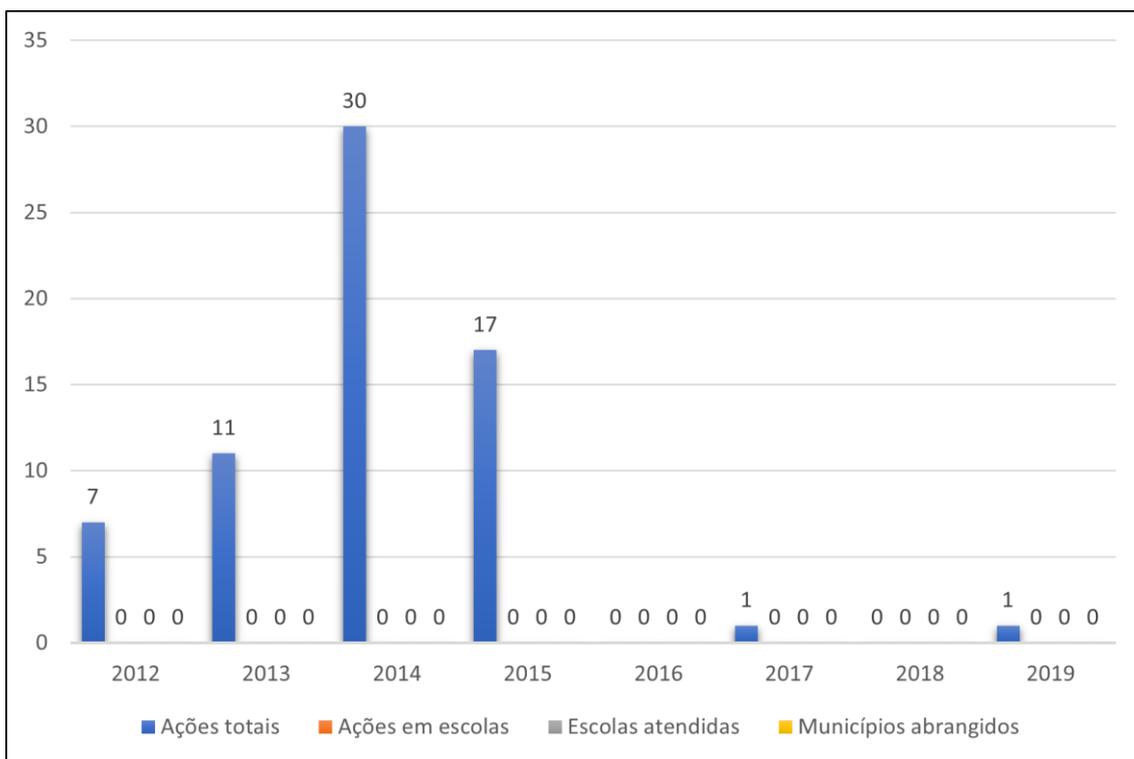


Figura 17 - Ações de Educação Sanitária na regional São Luiz Gonzaga

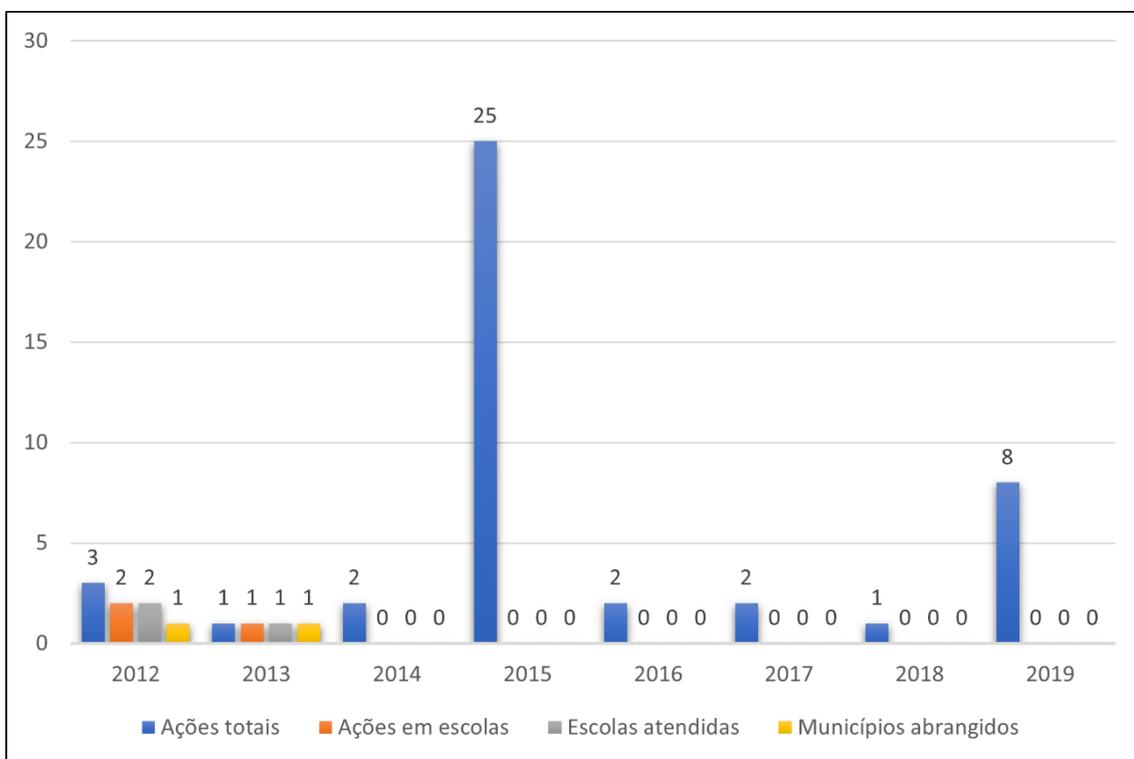
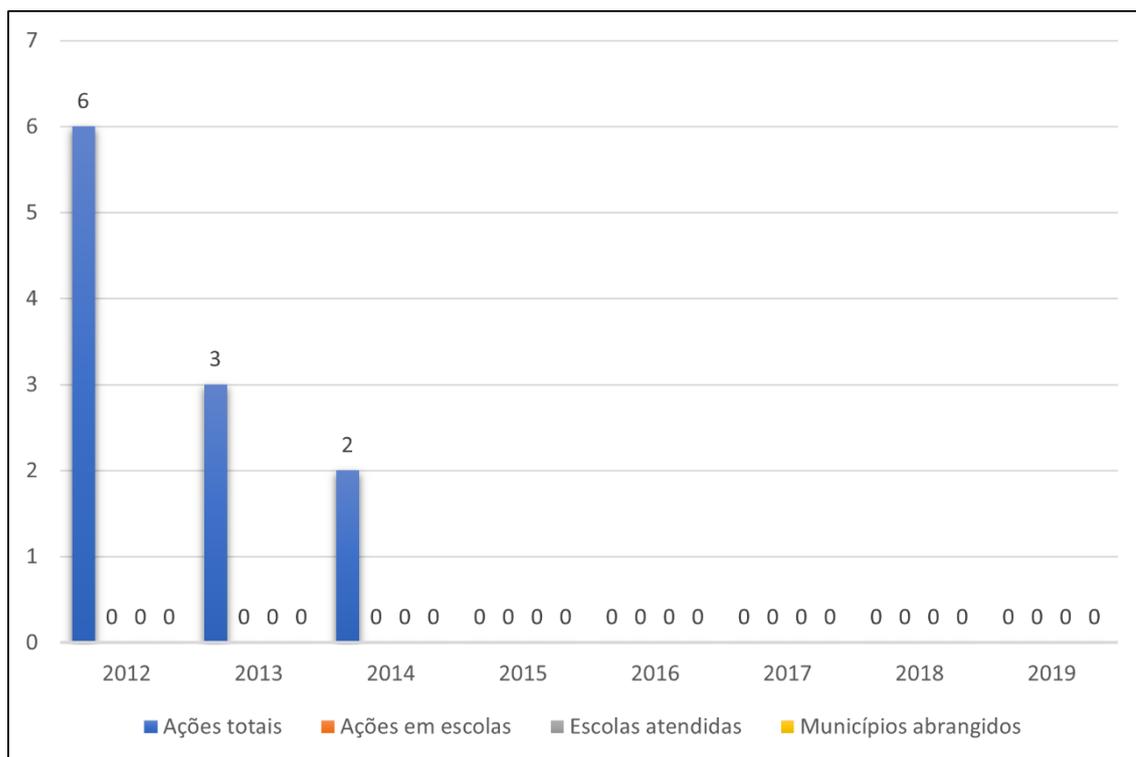
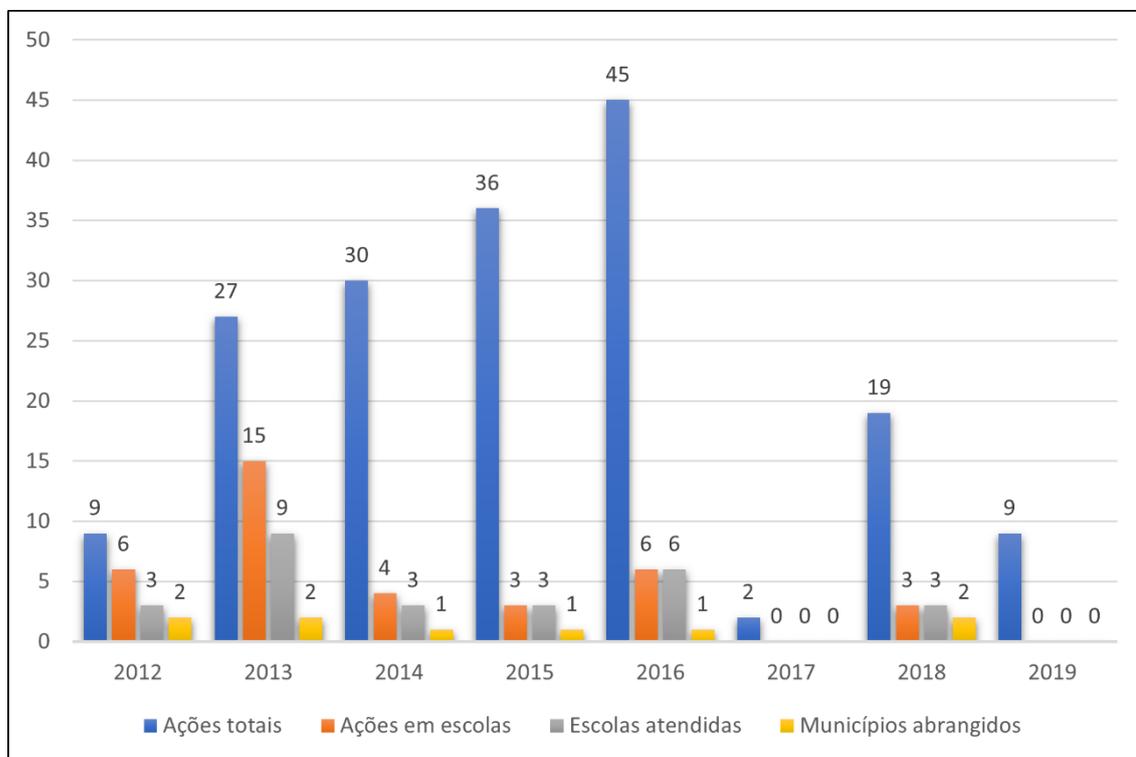


Figura 18 - Ações de Educação Sanitária na regional Soledade**Figura 19 - Ações de Educação Sanitária na regional Uruguaiana**

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A ATUAÇÃO DOS FISCAIS ESTADUAIS AGROPECUÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL PARA EXPANSÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA ESCOLA

Pesquisador: Elaine dos Santos Pinto

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 31939620.5.0000.8024

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.114.829

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica sob orientação da professora Aline Grunewald Nichele.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

"O objetivo primário desta pesquisa é investigar de que forma os fiscais estaduais agropecuários das regionais da Seapdr podem atuar como agentes disseminadores da Educação Sanitária em agropecuária em escolas de ensino básico do Rio Grande do Sul, como intermediadores do projeto "Educação Sanitária na Escola", tendo como base o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral."

Objetivo Secundário:

- Analisar os relatórios de atividades destes 10 anos do projeto para compreender como se deu sua aplicação neste período;
- Conhecer projetos similares de Educação Sanitária conduzidos em outros estados brasileiros, por outras secretarias de agricultura, em que o foco seja a atuação dos fiscais estaduais agropecuários junto a secretarias de educação e professores;
- Identificar os problemas e dificuldades dos fiscais como intermediadores do projeto junto às secretarias municipais de Educação;

Endereço: Rua General Osório, 348

Bairro: CENTRO

CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 4.114.829

- Investigar como as ações são desenvolvidas nas regionais onde o projeto “Educação Sanitária na Escola” se encontra em estágio avançado de aplicação (Santa Maria, Osório e Pelotas); Investigar as doenças e ações preventivas que podem ser abrangidas pela Educação Sanitária e o padrão de recorrência destas doenças em regiões nas quais o projeto “Educação Sanitária na Escola” ainda precisa ser implantado;
- Desenvolver produto educacional que dê subsídios para o diálogo com as secretarias municipais de Educação, de modo a instituir o “Educação Sanitária na Escola” em outras localidades e ampliar a base de atuação do projeto.”

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

"Este projeto de pesquisa apresenta riscos mínimos aos participantes, pois algumas perguntas podem causar desconforto por solicitar visões e observações pessoais no âmbito profissional dos respondentes. Algumas perguntas específicas sobre as relações com as secretarias de educação podem comprometer o sigilo dos participantes, mas as respostas receberão tratamento posterior que evitarão esta identificação. A participação na pesquisa será voluntária, com entrevistas realizadas em local reservado, e os participantes terão total liberdade para não responderem a questões que considerem constrangedoras. Apesar de todos os dispositivos elencados anteriormente que preservam o bem-estar de seus respondentes, se ainda assim riscos se manifestarem, os participantes serão encaminhados à coordenação do ProfEPT, que tomará as medidas cabíveis para que tenham suas necessidades atendidas".

Benefícios:

"O principal benefício desta pesquisa é que resultará em um produto educacional que poderá contribuir para a melhoria de práticas profissionais dos fiscais estaduais agropecuários na questão da Educação Sanitária em âmbito escolar. Ao serem entrevistados, estes fiscais também terão a oportunidade de um espaço de reflexão sobre suas atuações profissionais, em que poderão ser ouvidos em suas demandas e dificuldades". Os riscos e benefícios estão descritos. Os encaminhamentos encaminhamentos a serem dados caso os riscos se concretizem, foram incluídos nos documentos, assim como uma maior descrição dos riscos envolvidos, conforme solicitado no Parecer Consubstanciado 4.061.021.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e bem descrita. As solicitações feitas no Parecer Consubstanciado 4.061.021

Endereço: Rua General Osório, 348	CEP: 95.700-086
Bairro: CENTRO	
UF: RS	Município: BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340	E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 4.114.829

foram atendidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou autorização institucional, TCLE, os roteiros das entrevistas que serão realizadas. O TCLE contém autorização para gravação da imagem.

Recomendações:

Em função da pandemia de Covid-19, este CEP solicita que todas as orientações da OMS e das autoridades de saúde municipal, estadual e federal sejam respeitadas e levadas em consideração na execução deste Projeto, especialmente quanto ao distanciamento social.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Considerações Finais a critério do CEP:

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1551025.pdf	02/06/2020 18:10:15		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.docx	02/06/2020 18:08:53	Elaine dos Santos Pinto	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_Esclarecido_atualizado.docx	02/06/2020 18:08:07	Elaine dos Santos Pinto	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto_Elaine_dos_Santos_Pinto_CEP_atualizado.docx	02/06/2020 18:07:47	Elaine dos Santos Pinto	Aceito

Endereço: Rua General Osório, 348

Bairro: CENTRO

CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 4.114.829

Investigador	Projeto_Elaine_dos_Santos_Pinto_CEP_atualizado.docx	02/06/2020 18:07:47	Elaine dos Santos Pinto	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_atualizado.xls	02/06/2020 15:20:47	Elaine dos Santos Pinto	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	18/05/2020 15:43:16	Elaine dos Santos Pinto	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao.pdf	09/05/2020 13:23:34	Elaine dos Santos Pinto	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_AVALIACAO_FINAL.docx	09/05/2020 13:05:21	Elaine dos Santos Pinto	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_B.docx	09/05/2020 13:05:04	Elaine dos Santos Pinto	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_A.docx	09/05/2020 13:04:50	Elaine dos Santos Pinto	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BENTO GONCALVES, 26 de Junho de 2020

Assinado por:
CINTIA MUSSI ALVIM STOCCHERO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua General Osório, 348
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 **E-mail:** cepsquisa@ifrs.edu.br